

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM MULHERES
EVANGÉLICAS NA CIDADE DO RECIFE:
Família, Gênero e Religião.**

Thálita Cavalcanti Menezes da Silva

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM MULHERES
EVANGÉLICAS NA CIDADE DO RECIFE:
Família, Gênero e Religião.**

Thálita Cavalcanti Menezes da Silva

Orientadora: Prof (a) Dr (a) Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Dissertação para defesa pública, como requisito para obtenção do título de mestre, no Mestrado em Psicologia Clínica, da Universidade Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Construção de subjetividade na família.

Recife, Março de 2007.

S586r

Silva, Thálita Cavalcanti Menezes da

A representação da identidade feminina em mulheres evangélicas na cidade do Recife : família, gênero e religião / Thálita Cavalcanti Menezes da Silva ; orientadora Maria Cristina de Almeida Amazonas, 2007.
IX, 185 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2007.

1. Psicologia clínica. 2. Família. 3. Mulheres e religião - Pernambuco.
4. Mulheres - Psicologia. 5. Mulheres - Aspectos sociais. I. Título.

CDU 396(813.4)

Thálita Cavalcanti Menezes da Silva

**A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM MULHERES
EVANGÉLICAS NA CIDADE DO RECIFE:
Família, Gênero e Religião.**

Comissão Examinadora

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas

Sérgio Sezino Douets Vasconcelos

Sandra Duarte de Souza

*A quem assistiu o dia amanhecer ao meu lado,
regido magistralmente pelo canto dos
passarinhos. A quem me manteve acordada,
quando minha vontade era a de dormir. A
quem me supriu de forças quando estava fraca
e me deu ânimo novo quando pensava em
desistir. A quem esteve comigo durante esses
dois longos anos de renúncias. A este, dedico
o presente trabalho, e todo sucesso que eu
venha a conquistar!*

AGRADECIMENTOS

A meu noivo Rafael, por seu incentivo, apoio e compreensão.

Às minhas irmãs Pollyanna e Cláudia, que são meu tudo!

À minha mãe Sônia, por toda sua garra e coragem.

À meu pai Fernando, por ter apostado no meu sonho.

À minha avó Valdecy, a quem muito devo.

À Priscila, por sua amizade e palavras de encorajamento.

À Paula, minha mais nova amiga.
Por nossas conversas e desabafo que conseguiram amenizar
a ansiedade da produção dos trabalhos.

À Prof(a). Dr(a). Ana Lúcia Francisco,
a quem estimo e tenho como exemplo de profissional.

À Prof(a). Dr(a) Albenise por suas palavras de incentivo, carinho e apoio.

E, especialmente à minha querida orientadora e amiga:
Prof(a). Dr(a). Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas.
A quem carinhosamente chamo de “Amazonas”.
Por me inspirar confiança, desde a graduação. Por ter conduzido o presente estudo
sabidamente, respeitando meu ritmo e instigando-me (sempre) a dar meu melhor. Obrigada!

RESUMO

A história narra as peculiaridades do papel atribuído à mulher na sociedade. Ao longo dos séculos este foi sendo transformado a partir das novas formas de se pensar e representar o mundo e as relações de gênero. Por muito tempo a representação dominante era a religiosa – mais precisamente, na cultura ocidental, a judaico-cristã. Continuamos atualmente recebendo influências dessa visão de mundo, porém de maneira muito particular, modificada pelo contexto socioeconômico da pós-modernidade. Por sermos constituídos enquanto sujeitos dentro de um contexto sociocultural, do qual a religião faz parte, surge o questionamento: como pensar a identidade feminina a partir da ótica da experiência religiosa. Desta forma, a presente pesquisa procurou apreender a representação da Identidade Feminina apresentada por mulheres evangélicas, residentes na cidade do Recife, analisando a forma como entendem o lugar da mulher na família, no espaço público e as influências dos códigos religiosos cristãos protestantes sobre essa representação. Para isso, participaram deste estudo quinze mulheres, pertencentes à camada sociocultural média, com idade entre 20 e 35 anos, criadas em um lar cristão protestante e que, atualmente, congregam em Igrejas Históricas (Batista; Presbiteriana e Episcopal). Os indicadores sociais levados em consideração para definir a camada social foram: grau de instrução, profissão, local de residência e renda mensal. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, no horário e local de conveniência das participantes, partindo de uma questão disparadora, a saber: “O que significa, para você, ser mulher?”. Para analisar o material fornecido, transcrevemos a fala das participantes, e orientados pelos objetivos da pesquisa, fizemos uso da Análise do Conteúdo. Identificamos dois núcleos de sentido: “Relações de Gênero: na família, no trabalho e na igreja” e “Mulheres de antigamente e de hoje em dia”. Tomamos emprestado da Teoria do Cinema o termo “modos de endereçamento” a fim de explicar o que são as representações sociais a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, e, em seguida, compreender a interpretação dessas mulheres sobre o que significa ser mulher. Em relação ao atravessamento dessas identidades pelo discurso religioso, vimos que a transmissão e o investimento em tais posicionamentos requerem a crença no conteúdo revelado de escrituras como sendo da ordem do sagrado. Logo, fora dos sistemas de significação religiosos, essas posições receberiam outras valorações. Nesse contexto, as participantes utilizam-se do mito criacional de Adão e Eva a fim de explicar as relações de Gênero estabelecidas dentro dos espaços que ocupam. Por acreditarem que a mulher foi feita para o homem, visando complementá-lo, esta é representada como sendo sua auxiliadora. Nessa relação, o homem é apontado enquanto líder do casal – nomeadamente cabeça do lar – devendo a mulher submeter-se à sua liderança. Não obstante, a temática da submissão está diretamente ligada ao tipo de relação de gênero estabelecida dentro de um espaço social (seja este privado ou público). Concomitantemente, estas mesmas mulheres recebem endereçamentos outros, de discursos mais variados, que influenciam na releitura e redirecionamento das posições recebidas pelo discurso religioso cristão protestante. Releituras estas identificadas através das variações de significação apresentadas.

Palavras-chave: Família; Gênero; Religião.

ABSTRACT

The history tells the peculiarity of the roll attributed to women in society. Through out the centuries this roll has been transformed along with the new ways of thinking and representing the world and the gender relations. For a long period of time the dominant representation was the religious one – to be more precise, in the western culture, the Jewish and Christian. We continue to receive influences from this specific view of world, but in a very particular way considering the changes and the new social, economical and cultural context of post-modernity. As we become subjects in a cultural and social context of which religion is part, the following question arises: What is the possibility of thinking about the feminine identity having the religious experience as a starting point. Therefore, the present study searched to apprehend the representation of Feminine Identity presented by evangelical women, living in the metropolitan area of Recife, by analyzing how they comprehend the roll of woman in family, public space and the influences of the religious Christian protestant code. For this, fifteen women pertaining to the average sociocultural layer, with age between 20 and 35 years, created in a protestant Christian home and that has been currently congregating in Historical Churches (Baptist; Presbyterian and Episcopal) participated in this study. The social pointers taken in consideration to define the social class were: instruction degree, profession, place of residence and monthly income. We carried out half-structuralized interviews, in the schedule and place of convenience of the participants, by asking the following starting question: “What it means, for you, to be woman?”. To analyze the supplied material, we transcribed the participant’s speeches, and guided by the objectives of the research, we made use of the Analysis of the Content. We identified two main groups: “Gender relations: in the family, at work and at church” and “Women of other times and of nowadays”. We loaned from the Theory of the Cinema the term “addressing ways” in order to explain what are the social representations from a post-structuralism perspective, and after that, to understand the interpretation of these women on what it means to be woman. In relation to these identities crossed by the religious speech, we saw that the transmission and the investment in such positionings require the belief in the disclosed content as Holy. So, out of the religious significance systems, these positions would receive other valuations. In this context, the participants make use of Adam and Eve criacional myth in order to explain the established gender relations inside the spaces they occupy. For believing that the woman was made for the man, aiming at to complement it, they are represented as being its helper. In this relation, the man is pointed out to be the couple’s leader - nominated head of the home - having the woman to submit to his leadership. Nevertheless, the thematic of submission is directly related with the kind of gender relation established inside a social space (either private or public). Concomitantly, these same women receive other addressings, from varied speeches, influencing the reading and redirection of the positions received from the Christian protestant religious speech. Reading and redirection identified through the presented variations of significations.

Key Words: Family; Gender; Religion.

RESUMEN

La historia narra las peculiaridades del papel atribuido a la mujer en la sociedad. A lo largo de los siglos éste se ha ido transformando a partir de nuevas formas de pensar y representar el mundo y las relaciones de género. Por mucho tiempo la representación dominante era la religiosa - más específicamente, en la cultura occidental, la judaico-cristiana. Continuamos actualmente recibiendo influencias de esa visión del mundo, sin embargo de forma muy particular, modificada por el contexto socioeconómico de la pos-modernidad. Por el hecho de ser constituidos como sujetos dentro de un contexto sociocultural, del cual la religión hace parte, surge la interrogación: ¿Cómo piensa la identidad femenina a partir de la óptica de la experiencia religiosa? De esta forma, la presente investigación buscó asimilar la representación de la Identidad Femenina presentada por mujeres evangélicas, residentes en la ciudad de Recife, analizando la forma como entienden el lugar de la mujer en la familia, en la sociedad y las influencias de los códigos religiosos cristianos protestantes sobre esa representación. Para lo cual, participaron de esta encuesta quince mujeres, pertenecientes al nivel sociocultural medio, con edad entre 20 y 35 años, educadas en un hogar cristiano protestante y que, actualmente, se congregan en Iglesias Históricas (Bautista, Presbiteriana y Episcopal). Los indicadores sociales llevados en consideración para definir el nivel social fueron: grado de formación académica, profesión, local de residencia e ingreso mensual. Realizamos entrevistas semi-estructuradas, en el horario y local de conveniencia de las participantes, a partir de la siguiente pregunta: “¿Qué significa para usted ser mujer?”. Para analizar el material proporcionado, transcribimos el habla de las participantes, y orientados por los objetivos de la encuesta, hicimos uso del Análisis del Contenido. Identificamos dos núcleos de sentido: “Relaciones de Género: en la familia, en el trabajo y en la iglesia” y “Mujeres de antaño y de hoy en día”. Tomamos prestado de la Teoría del Cine el término “modos de enfoque” con la finalidad de explicar lo que son las representaciones sociales con base en una perspectiva pos-estructuralista, y enseguida, comprender la interpretación de esas mujeres sobre lo que significa ser mujer. Con relación a la travesía de esas identidades por el discurso religioso, vimos que la transmisión y el investimento en tales posicionamientos requieren la creencia en el contenido revelado de escrituras de orden sagrado. Enseguida, fuera de los sistemas de significado religioso, esas posiciones recibirían otras valoraciones. En ese contexto, las participantes hacen uso del mito creacional de Adán y Eva para explicar las relaciones de Género establecidas dentro de los espacios que ocupan. Al creer que la mujer fue hecha para el hombre, buscando complementarlo, ésta es representada como siendo su ayudadora. En esta relación, el hombre es señalado como líder de la pareja – nominalmente cabeza del hogar – debiendo la mujer someterse a su liderazgo. Sin embargo, la temática de la sumisión está directamente ligada al tipo de relación de género establecida dentro de un espacio social (sea este privado o público). Simultáneamente, estas mujeres reciben otros enfoques, de los más variados discursos que influyen en la relectura y redireccionamiento de las posiciones recibidas por el discurso religioso cristiano protestante. Estas relecturas son identificadas a través de las variaciones de significación presentadas.

Palabra-llave: Familia; Género; Religión.

SUMÁRIO

CARTOGRAFANDO:

- O paradeiro do sujeito contemporâneo..... 10**
Engendramentos: a desconstrução da noção Clássica de sujeito.
Cultura, paisagens culturais e subjetividades rizomáticas.
Sobre gênero, família e religião.

CAMINHANDO É QUE SE FAZ O CAMINHO:

- O desafio da pesquisa e os passos do pesquisador.....29**
O desafio da pesquisa e os passos do pesquisador.

MULHER VIRTUOSA, QUEM A ACHARÁ?

- Apresentação das participantes.....37**

PERCURSOS E PERCALÇOS HISTÓRICOS:

- Do nascimento da visão de mundo moderna à crise do sujeito cartesiano.....61**
As contradições da herança e a herança das contradições.
Contornos modernos.
O homem voltado para si: a filosofia do sujeito.
O desmantelamento do sujeito cartesiano e a emergência da filosofia da diferença.

A RELIGIÃO NA CONTEMPORANEIDADE:

- Pluralismo e crise de sentido.....78**
A secularização e a crise dos sistemas religiosos de interpretação universal.
As sociedades arcaicas e os sistemas religiosos de interpretação universal de sentido.
A expressão monoteísta Judaico-Cristã e as relações de gênero.

ENDEREÇAMENTO E INVESTIMENTO:

- Os sistemas de representação social e as posições de sujeito.....91**
O conceito de representação.
Endereçamentos.
Os sistemas de representação religiosa e o endereçamento de posições-de-sujeito.
Relações de Gênero: na família, no trabalho e na Igreja.

A IDENTIDADE FEMININA E A PRODUÇÃO DE ENTRE-ESPAÇOS:

- A família, o trabalho e a igreja engendrando as identidades de gênero.....130**
A fixação e a subversão na produção de identidades híbridas e irregulares.
O sentimento moderno de família: engendrando lugares e papéis de mulher.
As mulheres de antigamente e as de hoje em dia: a identidade feminina em busca de novas fronteiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

CARTOGRAFANDO:

O paradeiro do sujeito contemporâneo

Ao refletir sobre o sujeito contemporâneo, nos veio à mente o personagem principal de um livro bastante diferente e intrigante, cuja autoria pertence a Martin Handford: “Onde está Wally”. Este livro apareceu no Brasil em 1990. Somente com ilustrações, ele convida o leitor a encontrar o rapaz Wally em meio a multidões na praia, no camping, na loja de departamentos... Mas, junto a outras figuras semelhantes, o tempo para se achar Wally depende do número de “distratores”, ou seja, quanto mais pessoas parecidas com Wally, na imagem, mais tempo se leva para encontrá-lo.

Há algumas semelhanças entre esse simples jogo de paciência e o refletir acerca do sujeito contemporâneo. Wally é um rapaz que se “perde” diante da multidão, ele é, ao mesmo tempo, igual e diferente dos demais. São tantos que se parecem com ele, existem incontáveis características que identificam os personagens uns com os outros e motivos mais variados (que se possa imaginar), que os fazem partilhar de um espaço comum. Por que não pensar este espaço enquanto espaço sociocultural?

Não haveria a necessidade de se procurar por Wally, caso este não estivesse perdido em algum lugar na multidão. Preliminarmente, poderíamos dizer que Wally é, ao mesmo tempo, indivíduo e sujeito. Mas o que isso significa? Indivíduo por poder representar seu meio, ou melhor, ser porta-voz desse espaço sociocultural e sujeito, pois semelhanças à parte, Wally se faz único dentro da multidão – razão pela qual o procuramos.

Como os leitores do livro de Handford, nós também estamos à procura de alguém. Procuramos, em meio às novas relações estabelecidas entre os indivíduos, suas instituições e culturas, o sujeito contemporâneo. Nossos primeiros passos surgem das seguintes indagações: “por onde anda o sujeito?”, “o que faz?”, e “encontra-se em busca de quê?”. Utilizando a

provocação do livro de Martin Handford sobre o paradeiro de Wally, introduzimos esta pesquisa refletindo a respeito da produção do sujeito contemporâneo.

Engendramentos: a desconstrução da noção Clássica de Sujeito

Estamos diante da “morte do sujeito”. Por mais de duas décadas teóricos e estudiosos criticaram e rejeitaram a definição de um sujeito universal, unificado, totalizado e totalizante. Encontramo-nos em um tempo histórico de embate entre duas visões principais de sujeito e mundo: uma clássica e outra pós-moderna (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001).

De acordo com González Rey (2003), o pensamento ocidental e boa parte de suas construções éticas, políticas e religiosas nasceu junto com a idéia de um sujeito universal apresentado enquanto ideal. Este era visto, predominantemente, como um ser determinado por sua biologia e natureza, destinado a viver tudo aquilo para o qual fora criado, carregando em suas entranhas a essência de seu existir.

Foi nessa produção de verdades universais, assim como na do sentido comum, que se construiu o ideal racionalista de um sujeito capaz de dominar o mundo e a si mesmo. Concomitantemente, por trás desse ideal, estava o princípio racional de caráter universal das crenças, que permite uma divisão estática entre dois mundos opostos: um “bom” e um outro “mau” (REY, 2003). Esta dicotomia (bom x mau) encontrava, na visão Maniqueísta, seu fundamento. Nesta, o universo é compreendido enquanto criação de dois princípios essencialmente diferentes e que se combatem (OLINTO, 2000).

Considerando por bem tudo aquilo que fosse justo, conforme os preceitos morais, todo aquele que pertencesse a esse lado seria constituído por uma virtude ou qualidade superior. Em contrapartida, ao contrário do bem, o mal seria tudo aquilo que se desvia do que é honesto e da moral, e que, considerado imperfeito ou irregular, traria tormento e sofrimento aos seus.

Esta mesma tradição cultural de um sujeito universal (idealizado), dos sistemas de significação filosófica e religiosa era sustentada por outras dicotomias. A idéia de uma suposta “natureza humana” precedente à própria existência, confinava homens e mulheres ao que supostamente os constituiria, antes mesmo de nascer; a algo pré-estabelecido. Haveria, desse modo, uma separação clara entre o individual e o social.

A construção do pensamento e a noção de sujeito foram, por muito tempo, situadas entre a independência das atividades mentais (pensamentos e idéias) em relação ao espaço social. Esta distinção dizia respeito a dois pólos também considerados opostos entre si: a interioridade psíquica e a exterioridade social. Havia, assim, demarcações claras e fronteiras visíveis entre um mundo “interno” e outro “externo”.

Durante a primeira metade do século XX, a psicologia se centrou, quase que exclusivamente, no indivíduo, sendo a interioridade psíquica, por muito tempo, a única matéria relevante para investigação. As decisões privadas, as atitudes, e os comportamentos tomados por indivíduos eram considerados seu objeto de estudo. Dessa maneira, praticamente todas as categorias básicas da psicologia – personalidade, motivação e pensamento – tiveram o indivíduo moderno por unidade de análise (REY, 2003).

De alguma forma, tal pensamento se perpetua em nossos dias. No cotidiano, ainda transmitimos a idéia de existência a partir de uma interioridade psíquica, de um núcleo ou “eu” independente do social. Ou seja, conservamos na atualidade “a imagem de uma experiência privada, intransferível, inquestionável e irrenunciável” (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ 2001, p.114).

Contudo, foi a partir das repercussões das duas grandes guerras e das mudanças nos meios de comunicação, na segunda metade do século XX, que se produziu, na psicologia e em outras ciências sociais, uma preocupação crescente em relação ao social. Diferentes perspectivas passaram a insistir na idéia de que é preciso prestar mais atenção ao que fica

“fora” do espaço interior (considerado mental, subjetivo), definindo o ser humano muito mais enquanto ser social do que psicológico. Surgem daí, de acordo com Domènech, Tirado & Gómez (2001) duas versões para se pensar o ser humano enquanto ser social.

Na primeira versão, considerada “débil”, nossa identidade pré-existente tomaria delineamento ou contornos a partir de poderosas influências externas. Numa outra versão, considerada “forte”, questiona-se a própria possibilidade da pré-existência de algum interior à margem de certos processos constitutivos que teriam sua origem e localização no exterior. Mas, mesmo nessa versão, permanece a idéia da existência de espaços cujas naturezas são opostas entre si. Os construcionismos sociais seriam para Domènech, Tirado & Gómez (2001) um exemplo desta versão “forte”.

Pretendendo dissolver a dicotomia interior/exterior e superar o abismo entre um mundo privado e um outro público, o construcionismo social enfatiza o papel determinante do lingüístico, do discursivo e do significado na constituição de nossos mundos mentais. Logo, o “eu” passaria a ser um relato que emerge a partir das propriedades da linguagem, do discurso e/ou do significado. Por isso, afirmarem que nossas vidas são vividas de forma narrativa (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001).

Ao mesmo tempo, apesar da denúncia do essencialismo naturalista dominante, essas abordagens acabam mantendo outros dualismos (sujeito/objeto; natureza/sociedade). Desse modo, apenas aparentemente rompem com a imagem clássica de sujeito. Ou, melhor dizendo, o construcionismo passa a opor resistência a qualquer idéia ou noção de sujeito e sua capacidade pensante, por “considerar que o mesmo só se expressa em negociações definidas pelo repertório de significados que caracterizam o espaço relacional em que o indivíduo existe” (REY, 2003, p. 162). Há, nesse sentido, um deslocamento de um individualismo dominante para uma espécie de culto ao social, em que apenas teríamos a consciência de nós

mesmos, na imersão e exposição crescente de valores, opiniões e estilos de vida de outras pessoas (permanecendo a idéia de interioridade psíquica).

Dessa forma, fosse pela existência de um sujeito “pré-existente”, que receberia seus “moldes” do social, ou pela existência de um sujeito também “pré-existente” que se manifesta enquanto tal, no social, a partir de estruturas de linguagem pré-estabelecidas, a filosofia do sujeito está fortemente inspirada em uma representação dialética de ser humano e mundo (REY, 2003).

Não obstante, ainda que continue havendo nas entranhas do pensamento ocidental um certo dualismo, em paralelo, uma outra visão se impõe. A já anunciada “morte do sujeito”, na verdade, não retrata o aniquilamento e a não existência deste, antes, porém aponta para a “morte” ou inadequação da filosofia do sujeito. Nesta, as evidências inquestionáveis apresentadas através de dualismos (interior/exterior; indivíduo/sociedade) passam a ser postas à prova, em que a lógica do ser passa a ser substituída pela lógica da conjunção, combatendo-se a primazia do verbo e remetendo, sempre, às circunstâncias.

A crise do “sujeito clássico” nasce, assim, da pretensão de se afirmar o psicológico não mais como uma questão exclusivamente individual ou, tampouco, como meramente social; mas, ao invés disso, como um evento social culturalmente engendrado.

A proposta aqui apresentada, então, é a de se pensar não em “sujeito” (unidade – identidade), mas em envolturas, fronteiras, espaços de conexão ou montagem contínua. Uma interioridade transbordante, que afeta e é afetada pelos processos e relações de movimento e descanso, os quais desenham subjetividades e nunca substâncias (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001).

Tal produção é, segundo Deleuze (in DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001) de natureza industrial, maquínica, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida. Isso porque a capacidade de afetar e ser afetado é um produto ou propriedade de uma cadeia

de conexões entre humanos, artefatos técnicos, dispositivos de ação e pensamento. Construídas e distribuídas socialmente através da cultura, tais subjetividades são vistas como sendo descentradas, múltiplas, nômades e situadas.

Nesse contexto, a subjetividade humana é “parte do tecido relacional, da trama social em que todo indivíduo está sempre inserido” (DOMÈNECH, TIRADO & GÓMEZ, 2001, p.117). Não somente como produtor e testemunha do surgimento da cultura na sociedade, mas agora compreendido enquanto a própria cultura e sociedade em si. Não apenas sujeito de contornos limitados e fechados, mas subjetividades que se configuram num devir sendo “continuamente constituídas a partir das ligações e religações que suas ramificações fazem e refazem com elementos intra e extrapsíquicos, individuais e pré-individuais, humanos e não humanos, orgânicos e inorgânicos” (PARPINELLI & SOUZA, 2005, p. 480).

Cultura, Paisagens Culturais e Subjetividades Rizomáticas.

Segundo Felix Guattari e Suely Rolnik (2004), na contemporaneidade, a palavra cultura possui significados diversos, podendo receber tratamento diferenciado e ser utilizada para situações específicas. Num primeiro momento, podemos estar fazendo um julgamento de valor que determina quem tem cultura e quem não tem; ou, quem pertence aos meios cultos e quem pertence aos meios incultos. Num segundo momento, esta poderia ser apresentada enquanto sinônimo de civilização, sugerindo que determinada organização social seja democrática, republicana ou socialista.

No caso do Brasil, por exemplo, diríamos que, por se tratar de um país democrata, este se caracterizaria pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, além de, pelo poder de reivindicar sua identidade cultural. Nesse tipo de

entendimento estariam em pauta os territórios coletivos, tal como a cultura negra, a underground, a técnica e outras (GUATTARI & ROLNIK, 2004).

Tem-se, também, a idéia de cultura enquanto mercadoria. Considerando por mercadoria todos os bens, todos os equipamentos, todas as referências teóricas e ideológicas e, inclusive, todas as pessoas (GUATTARI & ROLNIK, 2004). Não obstante, para que essas mercadorias façam sucesso é preciso ter um modo próprio de produção: o capitalístico.

Os modos de produção capitalísticos funcionam através de um modo de controle de subjetivação em que o “capital se ocupa da sujeição econômica; e a cultura, da subjetiva” (GUATTARI & ROLNIK, 2004, p.27). Ora, estes modos de produção correspondem à paisagem cultural predominante da pós-modernidade. A idéia, aqui, seria a de fornecer para o sujeito algo equivalente ao que o mesmo “precise”, sem que, de fato, precise. Desse modo, para que isso funcione, são criadas necessidades ilusórias, necessidades equivalentes às reais – uma cultura de equivalência (GUATTARI & ROLNIK, 2004).

A adesão ou o investimento a tais necessidades acaba por sujeitar o sujeito, sendo o resultado a produção de indivíduos assujeitados a uma necessidade que se tornou cultural. Daí, afirmarem esses autores que, o que há, de fato, é simplesmente uma produção de subjetividade, para a qual, a cultura de massa é elemento fundamental. Mas, não somente uma produção da subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas sim, uma produção de subjetividades sociais.

Essa criação seria, de fato, uma movimentação diante da possibilidade de gerar níveis de competitividade e consumo. Ou seja, não se trata apenas de criar um novo produto para o mercado, faz-se necessário criar a “necessidade” de se querer, desejar, de se ter esse mesmo produto. Dessa forma, tudo que é produzido pelo processo de subjetivação capitalístico, tudo que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam, não é apenas uma questão de idéia, tampouco de transmissão de significações. Trata-se, antes, de

sistemas de conexão direta entre o que Guattari & Rolnik (2004) chamaram de as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas.

Então, eis a cena que se descortina, diante dos nossos olhos, na paisagem cultural à qual pertencemos. Constrói-se uma idéia de Happy ending. Endereça-se para homens e mulheres papéis aos quais devem se engajar, mantendo uma performance cinematográfica – com amplitudes e perfeição Hollywoodianas. A mulher deve ser exímia cozinheira, costureira, arrumadeira, passadeira, mãe, amante e profissional. O homem, uma máquina de fazer dinheiro, deve sustentar e bancar os deleites e prazeres mundanos da família. Produtos são lançados a fim de serem comercializados; e, consumidos por esses atores, ditam novas formas de ser. Em algum momento, um mal estar lhes sobrevêm. Gradativa e, gradualmente, tais produtos não dão mais conta dos anseios e expectativas criados pela performance. O script demanda mudanças.

Pessoas reais, vivendo num mundo real, dão vez, talvez, para a aspereza, opacidade e agruras da vida como ela é – mas quem deseja prová-las? Há, no mercado, quase como separado por prateleiras, uma oferta enorme de scripts. A promessa do produto é a de acolher aquele/aquela insatisfeito e decepcionado com um papel desbotado, sem brilho e sem glamour. Longe dos holofotes e da calçada da fama não há mais nada a ser exaltado; e assim, o sujeito contemporâneo entra em conflito.

É-lhe dito ser necessário aparecer, mostrar-se. Mas não de qualquer maneira! Papéis outrora louvados, desejados e até mesmo venerados por alguns – tais como o de mulher/mãe e homem/provedor – já não fazem mais sucesso. A vida como ela é, é considerada insípida, sem gosto. Questiona-se: onde estão todas aquelas fortes emoções prometidas e previstas no roteiro? Como ficam os investimentos feitos, as expectativas e desejos dos atores sociais? Daí, quase como num passe de mágica; embalados, confortados pela promessa da fada madrinha em nos conceder um pedido, fazemos como Pinóquio: queremos ser (pessoas) de verdade.

Ansiamos por nos sentir vivos, livres das cordas que supomos impedir nossa existência. Desejosos de cortar as amarras e sair andando com nossos próprios pés, pagamos o preço necessário. Ou seja, como espectadores de televisão tomamos o controle remoto em nossas mãos e imaginamos estar no controle das nossas vidas.

Pensamos que, uma vez “livres” das antigas ataduras, nada mais pode nos controlar e deter, e, por acreditar nisso, passamos a investir em outros cenários. Investimos tudo que somos e temos: tempo, dinheiro, afeto e emoções. Sem nos dar conta, apenas mudamos de conto, apenas trocamos as cordas que delimitam o ritmo das nossas passadas. Até pouco tempo, estas cordas eram visíveis e bem conhecidas: o Estado e a Igreja. Mas, hoje, o que nos prende? Não sabemos. Parece ser exatamente isso que procuramos, o fato de estarmos em busca de histórias emocionantes, em que possamos ser protagonistas famosos e bem sucedidos, tendo a idéia fantástica de que nada nos detém. Contudo, o que realmente nos escapa, muitas vezes, é o fato desses contos serem contados de forma não neutra; e de que todo cenário, enredo e personagens são criações deliberadas e intencionais. Ficções construídas para nos entreter, e, prendendo nossas atenções, fazer-nos esquecer do acontecimento que mais nos interessa: a vida.

Ao mesmo tempo, o que é a vida e o viver, senão uma produção constante – com direito a rasuras – daquilo que gostaríamos de ter, ser e/ou ter sido. Enganamo-nos e distanciamo-nos, muitas vezes, das formas de produção singular. Ao que consta, essa subjetividade maquinicamente fabricada seria produto direto da já mencionada “cultura de equivalência” (GUATTARI & RONILK, 2004).

Essa concepção de uma produção de subjetividade maquinicamente engendrada não aconteceu por acaso, tampouco surgiu do nada. Anterior a isso se verifica, dentro das ciências sociais, um outro entendimento acerca da construção social da cultura. O campo da

Antropologia e, em particular, o da Antropologia Cultural, é um dos primeiros a debruçar-se sobre a temática.

De acordo com Roque de Barros Larraia (2004), na tentativa de responder os questionamentos relacionados com a produção cultural, surgem na antropologia posicionamentos opostos: o determinismo biológico e o determinismo geográfico.

De forma bastante sucinta, o determinismo biológico, enquanto teoria, atribui capacidades específicas inatas a diferentes grupos humanos. Este comumente imputa aos sistemas de classificação uma racionalidade biológica, pensando ser, muitas vezes, a biologia o determinante das condições de comportamento humano. A antropologia, a partir desse posicionamento, toma por empréstimo da biologia a idéia de sistemas de classificação.

À luz da biologia, os sistemas de classificação dizem respeito à identificação e agrupamento de organismos em grupos distintos. A definição dos grupos de organismos basear-se-ia na seleção de determinadas características importantes e de traços compartilhados, de modo que os membros de cada grupo sejam semelhantes entre si e diferentes dos de outros grupos.

De igual modo, a utilização desse termo pela antropologia, a partir do determinismo biológico, emprega a mesma idéia de classificação. Tratar-se-ia, pois, da identificação e separação de grupos de pessoas de acordo com características biológicas, supostamente herdadas. A raça, o gênero e a etnia são apenas alguns exemplos do que, aqui, entende-se por sistema de classificação. Estes mesmos sistemas seriam utilizados pela cultura para o estabelecimento da “ordem” na sociedade.

Dentro das ordens estabelecidas, tradicionalmente, poderíamos apontar para o uso das questões de gênero, em relação à divisão de trabalho, por exemplo. Nesse caso, lançar-se-ia mão das características de comportamento herdadas a partir do pertencimento a um

determinado sexo, a fim de indicar se uma pessoa estaria apta ou não para desempenhar funções e cargos específicos.

Contudo, as pesquisas realizadas pela antropologia, na contemporaneidade, têm demonstrado que muitas atividades atribuídas a um gênero, em uma cultura, podem ser conferidas a um outro gênero, em outra cultura. Assim, as atitudes e diferentes comportamentos observados em pessoas de um mesmo gênero, em locais diferentes, por exemplo, abrem espaço para afirmações que apontariam como principal meio de formação a cultura em que a pessoa se encontra inserida e não um sistema de classificação biológico.

Já o determinismo geográfico considera que as diferenças do ambiente físico são suficientes e condicionam a diversidade cultural. Tais considerações foram desenvolvidas, principalmente, por geógrafos no final do século XIX e início do século XX (LARRAIA, 2004). Contudo, antropólogos como Franz Boas (1858 – 1949) e Alfred Kroeber (1876 – 1960), dentre outros, refutaram esse tipo de determinismo, demonstrando existir uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais.

Para esses autores, seria possível encontrar uma grande variedade e diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico (LARRAIA, 2004). Poderíamos aqui citar o exemplo dos lapões e esquimós apresentados por Larraia. Ambos encontram-se submetidos às mesmas condições climáticas, mas cada grupo estabelece uma forma própria de lidar com o frio congelante. Ou seja, respostas diferentes para a sobrevivência em um ambiente igualmente hostil são dadas por ambos os grupos. Assim, de acordo com Larraia, admitir o determinismo geográfico seria o mesmo que admitir a “ação mecânica das forças naturais sobre uma humanidade puramente receptiva” (LARRAIA, 2004, p.25).

Finalmente, em seu livro: “Cultura: um conceito antropológico” (2004), Larraia afirma que a origem do termo cultura, tal qual o conhecemos hoje, vem do final do século XVIII e início do século XIX, resultante da junção entre dois termos, “Kultuer” (germânico) e

“civilization” (francês). A utilização do termo germânico “Kultuer” simbolizaria todos os aspectos espirituais de uma comunidade; e a palavra francesa “civilization” referir-se-ia, principalmente, às realizações materiais de um povo. Por fim, a junção desses dois termos em um só, englobando seus significados, veio do vocábulo inglês “culture” e foi utilizado pela primeira vez por Edward Taylor (1832 – 1917).

Edward Taylor argumentava que a cultura é todo comportamento aprendido independentemente de uma transmissão genética. Influenciado por seu background intelectual da ciência clássica, com visão de mundo e ser humano modernos, surge, em sua teoria, conceitos de cultura que apontam para a idéia de um desenvolvimento linear e uniforme onde “cada sociedade percorreria etapas já percorridas pelas sociedades mais avançadas” (LARRAIA, 2004, p.34). Dessa maneira, as sociedades ocidentais européias eram sempre vistas como estando em nítida vantagem em relação às demais nesse processo de desenvolvimento cultural, por já terem passado por vários estágios unilineares, que as demais ainda iriam passar.

Além disso, inspirado pela teoria do naturalista britânico Charles Darwin (1809 – 1882), Taylor demonstrava questionamentos frente ao posicionamento metafísico e teológico acerca dos comportamentos e ações da pessoa humana e sua “natureza” divina. Essas explicações não passariam, a seu ver, de um retrocesso para a humanidade.

O termo cultura, nos moldes acima apresentados, foi considerado por Rolnik e Guattari (2004) uma palavra-cilada, por promover a noção de anteparo, remetendo quase com exclusividade às noções de valor, território coletivo ou mercadorias, impedindo de se pensar a subjetividade como processo maquinicamente produzido. Isso porque, da forma como foi tratado, dá a entender uma unidade ou homogeneidade, além de um certo etnocentrismo.

Assim, dentro dos parâmetros apresentados pela Antropologia do final do século XVIII e início do século XIX, quando se pensa, por exemplo, em “Cultura Brasileira” tem-se

a impressão de algo comum a todos aqueles que nasceram neste território nacional (uma comunhão de idéias, de formas de ser, de crenças, de expressões artísticas e religiosas, etc) sendo as diferenças minimizadas. A idéia de homogeneidade passada pela compreensão que se tem sobre cultura é, nesse exemplo, essencialmente segregária e impede a disposição e o financiamento de processos de singularização cultural.

Nas margens da cultura de exclusividade dos valores, territórios coletivos e mercadorias, emerge uma resistência particularista. Nosso novo contexto histórico demanda que nos debruçemos, com maior rigor, sobre esses universalismos segregários, requerendo que, ao invés de apontarmos para as diferenças entre as culturas, venhamos a debater sobre as diferenças existentes dentro de uma mesma cultura (BRAIDOTTI, 2002). Contudo, essa tarefa não é das mais fáceis.

Para isso, faz-se mister a desconstrução da noção de cultura enquanto conceito antropológico, advindo da filosofia das Luzes, e do ideal moderno de sujeito, que trazem em seu bojo uma visão linear da produção de subjetividades, a qual desconsidera as diferenças e os processos singulares de subjetivação.

Além disso, acreditamos que tal noção não examina convenientemente as migrações e transmutações mundiais, na contemporaneidade, que desafiam a dita homogeneidade. Para Rosi Braidotti, “o mito da homogeneidade cultural é crucial para a fábula do nacionalismo Europeu” (BRAIDOTTI, 2002). É esta fábula que precisa ser revista. Mas, por que isso interessa a este estudo? Por que nos interessa a desconstrução, não apenas dessa noção de cultura, mas como de toda a noção clássica de sujeito?

Sabemos que a cultura filosófica Ocidental, juntamente com os valores morais das religiões monoteístas (Judaico-Cristã), foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da noção de família e relações de gênero, ao longo da história do Ocidente. Circunscrito por valores absolutistas e universais, fossem estes filosóficos ou religiosos, o nacionalismo

européu representava o sentimento de soberania de uma minoria, apoiado no princípio das hierarquias (dos sexos, das etnias, das classes etc). Eis a razão do nosso interesse pela desconstrução dessas noções, de cultura e sujeito; por serem, ambas, responsáveis por “engendrar” papéis masculinos e femininos e os encaminhar, a homens e mulheres, como sendo algo naturalmente herdado ou da ordem do sagrado. Esses papéis socialmente esperados dizem respeito, por sua vez, aos ideais de feminilidade e masculinidade processados dentro do contexto sociocultural e familiar específico.

Sobre Família, Gênero e Religião.

Na paisagem cultural à qual pertencemos, as normas e os valores que organizavam e legitimavam o casamento e a família tornaram-se frágeis – principalmente as da família conjugal urbana, desenvolvida a partir das últimas décadas do século XIX (VAITSMAN, 1994). A família, ou o que se entendia por família, vem mudando junto com as transformações da ordem social, responsável pela instituição das regras e das proibições, dos direitos e dos deveres dos indivíduos. Essas modificações no modelo tradicional, sua configuração e funcionamento, a cada momento, fazem surgir novas questões acerca da idéia de família e papéis familiares.

Dentre as transformações socioculturais sofridas pela família, próprias das circunstâncias pós-modernas, citamos as principais: o modo de entender e o modo de viver o amor e a sexualidade, a fecundação e a procriação, o vínculo familiar, a paternidade e a maternidade, e o relacionamento entre homem e mulher. Mas, apesar de pesquisas recentes apontarem para um “enfraquecimento” das normas e valores, estas, de igual forma, identificam também indícios e evidências de uma surpreendente vitalidade do ideal familiar.

Esse ideal familiar é traduzido pelo modelo tradicional de família, composta por pai, mãe e filhos, que apesar de estar sofrendo grandes modificações – as quais têm alterado tanto a sua configuração, como o seu funcionamento – não desapareceu por completo. Segundo Luciana Grzybowski (2002), a crise nesse modelo tradicional de família não deve ser considerada enquanto sinônimo de dissolução; mas, sim, como momento de redefinições da configuração e dos papéis desempenhados por seus membros. Daí afirmar que essas mudanças indicam transformações sociais mais amplas que demandam novas configurações e re-organizações (VAITSMAN, 1994) tendo determinantes de diversas ordens.

De igual modo, essas novas configurações, que se apresentam, imprimem novas formas de ser em nossas relações, ocorrendo em um ambiente caracterizado pelo pluralismo ético, cultural e religioso (PETRINI, 2003). E, ao mesmo tempo, mesmo sabendo que as religiões e as crenças desempenham um papel central na sociedade, ainda assim, é marcante o descrédito e até mesmo o menosprezo que é dado à religião, especificamente a crenças coletivas (BRUSCAGIN, 2004).

Considerando o gênero como uma categoria relacional, definido na relação com o outro e, permeado pelas relações sociais, sublinhamos a importância e a centralidade dos fenômenos ditos religiosos para produção das subjetividades, uma vez que, este campo é fundamental, para a maneira como as pessoas vivem. Inclusive, segundo Cláudia Bruscin, “para muitas famílias, a religião é parte integrante de suas vidas e experiências cotidianas” (BRUSCAGIN, 2004, p.163). Isso porque, em geral, a religião orienta as regras de relacionamento, influencia as atividades familiares e determina como a família vê o mundo. Assim sendo, destacamos a urgência em se refletir mais profundamente sobre esse processo de produção de subjetividades e construção dos gêneros, que está por trás de nossas crenças e que fundamenta nossa vida social.

Dessa maneira, buscando problematizar as relações sociais com o intuito de entender as destinações da produção maquínica do sujeito contemporâneo, partimos da perspectiva pós-estruturalista, articulando os processos de construção da subjetividade (classe, religião, gênero) sem, contudo, determo-nos exclusivamente na questão do ideal familiar por não ser este o enfoque da nossa pesquisa. Assim sendo, o objetivo principal deste estudo foi apreender a representação da Identidade Feminina em mulheres evangélicas, analisando a forma como entendem o lugar da mulher na família, no espaço público (trabalho e igreja) e as influências dos códigos religiosos cristãos protestantes sobre essa representação.

O pós-estruturalismo é uma perspectiva filosófica não essencialista, para a qual conhecer significa atribuir sentido, dar peso, valorar (PETERS, 2000). Nascida a partir da filosofia da diferença, essa perspectiva passa a nortear, dentre outros, os Estudos Culturais, Estudos do Cinema, Pós-colonialistas e Feministas. Por estarmos, ao longo de todo trabalho, tomando por empréstimo alguns conceitos desenvolvidos por estes estudos, faz-se mister clarificar os percursos históricos da construção da filosofia da diferença, e como esta tenta superar a noção clássica de sujeito.

No primeiro capítulo, estaremos anunciando o caminho da pesquisa e levantando breves reflexões acerca da jornada empreendida pela pesquisadora, suscitando indagações sobre a produção do saber científico. Logo em seguida, no segundo capítulo, apresentaremos as quinze mulheres evangélicas que participaram, através de suas narrativas, desse estudo.

Posteriormente, no terceiro capítulo, intitulado Percursos e Percalços Históricos, faremos um breve percurso teórico do nascimento da visão de mundo moderna e da Filosofia do Sujeito por serem estes os antecedentes históricos e produtores da Filosofia da Diferença. Esta filosofia será a responsável por fornecer a visão de ser humano e mundo do presente estudo, além de sustentar e possibilitar a aproximação do nosso objeto de trabalho. A necessidade da discussão, em um capítulo teórico, da desconstrução da noção clássica de

sujeito deve-se, exatamente, ao fato de termos abraçado, como base para leitura do nosso objeto de estudo, uma perspectiva teórica antidualista, baseada na filosofia da diferença. Filosofia esta, inclusive, que se levanta contra a filosofia do sujeito e sua noção essencialista de um indivíduo-recipientes das construções sociais; de uma noção moderna de ser humano genérico.

No quarto capítulo, trabalharemos, mais diretamente, com a temática da religião na contemporaneidade, e com o surgimento da compreensão religiosa das relações de gênero nas sociedades arcaicas. Inicialmente, explicitaremos de forma breve as questões da secularização e a conseqüente crise dos sistemas religiosos de interpretação universal. Tratando da questão dos pluralismos e crises de sentidos ocasionados pela derrocada das sociedades tradicionais, as quais desenham novas paisagens contemporâneas na vivência religiosa. Posteriormente, visitaremos o advento das duas principais religiões monoteístas (Judaica e Cristã) e suas repercussões e influências na configuração social, no espaço privado da família e no público, dos mercados e templos. Assim, esse capítulo tem por objetivo clarificar para o leitor a base da influência religiosa cristã sobre a compreensão Ocidental de família, das relações de gênero e papéis familiares e proporcionar uma visão geral da religiosidade em épocas atuais.

Com esses dois capítulos, terceiro e quarto, objetivamos introduzir teoricamente as principais transformações ocorridas no pensamento ocidental, mapeando as contingências históricas – tanto filosóficas quanto religiosas – da construção e desconstrução de uma noção de identidade fixa/imutável. Tais capítulos compõem o corpo teórico do presente estudo por fornecerem as bases necessárias para uma melhor compreensão, por parte do leitor, da perspectiva teórica adota, que será posteriormente, no capítulo que se segue, utilizada na análise das entrevistas.

O quinto capítulo se destina às questões relativas aos sistemas de representação social e ao endereçamento das posições de sujeito, responsáveis pela construção de nossas

identidades. Nesse, tomaremos emprestado o conceito de “modos de endereçamento” desenvolvido pelos Estudos do Cinema a fim de melhor compreendermos o investimento das mulheres evangélicas nas posições-de-sujeito endereçadas pelos sistemas de representação religiosa.

A construção da identidade feminina como produção maquínica será a temática trabalhada no sexto capítulo. Tomando por base os lugares e papéis sociais tradicionalmente destinados às mulheres, discutiremos a desestabilização dos modelos e a busca por novas identidades. E, por fim, nas nossas considerações finais faremos uma explanação dos papéis atribuídos à mulher, de acordo com as participantes da pesquisa, e como as produções maquínicas do sujeito contemporâneo viabilizam identidades indeterminadas e entre-espços subjetivos.

*Não é o ser.
Não é quem sou.
São os propósitos.
É o que me leva, e o que me traz.
São os caminhos.
É o caminhar!*

Thálita Menezes

CAMINHANDO É QUE SE FAZ O CAMINHO:

O desafio da pesquisa e os passos do pesquisador

Ao introduzir o caminho de pensamento e da prática exercidos durante este estudo, procuramos lembrar seu percurso. Circunscrito em um espaço de tempo e configuração social específico, este traduz a provisoriedade e dinamismo do desafio da pesquisa. De igual forma, aponta para o ritmo próprio do pesquisador e as afetações sofridas pelas travessias de outros muitos caminhos que se abriram enquanto possibilidades.

Pesquisando, percebemos que uma pesquisa é um processo que se faz em espiral. Começando com um problema ou uma pergunta, finda com um produto provisório, capaz de dar origem a novas interrogações. Isso porque, segundo nos conta Minayo, o conhecimento é uma “construção que se faz a partir de outros conhecimentos sobre os quais se exercita a apreensão, a crítica e a dúvida” (MINAYO, 1999, p. 89).

Não por acaso pensamos, não por acaso conhecemos. Impulsionados por interesses e circunstâncias, lançamo-nos sobre uma temática, na tentativa de saber mais sobre aquilo que nos afeta. Não por acaso nos debruçamos e dissertamos sobre determinado tema. Nossas escolhas traduzem nossas afetações.

Desse modo, a busca por conhecimento é a tentativa de lidar com a afetação de uma realidade que desnor-teia e desorienta. Não obstante, essa mesma afetação é a ação propulsora do pensamento, pois, no dizer de Regina Schöpke “é preciso que uma força exterior coloque o nosso pequeno mundo em movimento” (2004, p.192). Assim, saímos da rota. Somos afetados pela realidade de um objeto, somos impelidos à ação criadora do conhecimento.

As questões da investigação estão relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas

razões e seus objetivos. O olhar sobre o objeto estará condicionado pela posição social do pesquisador e pela perspectiva adotada. Descobrimo-nos tendenciosos.

Fazemos uso de lupas para nos aproximar do objeto em questão. Mas, nossas lupas, ou melhor, nossas perspectivas permitem apenas um vislumbre sobre o objeto de estudo. Uma única perspectiva, mesmo que queira, não consegue dar conta de um objeto. Isso porque nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, consegue explicar, por si só, todos os fenômenos e processos. Outras perspectivas mostrariam dimensões inteiramente novas do objeto pesquisado, formulando, a partir de suas teorias, novos pressupostos.

Instauram-se aí, os limites do conhecimento. Eis nosso ponto de partida: a certeza da incerteza, a inatingibilidade de um saber fechado, totalizante, conclusivo.

Logo, na nossa busca por apreender a representação da Identidade Feminina em mulheres evangélicas, percebemos a necessidade de auxílio de outros saberes. Ou seja, para que pudéssemos analisar a forma como tais mulheres entendem o lugar da mulher na família, no espaço público (trabalho e igreja) e as influências dos códigos de denominações protestantes, de Igrejas Históricas, visitamos a literatura religiosa, a antropologia e as questões de gênero.

Admitimos que na busca por trilhas seguras e estradas retilíneas, deparamo-nos com terrenos acidentados. Descobrimos, por fim, não haver destinos definitivos, mas apenas pontos de encontro. Encruzilhadas.

O desafio da pesquisa e os passos do pesquisador

Na sociedade Ocidental, a ciência se tornou a forma hegemônica de construção da realidade, expressando a busca por soluções para os problemas humanos. Dentro desse campo,

uma linguagem foi fundamentada, baseada em conceitos, métodos e técnicas para a compreensão do mundo e das coisas.

O campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições. Principalmente no embate entre as ciências naturais e as ciências sociais. Há aqueles que buscam a uniformidade dos procedimentos como condição para atribuir a um estudo o estatuto de ciência, sendo a coerência e a constância qualidades indispensáveis para a identificação e classificação dos seres. Mas, há também aqueles que reivindicam a total diferença e especificidade concernentes a cada obra, não aceitando a idéia de uma ciência reguladora como sinônimo de modelos e normas de conduta.

Especialmente no campo das ciências sociais, críticos se levantam contra a repetição de um modelo, procurando apontar vias de fuga para os casos em que a pretensão de uniformidade intenta ser o único promotor e critério de verdade. Pois, conforme assinala Minayo “a ciência é apenas uma forma de expressão desta busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva” (2004 p.10).

Discutir sobre a cientificidade dos meios ou métodos de pesquisa implica a necessidade de se compreender as diferentes cosmovisões das ciências naturais e das ciências humanas e seus percursos históricos. Apesar disso, não nos deteremos neste momento às origens históricas e filosóficas, nem ao percurso dessas cosmovisões. Basta-nos saber, aqui, que a ciência natural moderna tem uma origem comum a do capitalismo dominante, cujos tentáculos se encontram na grande ordem socioeconômica vigente. (TURATO, 2003).

Segundo Turato (2003), esses mesmos tentáculos viabilizam a supremacia de uma ideologia subjacente em vigor e buscam refrear as novas formas de fazer ciência. Desse modo, por muito tempo, os estudos qualitativos foram compreendidos como ineficazes, no que diz respeito aos critérios e normas científicas, por haver uma identificação entre o objeto de estudo e o

pesquisador. Críticas se levantaram quanto “a possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes” (MINAYO, 2004, p.11). Em contrapartida, os cientistas sociais alegam que a objetividade promovida pelas ciências naturais acaba por descaracterizar os fenômenos e processos sociais.

A busca científica corresponde a uma escolha metodológica, que por sua vez é norteada por valores. Logo, desde suas raízes, tanto a metodologia de pesquisa quantitativa quanto a qualitativa apresentam uma complexidade na formulação de problemas, recorte de objeto, aplicação de métodos e técnicas, procedimentos de tratamento dos dados e quadros de referenciais teóricos diferentes (TURATO, 2003).

A pesquisa qualitativa tem como objeto estudar o significado que os sujeitos dão aos fenômenos, por isso dizer-se que as opiniões são dados de valor. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser mensurado. Não se trata de quantificar uma realidade externa às pessoas, mas sim, de aprofundar-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, trabalhando com a vivência, com a experiência e com o cotidiano.

Seu objeto abrange um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Há uma menor preocupação com a generalização, e o que se busca é um aprofundamento e abrangência da compreensão “seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 1999, p. 102). Assim, trabalhar qualitativamente implica entender os sentidos e as significações que uma pessoa dá aos fenômenos em foco. Para isso, entrevistas e técnicas de observação são utilizadas como instrumentos de coleta de dados (TURATO, 2003).

De acordo com Minayo, a entrevista é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo e pode ser de vários tipos. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, à medida em que desejamos “apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa”

(MINAYO, 1999, p.99) utilizamos a entrevista semidiretiva como instrumento, apresentando às participantes a seguinte questão disparadora: “*O que significa, para você, ser mulher?*”. Esta serviu para orientar a entrevista, almejando responder o objetivo geral da presente pesquisa, e conferindo ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador.

Mantivemos em mente um roteiro que permitisse contemplar questões que colaborassem para a compreensão dos objetivos específicos deste estudo. Essas questões estavam relacionadas ao papel da mulher na família, no trabalho e na Igreja. Questões do tipo: “Como você vê a mulher na família?”; “Como você vê a mulher em relação ao trabalho?”; “Como você vê a mulher na Igreja?”.

Segundo Minayo (1999), a escolha da entrevista enquanto instrumento, e o roteiro elaborado a ser utilizado durante esta, visa à orientação, a abertura, a ampliação e aprofundamento da comunicação necessária. Kahn e Cannell (in MINAYO, p. 107) apresentam a seguinte definição sobre a entrevista de pesquisa: “Conversa a dois, feita por iniciativa do entrevistador, destinada a fornecer informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e entrada (pelo entrevistador) em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo”.

Nesse sentido, este estudo diz respeito a uma pesquisa qualitativa. Reforçamos aqui, não termos o desejo de generalizar a representação de Identidade Feminina apresentada por mulheres evangélicas, ou enquadrá-las em um modelo fixo e rígido. Procuramos sim, aprofundar nosso conhecimento e abranger a compreensão de uma das várias facetas existentes da Identidade Feminina.

Para isso, participaram deste estudo quinze mulheres, pertencentes a uma mesma camada sociocultural, com idade entre 20 e 35 anos, criadas em um lar cristão protestante e que, atualmente, congregam em Igrejas Históricas (Batista; Presbiteriana e Episcopal). Os

indicadores sociais levados em consideração para definir a camada social foram: grau de instrução, profissão, local de residência e renda mensal.

Em relação ao nível de instrução, cinco das quinze participantes ainda cursavam o nível superior, enquanto que sete já eram formadas e três já haviam concluído ou estavam por concluir uma pós-graduação. Destas, onze possuíam uma ocupação remunerada e quatro encontravam-se desempregadas.

Nenhuma das quinze participantes têm filhos, inclusive as três mulheres casadas, que residem com seus maridos. Das onze participantes solteiras, nove ainda moram com os pais, uma divide um apartamento com colegas e uma mora sozinha. Uma das participantes é divorciada e mora sozinha.

No que diz respeito à Igreja que freqüentam, seis mulheres são Batistas, sete são Presbiterianas e duas Episcopais.

Vale salientar que não partimos de um número *a priori* de participantes, uma vez que, este estudo não tinha por vista uma representatividade estatística, mas, sim, a compreensão do fenômeno estudado. Dessa forma, à medida que os objetivos da pesquisa eram contemplados, as entrevistas foram suspensas (TURATO, 2003).

Realizadas entre agosto e dezembro de 2005, as entrevistas foram individuais, acontecendo em horário e local da conveniência das participantes da pesquisa. Contatamos, através de indicações, vinte e três (23) mulheres, porém, apenas quinze (15) foram entrevistadas. As demais (08) não deram retorno quanto ao dia, horário e local para entrevista ou não estavam no local/ horário acertado. Antes de darmos início à entrevista, entregamos o termo de consentimento livre e esclarecido, explicitando os objetivos da pesquisa, o qual foi devidamente assinado por cada uma delas.

A fim de tratar as temáticas trabalhadas durante a entrevista, solicitamos a autorização para o uso de gravador. Para analisar todo material fornecido, transcrevemos a fala das participantes, e orientados pelos objetivos da pesquisa, fizemos uso da Análise temática de Conteúdo. Com a finalidade de apreender o significado do todo e dos temas emergentes, na fala das participantes, esses foram submetidos ao corpo teórico levantado.

Segundo Minayo (1996, p.208) “a noção de tema está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto”, que, no caso desta pesquisa, foi a representação de identidade feminina apresentada por mulheres evangélicas, e o papel atribuído à mulher na Família e no espaço público (trabalho e igreja).

Fazer uma análise temática significa descobrir os núcleos de sentido, através da presença de determinados temas que denotam valores de referência e modelos de comportamento. Logo, desta análise surgiram os seguintes núcleos de sentido: 1. Relações de Gênero: na família, no trabalho e na igreja; 2. As mulheres de antigamente e as de hoje em dia: a identidade feminina em busca de novas fronteiras. O primeiro núcleo de sentido será tratado no capítulo cinco do presente estudo, e o segundo será visto no capítulo seis.

Em seguida, faremos uma breve apresentação de cada participante de nossa pesquisa, antes de dar início à análise das entrevistas.

Mulher virtuosa, quem a achará? O seu valor muito excede o de rubis. O coração do seu marido está nela confiado, e a ela nenhuma fazenda faltará. Ela lhe faz bem e não mal, todos os dias da sua vida. Busca lã e linho e trabalha de boa vontade com as suas mãos. É como o navio mercante: de longe traz o seu pão. Ainda de noite, se levanta e dá mantimento à sua casa e a tarefa às suas servas. Examina uma herdade e adquire-a; planta uma vinha com o fruto de suas mãos. Cinge os lombos de força e fortalece os braços. Prova e vê que é boa sua mercadoria; e a sua lâmpada não se apaga de noite. Estende as mãos ao fuso, e as palmas das suas mãos pegam na roca. Abre a mão ao aflito; e ao necessitado estende as mãos. Não temerá, por causa da neve, porque toda a sua casa anda forrada de roupa dobrada. Faz para si tapeçaria; de linho fino e de púrpura é a sua veste. Conhece-se o seu marido nas portas, quando se assenta com os anciãos da terra. Faz panos de linho fino, e vende-os, e dá cintas aos mercadores. A força e a glória são as suas vestes, e ri-se do dia futuro. Abre a boca com sabedoria, e a lei da beneficência está na sua língua. Olha pelo governo de sua casa e não come o pão da preguiça. Levantam-se seus filhos, e chamam-na bem-aventurada; como também seu marido, que a louva, dizendo: Muitas filhas agiram virtuosamente, mas tu a todas és superior. Enganosa é a graça, e vaidade, a formosura, mas a mulher que teme ao SENHOR, essa será louvada.

Bíblia Completa.
Versão Revista e Corrigida de João Ferreira de
Almeida.
Pv. 31, 10 - 30.

MULHER VIRTUOSA, QUEM A ACHARÁ?

Apresentação das Participantes

Para aqueles que estão acostumados a ler as páginas da história de forma linear, onde se tem em mente a expectativa de uma seqüência lógica, nada mais confuso e desorientador que ser solicitado a mudar, inovar. Um exemplo simples, mas bastante contundente, seria falar da experiência daqueles que, nascidos no Ocidente, aprenderam a folhear livros, cartas, jornais e revistas da direita para a esquerda, aventuram-se a folhear qualquer literatura de origem oriental, cujo início da leitura se dá da esquerda para a direita. Certamente essa experiência demanda um certo grau de determinação e desejo constante de aprender a fazer outras leituras, a partir de novos ângulos e perspectivas.

Mais que isso, requer a coragem de se manter a mente aberta de forma nunca antes tentada; pois não se trata de apenas aprender uma “nova leitura” mas, principalmente, desconstruir a antiga.

Confusão. Este termo se encaixa perfeitamente e traduz de forma magistral essa experiência. Estranhamento também, pois o novo abala as estruturas do certo e conhecido e reclama lugar. Permitir ser “encaminhada” ou “direcionada” pela fala das mulheres, tendo como sustentáculo a perspectiva pós-estruturalista, foi tal como a sensação imaginada e descrita anteriormente. Por muito tempo o único lugar possível de se habitar foi o “não-lugar” – não havia resposta clara e direta. Muitos foram os questionamentos sobre essa proposta nova. Muitas vezes sentimos um desconforto e vazio.

A demanda era não apenas ler a história das quinze mulheres, mas a(s) estória(s) da(s) mulher(es) contidas nas entrelinhas, passadas, percebida ou despercebidamente, através de suas vidas. Fala-se não somente de quem somos, mas principalmente de quem acreditamos

ser. Estas são histórias das várias mulheres (e homens) que compuseram a história de cada participante que apresentamos a seguir.

Entrevistada n° 1: M.P; 24 anos; solteira; sem filhos; publicitária; batista.

“Ser mulher é ser forte por fora e mole por dentro”.

Filha única, M. P. tem vinte e quatro anos e mora com seus pais. Formada em Publicidade há alguns meses; até o momento da entrevista, não conseguira emprego na sua área. Contudo, apesar das intempéries da vida no quesito emprego, acredita ser uma felizarda por ter em casa algo que considera muito importante: diálogo. M.P. diz conversar bastante com seus pais e manter sempre um espaço para colocar seus pensamentos e sentimentos, estando aberta para falar sobre tudo, ou “quase” tudo. Num primeiro momento, afirma ser parecida com seu pai; posteriormente, acrescenta ser parecida também com sua mãe. Porém, de ambos, conta, vem seu “molde”.

Ao longo da entrevista, M.P. apresenta-se como pessoa bastante indecisa, insegura e imatura. Por vezes, fala quão enfática é, ao passar uma imagem de pessoa segura e decidida, e o quanto pessoas que não a conhecem de verdade “compram” esta imagem. Apesar de demonstrar para os outros ser pessoa forte, considera-se “mole”. Exemplifica, utilizando a descrição que uma amiga fez, certa vez, sobre um rapaz conhecido de ambas: um ovo. Por fora tem a casca que é dura, e por dentro, ao quebrar a casca, tem-se a parte mole. Afirma que, apesar de querer passar essa imagem de decisão e segurança, vê-se como uma pessoa com características totalmente opostas. Nisto, seu pai a aconselha, segundo conta, e tenta fazer com que enxergue a necessidade de ser tudo aquilo que ela diz ser; ou, então, deixar de falar que é algo que, de fato, não é.

Ao conversar com alguns amigos, estes dizem para ela que a consideravam pessoa bastante estressada. M.P. conta que, antes, era muito difícil ficar só consigo mesma, não obstante, hoje, já melhorou nesse aspecto; ou seja, é uma pessoa mais calma e flexível. Na sua opinião, os fatores que contribuíram para sua mudança foram a sua conversão, aos dezoito anos de idade, os diálogos com seus pais e a experiência que teve nos seus relacionamentos amorosos.

M.P. cresceu num lar Cristão Protestante. Há vinte anos frequenta a mesma igreja evangélica. Seus pais começaram a fazer parte da denominação Batista quando M.P. tinha apenas quatro anos de idade. Apesar de ter crescido em lar Cristão e frequentado, desde a mais tenra idade, a igreja Batista, apenas tomou a decisão de se batizar com dezoito anos, durante um acampamento juvenil. Antes desse acampamento juvenil, frequentava a igreja sem um compromisso mais sério. Foi nesse acampamento, aos dezoito anos, que ao sentir o “toque do Espírito Santo” sua vida passaria a mudar. Antes de sua conversão considerava-se bastante tímida, grossa, chata e, além disso, acreditava não ter nenhum real compromisso com Deus.

O que a levou a terminar seus namoros – ambos não duraram mais de três meses cada – foi o seu jeito, seu temperamento, e seus ciúmes. Terminou com o primeiro namorado, porque ele era muito machão. Só ele podia sair, estava sempre querendo mandar em tudo e ter a última palavra; em compensação, ela tinha que ficar em casa. M.P explica-se, dizendo que se o homem pode, a mulher também pode; todavia, logo em seguida, abre parênteses à sua declaração e acrescenta uma concessão: “Lógico que nem tudo, porque aí a gente vai abrir um leque muito grande e aí vai deixar nossa... A nossa essência de lado”. Já seu segundo relacionamento terminou por desentendimentos em relação à fé, crença; ele não concordava com algumas colocações dela, e, ela não concordava com algumas posturas e colocações dele. Apesar de nenhum namoro ter dado certo, diz ter aprendido bastante com seus ex-namorados

e aconselha as amigas a não namorarem apenas um homem. Para M.P, essas situações foram modificando seu jeito de ser e, finalmente, hoje, consegue estar bem a sós consigo mesma.

Entrevistada nº 2: S.L.B; 22 anos; solteira; sem filhos; fonoaudióloga; batista.

“Ser mulher é uma mistura de forças”.

S.L.B., vinte e dois anos, mora com seus pais e sua irmã mais velha em um apartamento próprio, no bairro de Casa Amarela, na Cidade do Recife. Recém formada em Fonoaudiologia, atualmente encontra-se desempregada. Nascida em um lar Cristão Protestante, frequenta a Igreja Batista desde criança. Todos os membros de sua família são protestantes, e há vinte e dois anos fazem parte da mesma comunidade. Apesar de ter crescido ouvindo os ensinamentos Bíblicos, afirma ter resolvido abraçar a religião de seus pais apenas aos doze anos de idade. Esta decisão foi tomada após escutar a pregação de um pastor durante um acampamento para adolescentes, organizado por sua igreja.

Em casa, ambos, pai e mãe trabalham e contribuem cada um para o sustento do lar. S.L.B conta que sua mãe sempre trabalhou e, apesar de passar dois expedientes fora de casa, todo tempo se fez presente. Para ela, o fato de sua mãe trabalhar não prejudicou em nada o relacionamento mãe-filha. Inclusive, no geral, observa que, em casa, a mulher – mesmo quando trabalha – geralmente é mais procurada e solicitada pelos filhos e netos, talvez por um ato afetivo maior. Mesmo sabendo que também pode acontecer o contrário, (o homem ser mais procurado), acha que a figura masculina, geralmente, passa a imagem de alguém distante e autoritário; enquanto que a feminina passa a de afetividade. Por isso, para S.L.B., em relação à família, a mulher precisa estar sempre junto aos filhos e ao marido, porque ela tem o papel primordial de “ajeitar”, provar e complementar o que falta. Assim, acredita que a

mulher insere-se na família de uma forma muito peculiar. No entanto, sua presença no espaço privado não deve impedir o investimento em outras áreas de sua vida. Muito pelo contrário, para S.L.B. a mulher não deve se esquecer do outro lado da vida dela, que seria o profissional.

Entrevistada nº 3: K.G.B; 26 anos; solteira; sem filhos; curso superior incompleto
(administração); batista.

“Ser mulher é batalhar e lutar sempre pensando na família”.

Filha única, K.G.B. mora com seus pais em um apartamento próprio, no bairro de Boa Viagem, na Cidade do Recife. Quando da entrevista, cursava o último período do Curso de Administração e estagiava na área. Criada em um lar Cristão Protestante, relata que, ao nascer, seus pais já freqüentavam uma congregação Batista e assim, desde pequena, conviveu com pessoas que professavam a mesma fé evangélica. Conta que, na sua adolescência, obteve a permissão de sua mãe para sair e se divertir aos sábados, contanto que estivesse presente na Igreja e participasse do culto aos domingos. No começo, ir aos cultos era quase uma obrigação, contudo, com o passar do tempo, diz ter percebido a importância da Igreja para sua vida e o quanto esta lhe fazia falta, caso não fosse. K.G.B estima a Igreja como um membro de sua própria família.

Quando questionada sobre o que significa para ela ser mulher, responde afirmando que, a seu ver, significa ter nascido do sexo feminino. E, ser do sexo feminino implica, algumas vezes, sofrer discriminação, vindo a ser julgada pelo corpo e pela aparência, muito mais que os homens. De igual forma, ser mulher significa ser emoção, mas tendo sua porção razão. Para ela, o fato de a mulher ser mais emoção que razão, pode estar ligado à questão da maternidade, uma vez que, segundo crê, esta já nasce com o instinto materno. Em

contrapartida, diz, os homens são mais racionais que as mulheres; mexem com dados estatísticos e não deixam a emoção influenciar suas decisões, tal como a mulher faz. De fato, durante a entrevista, a participante declara enxergar o homem como razão e a mulher como emoção. Acredita que, hoje em dia, a distinção existente é menor que antigamente, uma vez que a mulher conquistou um espaço muito maior. De acordo com a participante, a mulher conseguiu alçar vôos rumo a novos horizontes, por ter se descoberto racional, pensante, e compreendido que também pode liderar (comandar) uma empresa, funcionários, tal qual um homem.

Conforme observa K.G.B., atualmente a mulher vive para a casa, para os filhos e para sua profissão; logo enfrenta uma dupla jornada de trabalho. Considera que, em tempos passados, a mulher era criada exclusivamente para a família e vivia apenas para os filhos, tendo por tarefa ensinar às suas filhas que o lugar delas era em casa, cuidando dos filhos e de seus respectivos maridos. Declara que as mudanças de comportamento decorreram do fato da mulher não ter se conformado em estar apenas dentro de casa, acumulando para si as responsabilidades do lar, enquanto seu marido crescia profissionalmente. Logo, no que diz respeito à distribuição de papéis, K.G.B. acredita que, atualmente, estes estão muito divididos. Ambos, a seu ver, homem e mulher precisam suprir financeiramente o lar, educar os filhos e cuidar da casa. Além disso, aponta a participante, esta distribuição precisa ser de acordo com a habilidade de cada um.

Entrevistada n.º. 4: C.S. A; 23 anos; solteira; sem filhos; publicitária; batista.

“Ser mulher é uma confusão! É não ser apenas mulher”.

C.S.A. tem vinte e três anos, mora com sua mãe e seu padrasto em um apartamento próprio, na Cidade do Recife. Formada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade, quando da entrevista, trabalhava no setor de Marketing de um Shopping Center Local.

Provinda de um lar Evangélico, C.S.A. conta, que antes de seu nascimento, sua mãe fazia parte de uma Igreja Presbiteriana, mas devido à distância em relação à sua casa, decidira congregar em uma comunidade evangélica mais próxima. Assim, dos treze aos vinte e dois anos, C.S.A. frequentou uma Igreja Batista. Contudo, há pouco mais de um ano, diz ter decidido se afastar por tempo indeterminado da sua comunidade religiosa. Esse movimento de sair da Igreja, a seu ver, mudou a maneira como compreende o que significa ser mulher; sendo sua visão atual muito diferente da anterior. Atualmente, comenta, está tendo sua adolescência tardia, saindo para shows, bebendo e “ficando”; coisas que não fazia antes. Acrescenta que, tanto como mulher quanto como pessoa está aprendendo a ter seu bem estar. A ter sua “farrinha no final de semana”, mas dentro dos limites. De acordo com a participante, sua saída da Igreja foi motivada pela sua busca pessoal por equilíbrio. Apesar dessa busca, afirma que nenhuma visão de mundo é melhor que a outra, mas apenas diferente.

Segundo ela, na contemporaneidade a mulher se vê diante de demandas conflitantes. Ora precisa parecer autoritária, ora precisa mostrar-se feminina. Tem que ser linda e, ao mesmo tempo, ser forte; trabalhar e, ao mesmo tempo, ter filhos; ser inteligente, cuidar da casa e ser profissional. Quase como se estivesse diante de formas de ser opostas e incompatíveis. Assim, considera que a dificuldade, ou o problema, em ser mulher, atualmente, está em atender demandas contrárias às quais, a seu ver, traduzem a luta diária da mulher do século vinte e um. Ou seja, “ser mulher atualmente significa não ser apenas mulher”. E, para sintetizar seu raciocínio, utiliza-se de um dito popular, o qual afirma que ser mulher retrata a “dificuldade de ser o sexo frágil não sendo nada frágil”.

Em suma, na sua compreensão, as meninas não querem mais ter um relacionamento de ficar em casa, com jantarzinho pronto, esperando o marido. Todavia, apresenta-se indecisa em relação a este exemplo, não sabendo dizer se gostaria de ter isso para si ou não. Justifica sua indecisão, respondendo que tanto a modernidade quanto o feminismo em excesso podem ser maléficos. Por este motivo, acredita ser necessário a busca por equilíbrio, de se cuidar e ser cuidada. Muitas vezes pelo fato de querer contestar o machismo, as mulheres esquecem da “parte boa” – independente de ser homem ou mulher. Finaliza, dizendo que gostaria de ter seu trabalho, mas que também quer ter sua casa com seu marido e filhos. Diz que, caso um dia precise optar entre trabalho e filho, irá escolher um trabalho que lhe ocupe menos tempo para que possa ter ambos. Por este motivo, para C.S.A, equilíbrio é a palavra chave.

Entrevistada n.º. 5: M.A.B; 20 anos; solteira; sem filhos; curso superior incompleto (ciências contábeis); batista.

“Ser mulher não é pra todo mundo!”.

M.A.B. tem vinte anos e mora com seus pais e irmãos. Desde pequena, ia para a Igreja com sua avó materna. Certo tempo depois, sua mãe começou a freqüentar a Igreja e, em seguida, seu pai e seus irmãos. Mesmo após a morte de sua avó, continuou a freqüentar os cultos aos domingos. Ao longo dos anos, chegou a mudar de Igreja devido à distância em relação à sua casa, mas nunca deixou de participar dos cultos, pois gosta do ambiente de Igreja.

Diz ser pessoa complicada, com temperamento forte e de difícil convivência. M.A.B. não sabe dizer ao certo se é correto generalizar para as outras mulheres ou não, mas acredita que, em geral, a mulher é mais difícil de agradar do que o homem. Além do mais, argumenta,

a mulher tem a TPM, o que a faz sempre sentir falta de alguma coisa. E, nisso reside, a seu ver, a dificuldade e complicação em ser mulher. Ao mesmo tempo, M.A.B. enxerga-se como pessoa bastante independente de sua família, contudo sem ser “banda voou”¹. Alega não ter problemas caso seja necessário, algum dia, ter que ir morar em outra cidade, estado ou país e isto porque pensa em crescer profissionalmente, formar-se, fazer uma pós-graduação ou, até mesmo, outro curso superior.

Entrevistada nº. 6: A.C.M.F; 32 anos; casada; sem filhos; pedagoga; episcopal carismática.

“Ser mulher é uma coisa muito boa”.

A.C.M.F. tem trinta e dois anos, é casada e não tem filhos. Formada em Pedagogia, dirige uma escola particular de denominação religiosa, pela manhã, e cursa uma pós-graduação à noite. A.C.M.F. mora com seu marido, num apartamento próprio, no bairro do Espinheiro, na cidade do Recife.

Nascida num lar Cristão Protestante, A.C.M.F. converteu-se aos nove anos de idade, durante um acampamento para crianças organizado pela congregação religiosa que freqüentava. Desde a mais tenra idade, participava de uma Igreja Evangélica juntamente com sua mãe e seus avós paternos. Segundo conta, a despeito de todos os membros da família de origem de seu pai serem evangélicos, este “nunca teve tanto compromisso com a Igreja” como sua mãe. Todavia, desejoso de que seus filhos crescessem sem lhe dar trabalho, apoiava e consentia a educação religiosa concedida por sua esposa.

¹ Expressão popular que significa a ausência de regras e limites; poder fazer tudo que se deseja.

Conforme relata a participante, apesar de sua formação Cristã “vir de muito tempo”, afirma ter se afastado da Igreja durante a adolescência. Para esta, o motivo de seu afastamento foi a influência de algumas amigas; contudo, após algum tempo – aproximadamente aos dezesseis anos – retornou à Igreja por acreditar ser esta indispensável a sua vida. Segundo crê, a Igreja é um lugar para “crescimento e fortalecimento pessoal na palavra de Deus”, além de também ser veículo para aconselhar e levar essa mesma palavra a outras pessoas. Logo, diz não se vê fora da Igreja, uma vez saber do chamado que Deus tem para sua vida.

A participante garante que, em geral, “gosta”, “sente-se feliz” e “realizada” por ser mulher. Respalhada em sua crença religiosa, declara que se trata de “uma coisa muito boa”, pois crê que “Deus escolhe até o sexo para oferecer aos seres humanos” tendo estabelecido isso para ela também. Além do mais, acrescenta a participante, a atividade profissional que exerce a faz sentir-se feliz e realizada por ser mulher, pois se aproxima da função materna. Segundo acredita, a capacidade de cuidar e educar foram desenvolvidas “na mulher ao longo do tempo”. Assim, por mais que perceba o homem capaz para o exercício de cargos como o de educador e pedagogo, acha que as mulheres têm uma maior facilidade em desempenhar essas profissões, devido ao fato de ser a mulher/mãe quem fica mais tempo com o filho/as crianças. Dessa forma, para ela, profissões como a sua, de pedagoga e educadora, são mais bem executadas por mulheres.

Entrevistada nº. 7: R.S.O; 32 anos; solteira; sem filhos; musicista; presbiteriana.

“Ser mulher é ter certos dons que o homem não tem”.

R.S.O. tem trinta e dois anos. Mestre em Música, mora só em sua casa própria, no bairro de Casa Forte. Recifense, quando criança foi morar numa cidade do interior, devido à

transferência de emprego do seu pai. Segundo conta, por ser deveras “agoniada e estressada” não conseguiu ficar parada. Durante o tempo em que morou no interior, diz ter feito de tudo, desde conhecer pessoas diferentes, fazer novas amizades até organizar um coral local. Por causa da sua personalidade forte e constante vontade de descobrir coisas novas, retornou sozinha à sua cidade natal “com apenas cem reais no bolso”.

Filha caçula, nascida e criada em um lar Evangélico, R.S.O. diz ter feito tudo que teve vontade. Sempre esteve engajada nas atividades do colégio, e por gostar de música e de muitas outras coisas tornou-se bastante popular. Coloca que “mesmo sendo crente” teve uma adolescência ótima e aproveitou de tudo. Sem perder sua postura, viveu bastante; “de porre, de amigos, de viagens” e isso foi possível por ter sempre mantido em mente quais eram seus limites. Conta que, apesar de se considerar evangélica desde pequena, e seus pais serem evangélicos há bem mais tempo que ela, sua conversão pessoal aconteceu apenas há dez anos.

R.S.O. acredita que Deus tinha que tê-la feito mulher, por achar “o máximo e muito legal ser mulher” e por gostar de “pensar muito, de refletir, de passar horas e horas pensando”. A seu ver, ser mulher é “ter certos dons que o homem não tem”; sendo um desses dons, o da sabedoria. Para a participante, apesar de existirem homens sábios, a mulher sempre consegue achar um caminho melhor que o homem, vindo a superá-lo. Inclusive aponta para o fato de o homem ser “muito desligado das coisas”, enquanto que a mulher “planeja mais”. Dentro de sua compreensão, isto estaria relacionado com o fato da mulher ter potência a mais do que o homem – em questão sexual, de estilo de vida, de dominar as coisas. E isto tudo se dá porque a mulher é quem tem o “poder de fazer”.

No que diz respeito a sua vida pessoal, num primeiro momento, desmente que possa ser controladora, mas, logo em seguida, admite ter a tendência de querer controlar seus namorados. Por isso, acredita precisar ter cuidado quando está envolvida com alguém, uma vez que, é o tipo de pessoa que quer controlar demais e até “colocar o outro no bolso”.

Similarmente, R.S.O. acha que a mulher sempre tem “o poder de colocar o homem nas mãos e fazer o que quiser com ele”.

R.S.O. cresceu num ambiente onde a mulher fica dentro de casa, enquanto o homem sai para trabalhar. Sua mãe não teve uma profissão, sempre esteve presente em casa, cuidando do marido e das filhas; nunca teve independência financeira, de viajar só, de comprar o que tivesse vontade, e isso porque seu marido sempre questionou quem faria as tarefas domésticas, caso ela viajasse. De qualquer modo, a questão, a seu ver, está ligada com a idade e a educação recebida por ambos.

Entrevistada nº. 8: P.R.R; 21 anos; solteira; sem filhos; curso superior incompleto (direito);

batista.

“Ser mulher é uma mistura de tudo. É ser lutadora, batalhadora e amiga”.

P.R.R. tem vinte e um anos, é solteira e mora com seus pais num apartamento próprio, no bairro de Boa Viagem. Estudante de Direito, sonha em concluir seus estudos e conseguir um emprego em sua área. Desde pequena, frequenta uma Igreja Batista, juntamente com todos os membros de sua família. Conta que sua mãe trabalha para ajudar a sustentar a casa e que, por este motivo, atualmente, se encontra um pouco afastada das atividades da sua comunidade religiosa. O mesmo acontece com seu pai, que também passou a frequentar a Igreja apenas aos domingos. Quanto à sua participação nas atividades da Igreja, a participante diz ser restrita, devido as suas obrigações com o estudo.

Diferentemente das demais participantes, P.R.R. não menciona uma data específica para sua conversão ao protestantismo. Apenas diz que frequenta a Igreja desde que nasceu, e que todos os membros de sua família são Evangélicos.

Para P.R.R. ser mulher significa ser batalhadora e lutadora. As mulheres correm atrás de seus ideais, e isso faz com que cada vez mais consigam seu espaço. Esta necessidade da mulher de batalhar, a seu ver, é devido ao fato de “ainda sermos uma sociedade machista”. O que reflete a discriminação direcionada às mulheres e a preferência por homens em relação a certos empregos. Contudo, tal discriminação não se restringe ao ambiente de trabalho, pelo contrário, repete-se nos pequenos eventos do dia-a-dia. Assim, por esse motivo, por vezes a própria mulher se considera inferior ao homem, o que faz com que subestimem “o poder que a mulher tem”. Rodeada por uma sociedade machista, passa-se a ter a “ilusão do sexo frágil”. Dessa maneira, a luta e batalha da mulher consiste em mostrar que ela é capaz de competir com os homens – ou seja, desfazer essa ilusão de sexo frágil. Por esta vontade de mostrar-se capaz e de “dar o seu melhor” a mulher está ganhando espaço no mercado de trabalho.

Segundo pensa, esta idéia de “sexo frágil” vem de muito tempo atrás, mas não sabe dizer de quanto tempo se trata. Entende apenas que, antigamente, a “função essencial de mulher” se restringia a ficar em casa cuidando dos filhos e do marido, ou seja, que case e procrie. Não obstante, devido às lutas travadas pelas mulheres, aos poucos esse pensamento começa a mudar.

Entrevistada n.º. 9: R.V. A; 35 anos; educadora física; divorciada; sem filhos; presbiteriana.

“Ser mulher é ser ela mesma”.

R.V.A., 35 anos, mora sozinha, num apartamento próprio, no bairro da Boa Vista, no centro da Cidade do Recife. Formada em Educação Física, trabalha numa escola particular como professora. Conta ter se divorciado do marido, após dez anos de casamento; sem, contudo, entrar em detalhes quanto ao motivo da separação. Bastante reservada, limita-se a dizer que nasceu e foi criada em um lar evangélico e que desde pequena frequenta a mesma comunidade religiosa – uma Igreja Presbiteriana. Esta participante não chega a informar uma data precisa da sua conversão.

Para R.V.A. ser mulher é simplesmente “ser mulher”. É, em termos gerais, “ser ela mesma” não demonstrando ser uma pessoa que não é apenas para agradar os outros. Também diz que, ser mulher é fazer o que gosta, procurar descobrir quem é, e quais seus limites. Pensa que comumente as mulheres se cobram muito, procurando agradar terceiros mais que a si mesmas. Essa vontade de ser o que não se é, acaba fazendo com que a mulher se sinta frustrada e pressionada. Acredita que, a partir do momento em que se conhece e sabe dos seus limites, a cobrança chega ao fim. Em outras palavras, para esta participante ser mulher é construir sua própria personalidade, buscando viver o que realmente se almeja e sonha.

R.V.A afirma que, em geral, as mulheres conseguem desempenhar várias tarefas simultaneamente e possuem uma capacidade de concentração maior que os homens. Além disso, o desejo que as coisas dêem certo, aliado ao fato de estarem menos preguiçosas que antigamente, fez com que as mulheres se tornassem mais responsáveis, e por este, dentre outros motivos, estas têm crescido no mercado de trabalho. De igual forma, continua, há a necessidade, na contemporaneidade, da mulher trabalhar para ajudar no sustento da família. Todavia, observa que a saída da mulher para o mercado de trabalho acabou por causar um abandono no lar. R.V.A. acredita que o ideal seria que a mulher conseguisse conciliar casa, marido, filhos e trabalho. Ou seja, que investisse na sua vida profissional sem deixar a sua vida doméstica “defasada”, até porque, conforme pensa, cada um tem seu papel. O marido

tem um papel e a esposa tem outro; e se a mulher não cumpre o dela, a consequência será um “desequilíbrio familiar”.

Entrevistada nº. 10: S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana.

“Ser mulher é dar conta das coisas que um homem dá e algo mais”.

S.O.G. tem vinte e sete anos. Psicóloga de formação, atualmente trabalha com gestão de negócios em uma empresa multinacional. Solteira, mora com três colegas num apartamento alugado no bairro de Boa Viagem. Conta que, aos dezessete anos de idade, mudou-se de uma cidade do interior do Estado de Pernambuco para a capital, Recife, a fim de prestar vestibular nas principais universidades. Por obter bom êxito na sua primeira tentativa, S.O.G. não retornou para a casa de seus pais, permanecendo com alguns familiares até conseguir um emprego e poder dividir o valor de um aluguel com algumas colegas. Acredita que, por esse motivo, aprendeu desde muito cedo a ser independente e a se “virar só”.

Nascida em um lar Cristão Protestante, S.O.G. conta que seus pais sempre participaram de uma Igreja Presbiteriana, sem, contudo, forçarem-na a ir junto. Apenas na adolescência diz ter sentido o interesse de conhecer a comunidade religiosa a qual pertenciam. Todavia, não chega a especificar uma data ou ocasião para sua conversão. Mesmo estando distante de seus pais, e morando com colegas que professam outras crenças, acredita ser importante permanecer no caminho que lhe foi ensinado.

Quando questionada sobre o que significa ser mulher, S.O.G. responde dizendo que é “ser diferente”, é “ser opostos”. Para esta participante, as mulheres possuem algumas peculiaridades e instintos diferentes dos homens. Peculiaridades mais frágeis e mais fortes que

as fazem mais sábias e com um jogo de cintura maior. Principalmente nos dias atuais. Acredita que ser mulher é um desafio maior do que ser homem, devido à necessidade daquela dar conta, tanto das funções consideradas femininas quanto das funções consideradas masculinas. Desta maneira, a mulher vem desbravando novos caminhos e mostrando seu potencial, com a finalidade de receber o reconhecimento pelo cumprimento de práticas antes atribuídas exclusivamente ao sexo masculino, por serem supostamente “coisas de homem”. Pensa que, em decorrência disso, muitos homens não aceitam o fato da mulher, atualmente, estar “ganhando mais e podendo mais”.

Entrevistada nº. 11: A.T.R.; 25 anos; curso superior incompleto (administração);
solteira; sem filhos; presbiteriana.

“Ser mulher é ser complexa e completa ao mesmo tempo”.

A.T.R. tem vinte e cinco anos e estuda Administração de Empresas. Solteira, mora com seu pai, mãe e irmã em um apartamento alugado, no bairro de Boa Viagem. Diz trabalhar numa loja de roupas femininas, desde a época em que entrou na faculdade, aos vinte anos de idade. Primeiro exerceu a função de caixa e, atualmente, é gerente. Quanto à sua família, a participante conta que seus pais nasceram, cada um, em um lar evangélico e se conheceram numa Igreja Batista, durante a adolescência. Assim, A.T.R. nasceu e foi criada dentro dos preceitos Cristãos Protestantes. A participante não relata uma data específica de sua conversão, afirmando apenas que, desde pequena, fez parte da mesma Igreja Batista de seus pais, mas que, por volta de dois anos, passou a frequentar uma Igreja Presbiteriana.

Delicadeza, sutileza, beleza, charme e elegância são, de acordo com A.T.R, atributos considerados femininos. Esses mesmos atributos da mulher são esperados sem nenhuma

restrição por serem, a seu ver, geneticamente herdados. Trata-se de características genéticas, compartilhadas por todas as mulheres, diferente das dos homens. De igual modo, a oportunidade de ser mãe e de gerar filhos faz distinção entre mulheres e homens; isso porque a maternidade é algo que o homem – por mais que seja pai – nunca irá experimentar.

Em geral, afirma, as mulheres são muito inquietas e fantasiosas no sentido de desejarem sempre incrementar o que já possuem. Segundo pensa, isso fez com que, ao longo dos tempos, as mulheres não tivessem a firmeza necessária para conquistar o que desejavam. Na contemporaneidade, isso não é diferente. Atualmente, acredita, as mulheres ainda não têm claro qual espaço desejam ocupar. Mesmo quando possuem uma carreira e uma vida profissional satisfatória, parecem carecer do emocional. E, quando a vida amorosa vai bem, sentem falta de um filho. Assim, para A.T.R, a mulher é um ser complexo, por ter em dentro de si uma busca incessante; ao contrário do homem que, segundo acredita, contenta-se com pouco: “sexo e comida”. Ao mesmo tempo, o que acaba acontecendo, é que essa suposta superioridade feminina, quanto a uma insaciabilidade, pode gerar “traumas” ocasionados pela insatisfação da busca.

Entrevistada 12: N.G.W; 24 anos; curso superior incompleto (ciências contábeis);
solteira; sem filhos; presbiteriana.

“Ser mulher não tem essa diferença toda”.

Nascida em lar Evangélico, N.G.W. frequenta há vinte e quatro anos, a mesma Igreja Presbiteriana. Solteira e morando com seus pais e irmãos em um apartamento alugado, no bairro das Graças, diz que todos os membros de sua família têm o costume de participar das atividades da comunidade religiosa a qual pertencem. Seus pais também foram criados em um

lar Cristão, e desde cedo trabalham em atividades promovidas pela Igreja. N.G.W. afirma que seu pai ocupa, atualmente, o cargo de presbítero² e sua mãe participa de reuniões semanais com outras mulheres. A participante não informa uma data precisa para sua conversão, mas afirma gostar de participar das reuniões dos jovens aos sábados e de freqüentar os cultos, aos domingos. Esta inicia a entrevista sobre o que significa para ela ser mulher, afirmando que, em épocas atuais, não existem mais diferenças entre ser homem e ser mulher. Inclusive, talvez, atualmente as mulheres estejam à frente dos homens no que se refere ao trabalho – principal espaço de exclusão feminina.

Em épocas outras, cabia à mulher cuidar do lar, submetendo-se ao seu marido. Não lhe era permitido opinar, nem tampouco sair para trabalhar. A mulher vivia uma verdadeira condição de submissão existencial. Por isso, opina a participante, é que em tais épocas havia uma diferença acentuada entre ser homem e ser mulher. Mesmo dentro de casa a mulher não detinha a autonomia na tomada de decisões e devia sempre satisfação a seu cônjuge. Tudo era permitido e esperado da figura masculina, no aspecto desenvolvimento profissional, enquanto que a figura feminina era destinada ao espaço do lar, privadas de oportunidades trabalhistas. Gradativamente, porém, não por causa de uma data ou ocasião específica, as mulheres foram conquistando espaços, antes vetados a si e exclusivos aos homens. N.G.W. acredita não ter havido um fato histórico isolado que possa ser indicado como responsável pela entrada da mulher no espaço público.

Em geral, as transformações sociais fomentadas pela busca feminina por mais oportunidades vêm, a seu ver, complicando o que significa ser mulher. O que antes se esperava das mulheres, em termos de cargos e papéis a serem ocupados, não é o mesmo nos dias de hoje. Isso porque, antes, em espaços públicos, não se viam tantas mulheres ocupando cargos de liderança, fossem estes Políticos, Empresariais ou Eclesiásticos. Havia um certo

² Dirigente da Igreja Presbiteriana.

preconceito quanto à capacidade feminina em dar conta das exigências e responsabilidades ligadas a tais cargos. Todavia, conta que, atualmente, apesar de ainda haver preconceito, já é possível encontrar mulheres à frente de partidos políticos, empresas e comunidades religiosas. Mesmo assim, declara a participante, ainda há religiões que não aceitam mulheres no comando da Igreja, tal como ainda existem empresas onde é praticamente impossível encontrar uma mulher chefiando.

Entrevistada 13: A.G.S; 28 anos; pedagoga; casada; sem filhos; presbiteriana.

“Ser mulher hoje é muita exigência”.

A.G.S. tem vinte e oito anos. Casada e sem filhos, mora com seu marido em um apartamento alugado no bairro da Boa Vista, na Cidade do Recife. Pós-graduada em Pedagogia, trabalha atualmente meio expediente, em uma escola particular, como professora primária. Conta ter sido criada em lar evangélico, de acordo com a doutrina cristã. Seus pais se converteram ao protestantismo quando esta tinha ainda sete anos de idade. A partir de sua conversão, passaram a freqüentar uma Igreja Protestante e assim, poucas são suas lembranças fora da Igreja. Conta que, mesmo tendo freqüentado Igrejas de diferentes denominações nunca saiu do meio evangélico. Por esse motivo, continua, tanto o que pensa quanto o que sente estão ligados à sua vivência religiosa.

Da maneira como percebe, existem demandas diferentes em relação ao que se espera de homens e mulheres. Ser mulher, a seu ver, significa ser pressionada, mais do que os homens, a dar certo. Na contemporaneidade, a mulher precisa mostrar competência não apenas no lar, mas também no trabalho. Assim, ela é cobrada a ter bom êxito tanto em sua vida sentimental quanto profissional; ou seja, “a vencer em casa e na rua”. Essas exigências traduzem para a participante uma cobrança desmedida, que a faz desejar voltar atrás, no

tempo em que para ser mulher bastava estar em casa. A seu ver, nessas épocas, as mulheres eram mais bem tratadas e não sofriam pressão do meio social para ser algo que não são. Inclusive, comenta, atualmente percebe certa discriminação em relação às mulheres que optam por não trabalhar e permanecem em casa. Estas, a seu ver, não são tão valorizadas e respeitadas quanto as mulheres que possuem um trabalho extraluar.

Ao mesmo tempo, diferentemente do homem, o qual pode permanecer solteiro sem precisar se explicar, a mulher é cobrada a encontrar alguém para constituir família. Conforme assinala, quando o homem decide passar algum tempo sem investir em um relacionamento amoroso, as pessoas enxergam tal posicionamento como sendo um investimento na sua vida profissional. Todavia, quando o mesmo fato acontece com uma mulher, é porque nenhum homem a quis. São essas disparidades que diferenciam o ser homem do ser mulher: a liberdade de escolha. Pensa que talvez isso aconteça, pois se coloca sobre a mulher uma série de estigmas, pressionando-a a manter uma performance idealizada pela sociedade.

Durante sua adolescência e juventude, A.G.S se sentiu cobrada a encontrar alguém para casar, e ter filhos. Logo, por muito tempo, seu projeto de vida resumia-se a ser esposa, mãe e dona de casa. Não sabe explicar como isso se tornara uma meta quase obsessiva, chegando a tomar boa parte de seu tempo. Preocupada sempre em encontrar alguém, passou a viver em função dessa missão, por precisar sentir-se completa. Apenas após ter conversado com um Pastor acerca do assunto, diz ter conseguido enxergar-se enquanto pessoa e a planejar sua vida, independentemente de casamento. Segundo relata, um dos conselhos do Pastor foi o de não permitir, nem tampouco aceitar, a idéia veementemente passada por alguns, que sua feminilidade estava atrelada exclusivamente ao matrimônio. Desse momento em diante, afirma, seu foco em relação à vida mudaria.

De alguma forma A.G.S. percebe que, dentro da Igreja, essas exigências se intensificam, e as meninas, mais que os rapazes, são cobradas a cumprir etapas. Por isso, continua, em certo momento, ao perceber que tais exigências não eram feitas aos rapazes à sua volta, desejou por um tempo ser homem. Para a participante, este desejo refletiu sua confusão ao se ver cobrada a dar conta de papéis díspares. Por isso, de acordo com seu ponto de vista, as pressões pessoais acabam sendo reforçadas pelo social.

Sua crença lhe diz que tais papéis foram estabelecidos a partir da queda de Adão e Eva. Ambos, representantes da humanidade, teriam sofrido conseqüências por ter pecado. O resultado da escolha de Adão e Eva refletiria em épocas atuais, através da distribuição dos papéis e das relações de gênero. Em um primeiro momento, a participante diz acreditar que a pior conseqüência teria sido a de Eva, pois, a seu ver, a tendência natural da mulher é mandar. Após o pecado original, seu desejo passaria a ser governado pelo homem, tendo que se submeter a ele. Este, em contrapartida teria agora que trabalhar para ganhar seu sustento, e o de sua esposa. Todavia, logo em seguida, A.G.S. reformula seu posicionamento e passa a defender que a ordem endereçada ao homem foi pior que a endereçada à mulher. Contudo, o que na prática acontece é que, devido à realidade econômica, ambos precisam trabalhar a fim de sustentar financeiramente a casa. Assim, a saída da mulher para o mercado de trabalho lhe proporcionou mais autonomia e poder de decisão nas questões administrativas, ao contrário do que se esperava dela. Ou seja, a participante acredita que a mulher passou a investir em uma carreira e profissão, a fim de depender menos do homem. Mas, apesar dessa saída para o espaço público, a casa ainda permanece como sua responsabilidade primeira.

Entrevistada 14: R.F; 25 anos; internacionalista; solteira; sem filhos; episcopal carismática.

“Ser mulher é ser o centro, o equilíbrio da família”.

Com vinte e cinco anos, formada e pós-graduada em Relações Internacionais, R.F. atualmente ocupa o cargo de internacionalista, em uma empresa multinacional de exportação e importação. Solteira, mora com seus pais e irmãos em um apartamento nas Graças, bairro nobre da Cidade do Recife.

Para R.F. ser mulher significa ser “o centro e o equilíbrio do lar”, permanecendo para isto, ao lado do companheiro, a fim de alcançar tal objetivo. Ao mesmo tempo, porém, essa mesma mulher acaba tendo arraigado o desejo de ser a matriarca, vindo a “tomar conta das coisas”. Admite que essa visão advém da criação passada por sua mãe, figura sempre presente e forte em sua vida.

De acordo com sua visão, ser mulher também significa, hoje, trabalhar a fim de provar ser capaz. Há algum tempo, a movimentação da mulher em prol de mostrar tanto que podia quanto que precisava, libertou-a de algumas condições. Posteriormente, e principalmente, em épocas atuais, essa mesma busca passou a torná-la refém. Isso porque, talvez, as mulheres estejam se preocupando mais em competir com os homens do que em pensar no que realmente significa ser mulher.

Antigamente bastava à mulher tomar conta da casa. Atualmente cabe-lhe, além dos cuidados e afazeres domésticos, trabalhar para sustentar financeiramente o lar. Foi esta necessidade que, a seu ver, fez com que a mulher assumisse o papel que antes era atribuído ao homem. Em decorrência dessas mudanças, declara a participante, não sabe dizer bem ao certo o que significa ser mulher hoje.

Entrevistada 15: R.C.C; 35 anos; administradora de empresas; casada; sem filhos;

presbiteriana.

“Ser mulher é ter a liberdade de fazer escolhas”.

Nascida em lar Evangélico, neta de Pastores, R.C.C. se casou aos dezoito anos de idade com um pastor. Há dezessete anos, mora com seu esposo em uma casa própria, no bairro do Arruda, na Cidade do Recife. Mesmo tendo casado jovem, considera-se realizada por ter um relacionamento que não a oprime. Pelo contrário, acredita que, por seu esposo amá-la é que a deixa livre para tomar decisões quanto a sua vida. E, ao contrário do que alguns pensavam que iria acontecer, seu marido não influenciou em suas escolhas profissionais. Formada em Administração de empresas e Pós-graduada em sua área, atualmente gerencia uma rede de escolas de idioma.

Em geral R.C.C. diz gostar de ser mulher, justamente pela liberdade que tem em fazer escolhas e de poder viver da maneira como opta viver. Escolhas ligadas à profissão, a cargos a serem ocupados, a viagens, a decisões em relação à família e ao momento apropriado de ter filhos.

Imagina que, antigamente, era diferente, e que os maridos não davam tanta opção de escolha para as esposas. Explica-se dizendo que este não foi o seu caso. Seu marido, seis anos mais velho e já encaminhado profissionalmente, “nunca oprimiu seus desejos, escolhas e opções”. Pelo contrário, acredita ter sido uma experiência positiva, por ter se casado com uma pessoa que sempre lhe deu a liberdade de tomar decisões sozinha. O que continua acontecendo até hoje. Apesar disso, diz preferir saber a opinião de seu marido, que decidir por si só. Por exemplo, em se tratando de decisões relacionadas às finanças da casa, como a compra de um carro, a participante diz que prefere que essa responsabilidade fique com seu esposo. Até porque, segundo crê, o homem precisa ser o responsável pelo sustento do lar – logo decisões ligadas às finanças devem ser tomadas por ele. Mesmo nos casos em que a mulher ganhe mais, ela precisa compartilhar as decisões com o marido. Mas, por fim,

havendo dúvidas, a decisão final deve ser do homem. Inclusive porque, vindo algo a dar errado, é ele quem terá a responsabilidade de arcar com as conseqüências da decisão.

R.C.C. acredita que os papéis de ambos, homem e mulher, foram instituídos por Deus. Por ser Evangélica e ter sido criada dentro dos preceitos Cristãos, afirma crer no que a “palavra de Deus” fala sobre o assunto. Segundo esta, o papel do homem seria o de “cabeça do lar”. Isso significa que deve sustentar financeiramente sua casa, tomar as decisões finais e, principalmente, amar sua esposa como “Cristo amou a Igreja”. Declara que, na prática, esse amor traduz uma atitude sacrificial. “Foi o que Deus nos ensinou a ter”, declara a participante. Significa pensar primeiro no outro que em si mesmo. Assim, o homem, no papel de marido, deveria pensar primeiramente na esposa e em satisfazê-la.

Em contrapartida, continua, o papel instituído por Deus para as esposas seria o de ser submissa e companheira. Longe de ser uma visão machista, pensa que fica fácil para a mulher ser submissa e aceitar as decisões de seu marido quando este a ama acima de si. Por esse motivo, afirma a participante, o papel do homem é mais difícil que o da mulher.

Para melhor tratarmos das questões relacionadas à representação da identidade feminina nas mulheres evangélicas aqui apresentadas, faremos, nesse momento, um breve percurso teórico da desconstrução da noção clássica de sujeito e da construção da noção advinda com a Filosofia da diferença. A principal razão para essa discussão parte da necessidade de se desenvolver, no leitor, maior compreensão acerca da idéia de subjetividades maquinicamente engendradas, de representações como performatividades e de identidades como pontos de apoio transitórios e temporários.

PERCURSOS E PERCALÇOS HISTÓRICOS:

Do nascimento da visão de mundo moderna à crise do sujeito cartesiano

No livro “Cultura e Subjetividade”, organizado por Daniel Lins (1997), há um capítulo cujo título se destaca: “As contradições da Herança” (Bourdieu, 1997). De acordo com Pierre Bordieu, ao mesmo tempo em que herdamos contradições, contradizemos o que herdamos. Essa contradição reflete a nossa tendência a perpetuar posições sociais transmitidas e, concomitantemente, muitas vezes distinguir-se destas superando-as através da negação. A transmissão da herança, ou melhor, do que Bordieu chamou de “conatus” dependerá das alianças estabelecidas entre as instituições (apenas para citar algumas: família, escola, igreja). Quase como condição sine qua non para se herdar um conatus, seria a necessária aceitação, por parte daquele que herda, em fazer-se instrumento dócil desse mesmo “projeto” de reprodução. O sucesso, contudo, da transmissão da herança será a superação e negação da docilidade. Assim, mesmo enunciando sua continuidade, o clamor do pai é por superação. A herança bem-sucedida é aquela em que se supera o “conatus” do pai, a fim de conservá-lo. No caso do pai, a ascensão que leva o filho a superá-lo é, de certa forma, sua própria conquista, a plena realização de um projeto rompido que pode completar por procuração. Daí, dizer que o herdado é contraditório.

Apesar deste texto tratar das contradições deixadas como legados de pais para filhos, falando mais diretamente de uma superação do filho em relação a seu pai, ousamos refletir essas contradições da herança – e do que é herdado – a partir de uma outra perspectiva.

Indagamos: terá o mesmo ocorrido com o projeto da modernidade? Projeto este que, baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado e unificado, tinha como objetivo principal libertá-la pela razão (HALL, 2000a). Temos levado a cabo o projeto de um ser humano racionalista, cuja experiência e práxis estão acima de todo

outro modo de conhecimento e validação da verdade? As respostas a estes questionamentos poderão nos indicar se nós, sujeitos pós-modernos, herdamos esse projeto conservando-o, ou se nos apropriamos dele, reconstruindo-o e repensando-o. Mas, afinal, o que herdamos do sujeito epistemológico moderno?

Contornos Modernos

Enraizada na rebelião contra o pensamento da Igreja medieval e as antigas autoridades, a visão de mundo moderna foi responsável pela emergência de um ser humano autônomo e dotado de uma consciência de si mesmo. O início da noção de um ser único, individual, ocorreu junto com as transformações culturais do Renascimento (século XII) e teve continuidade durante o desenvolvimento do movimento intelectual, mais conhecido como Iluminismo (século XVIII), que enfatizava a razão crítica e a ciência como formas de explicar o universo.

Tratava-se, para Michael Peters (2000), de movimentos artísticos e filosóficos que romperam com o modo de pensar considerado “clássico” e/ou “tradicional”. Nas artes, a característica principal era repelir, deliberadamente, os métodos clássicos de expressão baseados nos pressupostos do realismo e do naturalismo. Já na filosofia, o movimento baseava-se na crença no avanço do conhecimento, desenvolvido a partir da experiência, deixando de lado o pensamento contemplativo e as explicações da ordenação de mundo baseado em crenças e na ortodoxia Cristã.

O Renascimento, momento de transição entre o Medieval e o Moderno, caracterizou-se pelo conjunto de transformações culturais, políticas, sociais e econômicas, em que florescia uma sensibilidade científica em paralelo às paixões religiosas, situando-se no tempo histórico,

no equilíbrio entre mundos opostos: moderno/clássico; secular/sagrado; ciência/religião; poesia/política.

A Europa Cristã, durante a Renascença, caracterizou-se pela retomada e busca renovada da racionalidade grega, a qual fornecia a maioria das bases teóricas para a Revolução Científica (VERGOTE, 2002). Possibilitado pela recuperação das obras gregas originais, o acesso a tais escritos precipitou um renascimento platônico que viria a permear todo pensamento Ocidental Moderno, inclusive o Cristão (TARNAS, 2001).

A Igreja Católica Romana, por sua vez, mesmo com todas as suas restrições dogmáticas, servia de matriz necessária para o desenvolvimento da percepção científica na Cultura Ocidental. Afinal, conforme Tarnas, “a Igreja oficialmente apoiara e estimulara o vasto empreendimento escolástico de erudição e ensino sem o qual a intelectualidade moderna talvez não houvesse despertado” (TARNAS, 2001, p. 322).

Não despretensiosamente, o apoio dado pela Instituição religiosa significava o despertar do clero para os interesses intelectuais. Via-se, por toda parte, o crescente interesse do Ocidente pelo mundo natural e pela capacidade da mente humana em compreendê-lo.

A conjunção desses dois grandes elementos culturais – a racionalidade grega e a religião Cristã – foi, de todo modo, um fator decisivo na preparação da modernidade e das transformações culturais que dela emergiriam.

Aspirando cada vez mais a realização secular; buscando superar o medieval, as contradições e as verdades contadas por outros, passou-se a verificar, dentro da filosofia, o aumento do uso da razão como meio para se chegar à “verdade”. Lentamente, a razão científica substituiria a religião enquanto “autoridade intelectual proeminente, sendo agora definidora, juiz e guardião da visão cultural do mundo” (TARNAS, 2001, p. 309).

Assim, durante a modernidade passa-se de um entendimento do cosmo enquanto criação divina, governada por um Deus pessoal que exercia sua onipotência, para a concepção

de universo enquanto fenômeno impessoal, regido por leis regulares e naturais, compreensíveis apenas em termos físicos e matemáticos (TARNAS, 2001). Além disso, era crescente o entendimento do papel favorável do conhecimento científico e da Razão sobre a compreensão do mundo natural e de Deus.

Aos poucos, foi-se criando certo desprezo pela religião e validando uma outra concepção de verdade – o princípio metódico da dúvida – o qual, deveria ser seguido à risca. A ciência parecia, de repente, ser a liberação da Humanidade de uma visão de mundo antiga, medieval – considerada primitiva, infantil e opressora – oferecendo através de um conhecimento seguro (empíria) novas certezas (TARNAS, 2001).

Foi o filósofo francês, René Descartes (1596 – 1650) quem primeiro estabeleceu uma maneira de se chegar à certeza absoluta das coisas. Através da aplicação de um raciocínio preciso e minucioso acerca das questões da filosofia, Descartes aceitava como verdade apenas as idéias que se apresentassem claras a esse raciocínio. Desse modo, a “racionalidade crítica disciplinada superaria a informação nada confiável sobre o mundo, proporcionada pelos sentidos ou imaginação” (TARNAS, 2001, p.299).

Segundo Descartes afirmava, o mundo físico seria inteiramente objetivo e mensurável, e, por isso, a matemática se constituiria o mais poderoso instrumento para a compreensão do Universo, estando esta ao alcance da razão humana. Nasce, assim, no âmbito da civilização cristã européia, um novo ideal de humanidade abraçado pelo projeto da modernidade (VERGOTE, 2002).

Atribuído muitas vezes a Descartes, esse mesmo projeto foi, sem dúvida, bastante significativo para a ruptura com o costume de se imputar à “verdade” um caráter sagrado, sempre relacionado a autoridades religiosas. Nesse sentido, o princípio estruturante da cultura ocidental moderna foi a ideologia do individualismo (DUARTE, 2003).

Essa ideologia surgiu em um cenário de contradições, do qual a igreja e o estado eram protagonistas. Isso porque, na Idade Média, pouco tempo antes de Descartes e seu famoso “cogito”, a pessoa humana se constituía herdeira, prioritariamente, de uma fé em um único Deus ao qual não tinha acesso pessoalmente, sendo necessário a intermediação de um clero. O conhecimento da intitulada “vontade de Deus” para com os seres humanos não estava disponível para todos, e apenas uma pequena elite detinha o privilégio de gozar desse saber.

Por esse motivo, a verdade se definiria, agora, como a certeza dada pela observação instrumentalmente mediada, e não mais pela revelação divina. Assim como antes, tudo que fugia ao que havia sido divinamente revelado, principalmente ao clero, não era considerado como verdade; assim também, agora, tudo que não fosse comprovado pela observação e confirmado pela técnica não receberia crédito (VERGOTE, 2002).

Eis aqui uma contradição. Grosso modo parecia ser justamente contra esse pensamento fechado que os pensadores modernos buscavam combater, questionando e se opondo contra uma atitude excludente; posteriormente, porém, validaram (mesmo que através de outros meios) o que haviam colocado em questão: uma verdade absoluta.

Não obstante, vale salientar que a vontade de duvidar apresentada por Descartes não significava necessariamente um ceticismo, mas sim, uma vontade enquanto “decisão livre” de se “poder alcançar a verdade” a partir de questionamentos pessoais (VERGOTE, 2002, p.54).

Se antes, o indivíduo deveria assumir uma verdade contemplativa e ser passivo a esta, à natureza enquanto criação divina, priorizando a comunidade e as tradições; agora urgia a necessidade de se buscar, por si mesmo, essa verdade – mesmo que pára isto fosse necessário pôr em questão as tradições. Esse movimento se deu lentamente e, aos poucos, espalhou-se por toda Europa influenciando as mais diversas paisagens culturais. A ideologia do individualismo passaria a ser dominante (DUARTE, 2003).

Essa mesma ideologia se constituiria e se afirmaria por mecanismos e processos muito complexos, e sustentados por uma economia capitalista poderia, de agora em diante, ser vista nas principais instituições (Família, Estado e Religião).

Nessas circunstâncias, o ideal individualista se tornaria um ideal universal, atribuindo valores e verdades absolutas dirigidos pelo racionalismo, cientificismo e materialismo.

Finalmente, ao contrário da visão de mundo medieval, a independência – intelectual, psicológica, espiritual – do homem moderno estava radicalmente afirmada; havia uma depreciação crescente de qualquer fé ou estrutura institucional religiosa que inibisse o direito natural e potencial do Homem à autonomia existencial e à expressão individual (TARNAS, 2002, 313).

Na Alemanha, o direito à autonomia existencial e à expressão individual pôde ser visto, dentre outras paisagens culturais, na instituição religiosa, após o Renascimento, responsável pela reforma protestante iniciada por Martinho Lutero (1483 – 1546). Movimentos semelhantes ocorriam em outras regiões da Europa, mas nenhum conquistou tanto espaço e obteve tantos resultados quanto o iniciado pelo frei germânico.

A reforma protestante procurava incitar o conhecimento por parte de cada indivíduo acerca dos ensinamentos bíblicos do cristianismo, incentivando o relacionamento pessoal com um Deus Uno. Nesse sentido, talvez um dos elementos fundamentais na gênese da Reforma tenha sido o emergente espírito de individualismo, especialmente a busca pela independência intelectual e espiritual. Esta postura significava, para a época, a possibilidade de se sustentar uma crítica contra a mais elevada autoridade cultural do Ocidente: a Igreja Católica Romana (TARNAS, 2001).

Lutero pregava o “sacerdócio de todos os crentes”: a autoridade religiosa residia unicamente em cada indivíduo cristão, que lia e interpretava a Bíblia segundo sua própria consciência, no contexto de seu relacionamento pessoal com Deus. A presença do Espírito Santo, em toda a sua liberdade não institucional e diretamente inspiradora, deveria afirmar-se em todos os cristãos contra as sufocantes restrições da Igreja Católica. A verdadeira experiência cristã consistia na resposta interior de cada indivíduo à graça de Cristo e não no complicado maquinário do Vaticano (TARNAS, 2001, p.261).

Entretanto, ainda de acordo com Richard Tarnas (2001), o fator mais profundo por trás da Reforma protestante fora “o espírito anti-helênico com que Lutero procurou purificar o cristianismo e devolvê-lo à base bíblica de seus primórdios” (TARNAS, 2001, p.256). A seu ver, a Igreja já não poderia ser reverenciada como intermediária da verdade cristã. Desse modo, depois de séculos de autoridade espiritual relativamente indiscutível, a Igreja Católica Romana não seria mais considerada mediadora entre Deus e os seres humanos, nem tampouco compreendida enquanto necessária para o bem-estar religioso da humanidade.

Não obstante, apesar do espírito protestante ter prevalecido em metade da Europa rompendo com uma velha ordem, o movimento forjado por reformadores como Lutero (dentre outros), possui um paradoxo peculiar. Ao mesmo tempo em que revolucionava, radicalmente, procurando libertar o ser humano do jugo opressor da instituição eclesiástica, era também um movimento de reação e conservação religiosa (TARNAS, 2001). Isso porque, na mesma medida que pregava o sacerdócio de todos os crentes, e a autoridade religiosa dentro de um contexto pessoal de relacionamento com Deus, considerava a liberdade humana como sendo inclinada para o mal, logo precisando ser submetida às verdades bíblicas. Desse modo, para os reformadores a tão esperada autonomia individual religiosa era, ao mesmo tempo, adiada.

À luz da perspectiva pós-estruturalista, compreendemos que a Reforma tratava-se, de fato, de uma revolta contra os modos de subjetivação dominantes, e uma recusa das formas impostas pela hegemonia religiosa católica de subjetividade (ORTEGA, 1999). Em contrapartida, essa recusa impunha outras formas de subjetivação que se tornaram igualmente impostas. O crente deveria, de agora por diante, libertar-se das garras do velho sistema, das complicadas elaborações doutrinárias e pronunciamentos morais da Igreja institucional, a fim de ater-se ao significado literal das Escrituras Sagradas.

Afirmado que a verdadeira experiência cristã consistia na resposta interior de cada indivíduo à graça de Cristo, a reforma era uma nova afirmação do individualismo, de

consciência pessoal e julgamento crítico privado. Unindo à ideologia do individualismo, o movimento de reforma protestante abria fronteiras anteriormente intransponíveis e questionava os particularismos culturais passados. Esses particularismos culturais falavam de tradições que estavam associadas a uma ultrapassada superstição. E assim, nascia o ideal de uma civilização.

Com sua hegemonia, no século XVIII, mais conhecida como Iluminismo – esse ideal buscava romper e exterminar o que herdara da então chamada Idade das Trevas (Idade Média). A disposição, durante esse mesmo século, era de otimismo, e havia uma generosa e ardente vontade de mudança.

O ser humano voltado para si

Com o deslocamento da razão das alturas divinas para as ordens individuais, marcada pela práxis e pelo método, o conhecimento passou a ter outras finalidades. Ao ideal de um indivíduo questionador e conhecedor de suas verdades, expandiram-se novos horizontes. Com o estabelecimento e a progressiva difusão do espírito científico, as paisagens culturais e religiosas foram alteradas de modo fundamental (DUARTE, 2003).

Todavia, paralelamente a essa disposição e otimismo frente às novas descobertas técnico-científica, ocorriam inquietações quanto ao rumo do pensamento e da ação resultante desses achados. Havia aí também dúvidas, incertezas e contramovimentos. Inclusive, havia contramovimentos que buscavam revalorizar a natureza, durante uma época em que o artificial e industrial, além do modo de vida urbano, proliferavam-se.

De acordo com Duarte (2003), surge, nessa época, na cultura germânica, um movimento de resistência à filosofia materialista e linear dos anglo-franceses – O Romantismo (Século XVIII). Durante os últimos anos do século XVIII, e em grande parte do

século XIX, os autores românticos voltavam-se cada vez mais para si mesmos, retratando o drama humano, amores trágicos, ideais utópicos. Esse dizia respeito a um movimento artístico e filosófico caracterizado por uma postura crítica frente ao Racionalismo Iluminista.

Em breve, as forças da resistência romancista passariam a operar em tensão permanente com as forças de um ideal universalista. Por conseguinte, essas tensões ajudariam a esculpir a conjuntura sociocultural moderna, e se empenhariam na construção de novas formas de subjetivação. Formas estas, que culminaram no ser humano voltado para si.

Nesse mesmo período, o chamado período das luzes, os filósofos e pensadores começam a dizer que a pessoa humana foi feita para ser feliz. A felicidade não era mais vista situada, como outrora, na salvação eterna, tampouco no relacionamento com Deus; não se esperava mais uma recompensa no paraíso pelas provações e privações terrenas – o que permeava com frequência o pensamento das pessoas na Idade Média. A felicidade era vista, agora, como algo a ser conquistado e desfrutado durante a vida terrena e mundana.

O pensamento moderno foi fruto da junção entre iluminismo, romantismo e liberalismo. O ideário iluminista, utilizado como um dos alicerces da modernidade, era o de que todos seriam dotados de razão. Capaz de nortear suas crenças e valores a partir de certos referenciais, os indivíduos acreditavam-se iguais em direitos e deveres. Em contrapartida, o ideário romântico asseverava a predominância dos valores de espontaneidade, autenticidade e singularidade, cuja expressão deveria ser estimulada e permitida, mesmo que viesse a transgredir valores e crenças. Na busca pela regulação entre estes dois pólos, surge o ideário liberalista de forma a garantir a livre circulação da cultura e da economia gerada pela suposta igualdade de direitos e deveres (DUARTE 2003). Nesse momento, e como fruto dessa junção, produz-se a distinção entre público e privado.

Foi a partir do surgimento do Romantismo, que a visão de família e das relações de parentesco começaram a sofrer mudanças radicais e efetivas (LIPOVETSKY, 2000). Tratava-

se de uma mudança de paradigma e, por conseqüência, uma revolução sentimental. Nesse período, houve uma ascensão da burguesia, e o aparecimento da sociedade industrial que germinava e permitia aflorar um capitalismo que viria, aos poucos, a ser o principal sistema econômico. Enquanto eixo institucional da modernidade, a industrialização também foi responsável pela transformação da força de trabalho e das relações familiares (NOLASCO, 2001).

Se antes, o casamento era concebido como a união de duas pessoas, visando a um trabalho em conjunto no campo, e pouco importava se existia um sentimento afetivo entre ambas as partes, agora, o fator sentimental passa a fazer parte decisiva na escolha de uma parceira ou de um parceiro.

De igual forma, nessas sociedades consideradas pré-modernas, a divisão do trabalho não estava sujeita à idéia de feminino ou masculino. As ocupações propriamente domésticas não eram preenchidas, exclusivamente, por um dos cônjuges, e assim, estavam longe de ser consideradas atividades preponderantemente femininas (LIPOVETSKY, 2000). Inclusive, até o século XVIII, as mulheres – principalmente as das camadas populares: camponesas, mulheres de artesão e comerciantes – passavam pouco tempo com os afazeres domésticos, e cuidados com os filhos, a fim de poder ajudar seus maridos.

Não obstante, é nessa transição da família feudal para a família burguesa, que as temáticas de intimidade e individualidade, possibilitadas pela sociedade moderna, começam a se desenvolver, ao mesmo tempo em que ocorre a separação entre os domínios público e privado. Assim, com a revolução sentimental do século XVIII, são construídos o amor materno, o amor conjugal e o sentimento doméstico de intimidade.

Concomitante a essas mudanças, percebeu-se um aumento na desigualdade das relações de gênero. A desigualdade de gênero valia-se de uma concepção ‘natural’ que distinguia o universo masculino do feminino, por empregar em ambos características opostas

entre si. Apesar das tentativas de legitimar essa hierarquia (masculina), só a partir da sociedade industrial foi que a concepção ‘natural’ das relações se tornaria real, possível. Um exemplo, que cabe aqui ser citado, são os efeitos dessa desigualdade sobre a mulher, sendo esta reduzida apenas ao papel de mãe e esposa. Assim, no que diz respeito à igualdade, parece que a filosofia das luzes (do sujeito) reforçou mais a igualdade dos homens entre si do que a igualdade entre os seres humanos (BIDEGAIN, 1996), apontando assim, para outra contradição herdada!

Segundo Stuart Hall (2000a), na medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva e social. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e definido no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras, o que impulsionava avanços na teoria social e nas ciências humanas.

O desmantelamento do sujeito cartesiano e a emergência da filosofia da diferença

No final do século XIX, a especificidade e delimitação do objeto de estudo era uma preocupação recorrente no meio acadêmico, nas chamadas ciências sociais e humanas. A psicologia, a sociologia, a antropologia e a filosofia buscavam, cada qual, definir seu objeto de estudo, a fim de se estabelecer enquanto ciência, a partir do modelo científico natural da época (REY, 2003).

Dentro dos movimentos filosóficos, naquele final de século, o formalismo era amplamente divulgado (OLIVEIRA, 2003). Compreendendo a língua como um sistema autônomo, este defendia o princípio da autonomia lingüística em relação às outras ciências. Assim, a maneira que os formalistas encontraram de dar cientificidade e autonomia à lingüística, foi estudando os fenômenos lingüísticos dentro do próprio sistema da língua. Os

fenômenos psicológicos e sociais, que estivessem relacionados com os fenômenos lingüísticos deveriam, agora, ser estudados com exclusividade pela psicologia e pela sociologia.

Com origens no Formalismo Europeu, o estruturalismo surge como crítica literária, em contraposição à inclinação moderna aos preceitos humanistas. Tendo sua origem na Lingüística estrutural, iniciada por Fernand de Saussure (1857 – 1913) e desenvolvida por Roman Jakobson (1896 – 1982), esse movimento procurava, através da Análise Lingüística do Discurso, substituir o modelo vigente que “interpretava textos particulares como sendo a expressão singular de um determinado autor” (PETERS, 2000, p. 10). Baseados no formalismo, a tradição lingüística estruturalista apontava para a linguagem como sendo um sistema de diferenças, o que para a época fora considerado como parte da virada lingüística empreendida pela filosofia ocidental.

Isso porque, em contraste, a filosofia do sujeito apontava para a supremacia da identidade (do signo ou da coisa em si), julgando-a independente e autônoma. Auto-suficiente, a identidade teria apenas a si própria como referência. A diferença aqui seria vista como produto, como seu outro. E, concomitantemente, uma entidade diferente, sem relação alguma com a identidade. Ambas seriam “simplesmente” aquilo que “são”, precisando ser consideradas separadamente, por possuírem naturezas opostas / distintas (SILVA, 2000).

Porém, nessa ciência dos princípios e causas, fortemente influenciada pelo humanismo renascentista, ignorava-se que a forma afirmativa de como expressamos a identidade tende a esconder a relação de estreita dependência existente com a diferença, e que, igualmente, as afirmações sobre a diferença ocultam a cadeia de relações com outras identidades. É, justamente contra essa noção que se levanta o estruturalismo, para o qual a identidade é definida de forma relacional, puramente como uma função das diferenças no interior dos sistemas (PETERS, 2000). Principalmente dos sistemas de significação lingüísticos. A

identidade aqui não era vista como um absoluto fixo, como algo natural, nem tampouco como algo pré-existente e anterior à linguagem.

Baseada na Filosofia da diferença, a perspectiva estruturalista via a identidade e a diferença como mutuamente determinadas, partilhando uma importante característica: elas são, ambas, o resultado de atos de criação lingüística; não são nem elementos da natureza, nem tampouco essências. Assim sendo, precisam ser ativamente produzidas (SILVA, 2000).

O Estruturalismo, não apenas apontava para a existência das dicotomias, mas, principalmente, afirmava suas relações, onde o signo deixava de ser considerado a representação da coisa em si, para falar da diferença existente entre duas coisas diferentes.

Agora, a noção de diferença seria a de operação, por ser imprescindível ao funcionamento da língua, e por extensão, de instituições culturais e sociais como a identidade. Desse modo, a identidade e a diferença passavam a ser compreendidas enquanto processo de produção simbólica e discursiva, ocorrida e definida no meio social. Daí por diante, passou-se a afirmar a identidade enquanto relação social.

Todavia, não podemos esquecer que existiam, dentro do estruturalismo, formas diferentes de se trabalhar a dicotomia agora nomeada. Na análise lingüística de Saussure, por exemplo, havia uma ênfase na autonomia do sistema na organização dos elementos fônicos e semânticos. Esta organização apontava para a natureza arbitrária do signo, sendo este formado por conceito e som – significado e significante. Interessado nessa relação, Saussure considerava que nenhum deles excluiria o outro, ao contrário, ambos estariam funcionalmente relacionados e seriam dependentes entre si.

Roman Jakobson, por sua vez, buscando designar uma abordagem estruturo-funcional dos fenômenos, foi o primeiro a utilizar o termo “estruturalismo”. Fortemente influenciado pela tradição das dialéticas hegeliana e pós-hegeliana, Jakobson tratou as formulações dicotômicas de Saussure de uma forma dialética, definindo assim, sua teoria da estrutura da

linguagem, em contraste com a saussuriana. Não obstante, de acordo com Michael Peters (2000), ambos foram responsáveis pelo surgimento do novo modelo lingüístico.

O modelo lingüístico, tal como concebido por Saussure e Jakobson, permitia a análise científica da linguagem como um sistema de diferenças, como um sistema sem quaisquer termos positivos, iniciando uma ciência das estruturas que abalava os tradicionais pressupostos humanistas e românticos que se baseavam nas idéias de intencionalidade, de criatividade e de autoria (PETERS, 2000, p.15).

Por volta da década de 50 e 60, do século XX, ocorreu a institucionalização do estruturalismo francês. Integrando as ciências humanas e sociais, esse se tornara um megaparadigma transdisciplinar. Foi por meio de Claude Lévi-Strauss, A.J. Greimas, Roland Barthes, Louis Althusser e Jacques Lacan que o estruturalismo penetrou na antropologia, na psicologia, na teoria estética e nos estudos da cultura popular, transformando-se em um “poderoso e globalizante referencial teórico para análise semiótica e lingüística da sociedade, da economia e da cultura, vistas agora como sistemas de significação” (PETERS, 2000, p.10).

Paradoxalmente esta mesma pretensão ao status de megaparadigma produzia tendências e inovações teóricas, acarretando o surgimento do movimento que se convencionou chamar de pós-estruturalismo. Segundo Michael Peters (2000), a teoria pós-estruturalista nasceu nas comunidades acadêmicas de língua inglesa, como uma resposta filosófica específica ao estruturalismo e à sua presunção de identificar as “estruturas universais” comuns a todas as culturas e à mente humana em geral. Não obstante, o pós-estruturalismo mantinha em comum, com o estruturalismo, a crítica ao sujeito humanista e o vínculo com o formalismo europeu.

Baseando-se na filosofia de Nietzsche e na leitura deste por Martin Heidegger, a proposta pós-estruturalista era descentrar a sistematicidade das estruturas tal qual apresentada pelo estruturalismo. Enérgico atacante dos pressupostos universalistas, o movimento pós-estruturalista questionava a legitimidade das grandes narrativas, que ao seu ver funcionam como uma história unificada e singular. Essas histórias servem para narrar as próprias práticas

e crenças, com o propósito de “legitimar ou fundar uma série de práticas, uma auto-imagem cultural, um discurso ou uma instituição” (PETERS, 2000, p.17).

Ao pretender explicar as culturas e a mente humana, exclusivamente, a partir dos processos de significação lingüística, o estruturalismo passou a fazer parte do grupo das grandes narrativas. E assim, a renovação do discurso filosófico era apontada como uma das mais importantes diferenças entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

Os filósofos do movimento pós-estruturalista se deram conta de que apenas apontar para a existência da dicotomia, tal qual faziam os estruturalistas, não era suficiente. Isso porque a noção de identidade estava sempre ligada à separação de dois pólos, “nós” e “eles”, ambos sujeitos a vetores de força e a relações de poder. Ao fazermos essa separação, ordenamos o mundo social em grupos e em classes assimétricas. Assim sendo, essas posições não são simplesmente definidas socialmente, tendo uma convivência harmoniosa, lado a lado e sem hierarquias. Ao contrário, o que acontece, de fato, é uma imposição e disputa das identidades, uma vez que a nossa tendência é a de afirmar a identidade e enunciar a diferença (SILVA, 2000). Assim, as marcas do poder dentro destas relações são encontradas nas declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído.

É o caso da identidade masculina, que recebeu, por muito tempo, o status de identidade padrão, uma vez que o sujeito moderno era usualmente descrito como masculino (HALL, 2000a). A distinção dos universos masculino e feminino foi possível, como vimos, a partir das repercussões da revolução sentimental nas sociedades industriais. Desse modo, todos aqueles que pertencessem à identidade masculina eram vistos como estando em posição superior em relação à sua diferença, à identidade feminina, que se via fora desse seleto círculo.

Devido a sua natureza racional, ao homem era atribuído papéis e funções opostas à mulher, que, por sua vez, era considerada um ser emotivo. Partindo-se da diferença

constitucional, cabia a cada um ocupar um lugar diferente na sociedade, desempenhando papéis complementares. Para Lipovetsky (2000), esse movimento dizia respeito à construção do modelo normativo ocorrido na segunda metade do século XIX, o qual posicionava mulheres na esfera privada, e homens na esfera pública. Nessa normatização moderna, as relações de identidade e diferença são ordenadas em torno de binarismos (masculino / feminino; branco / preto; heterossexual / homossexual), fazendo com que um pólo receba um valor positivo e o outro uma carga negativa.

Esse processo de normalização, onde uma identidade recebe todas as características positivas possíveis em relação às demais, é, para Tomaz Tadeu da Silva (2000), um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta, uma vez que “normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas” (SILVA, 2000, p.83). A identidade elegida passaria a ser vista, então, não mais como uma identidade, mas como a identidade.

Nesse momento, levanta-se, com vigor, um clamor pelo descentramento final da noção do sujeito cartesiano que ainda prevalecia na filosofia ocidental. A partir da segunda metade do século XX, passa-se a problematizar as origens da relação dicotômica entre identidade e diferença, buscando uma desconstrução dessas posições – agora percebidas como sendo socialmente impostas. Para os filósofos e pensadores pós-estruturalistas, não se tratava apenas de afirmar a diferença, mas antes problematizá-la, buscando subverter e complicar a noção clássica de identidade. Nesse sentido, diferentes métodos e abordagens foram desenvolvidos com o intuito de enfatizar as noções de diferença, de determinação local, de rupturas ou descontinuidades históricas, além da serialização e repetição.

Partindo do pensamento de Nietzsche sobre a genealogia da moral e da crítica das verdades absolutas, sua ênfase está na pluralidade da interpretação. Foucault, Derrida e Deleuze constituem a primeira geração de pensadores pós-estruturalistas, que buscavam

ênfatizar o significado como uma construção ativa radicalmente dependente da pragmática do contexto. Para Tomaz Tadeu da Silva (2001), estes foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento e elaboração dos temas que constituem a “temática da diferença”.

Seguindo Nietzsche, todos eles questionam o sujeito cartesiano-Kantiano humanista, ou seja, o sujeito autônomo, livre e transparentemente autoconsciente, que é tradicionalmente visto como a fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política. Em contraste, e seguindo a crítica da filosofia liberal feita por Nietzsche, eles descrevem o sujeito em toda sua complexidade histórica e cultural – um sujeito “descentrado” e dependente do sistema lingüístico, um sujeito discursivamente constituído e posicionado na intersecção entre as forças libidinais e as práticas socioculturais. O sujeito, outra vez sob a influência de Nietzsche, é visto, em termos concretos, como corporificado e generificado, um ser temporal que chega, fisiologicamente falando, à vida e enfrenta a morte e a extinção como corpo, mas que é, entretanto, infinitamente maleável e flexível, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas (PETERS, 2000, p.33).

Não havendo mais nada que se pudesse fazer com a noção clássica de sujeito, os pensadores pós-estruturalistas passaram a desfazê-la. Nesse movimento de desconstrução, ergueu-se o sujeito nômade. Descentrado e múltiplo, o nômade desestabilizou a própria noção da dicotomia, da existência de dois mundos opostos e complementares. Criado para dar conta deste tempo histórico, pós-moderno, esta nova concepção de sujeito é, para Rosi Braidotti (2002) uma ficção política. Mais efetivo que os sistemas teóricos, essa ficção, deliberadamente estabelecida, trata-se de um passo contra a natureza convencional do pensamento etnocêntrico.

A noção de sujeito (ou subjetividade) nômade posiciona-se, assim, pela renúncia e desconstrução de qualquer sentido de identidade fixa. Não obstante, mesmo significando transições e passagens, encontra-se suficientemente ancorada em uma posição histórica, e na simultaneidade de identidades complexas e multidimensionadas. Veremos a seguir como essa filosofia e as novas concepções de mundo e sujeito vem repercutindo no âmbito da experiência religiosa, além de como herdamos muitas das posições de sujeito endereçadas a homens e mulheres pelo sistema de interpretação judaico-cristã.

A RELIGIÃO NA CONTEMPORANEIDADE:

Pluralismos e Crise de sentido

Nascemos em um mundo em que já não há mais valores comuns que determinem o agir nas diferentes áreas da vida, nem uma realidade única e idêntica para todos (BERGER & LUCKMANN, 2004). Somos fruto de uma ideologia individualista, caracterizada pela emergência do valor do indivíduo no centro do sistema social. Nossa lógica da liberdade nos diz que apenas o ser humano pode ser, por si mesmo, a fonte de suas normas e leis. A partir das transformações de referência iniciadas pelo processo de expansão do conhecimento humano, nossa sociedade não mais se organiza, com exclusividade, em torno dos sistemas de produção de sentido religiosos (GIOVANETTI, 2001). Variando entre ideais e posições diferentes diante da vida, o ser humano acredita momentaneamente num determinado valor, para em seguida esquecê-lo.

Envoltos em uma atmosfera de incredulidade, passamos a questionar com afinco nossas heranças. Ao fazermos isso, deparamo-nos com conhecimentos situados, corporificados, delimitados por contingências sociohistóricas. Nossas certezas universais que estabeleciam quem deveríamos ser, e a idéia de um mundo ordenado por leis fixas da natureza foi desmantelada. O mundo, em épocas atuais, parece ter perdido o contato com a realidade – ou, pelo menos, com o que presumíamos ser a realidade. Ao mesmo tempo em que nos desvencilhamos dos estereótipos que outrora nos enclausuravam, privamo-nos da posse e do gozo das posições já conhecidas e ocupadas. E assim, junto com as ataduras, foram-se as certezas (BADINTER, 2005).

Com a renúncia das grandes narrativas, iniciamos um outro projeto e instituímos, como um de seus principais pilares, a recusa dos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos, e a visão padrão da subjetividade humana (BRAIDOTTI, 2002). O

conhecimento auto-evidente foi desacreditado e posto à prova, por se compreender que nenhuma perspectiva ou interpretação pode ser assumida como única ou inquestionavelmente correta (BERGER & LUCKMANN, 2004). No mundo contemporâneo, não há mais verdades a serem descobertas ou reveladas. Descobrimos sim, que a única verdade é aquela que nós criamos, produzimos (SILVA, 2001). Então, encharcados pelo espírito niilista que parece brotar junto com nossos “avanços”, damos um passo à frente e denunciemos o caráter fictício das (supostas) verdades.

Dizer, contudo, que não há mais valores comuns e uma realidade única ou perspectivas e interpretações corretas, não significa afirmar o desaparecimento dos sistemas de produção universal de sentido. Sendo esse um dos paradoxos de nossa condição histórica: a ocorrência simultânea de tendências contraditórias. Poderíamos, com isso, afirmar que a marca do nosso tempo histórico, a pós-modernidade, é a presença de uma multiplicidade de sentidos sendo oferecidas e, conseqüentemente, da necessidade de escolha frente a essa possibilidade. O sujeito fragmentado (HALL, 2000b), promovido pela filosofia da diferença, é apontado, por exemplo, como resultante não de um, mas de vários sistemas de interpretação do mundo. Esses sistemas de interpretação pertencem cada qual a uma instituição e encontram-se em um embate pelo poder da hegemonia da produção de sentidos.

A religião cristã foi, na Europa pré-moderna, uma dessas instituições que “tentou trazer todas as pessoas para dentro de um espaço de poder e mantê-los dentro de um único, comum e supra-ordenado sistema de sentido” (BERGER & LUCKMANN, 2004, p. 42). Isso porque, durante muito tempo, foi simplesmente impensável uma sociedade sem uma religião única que dissesse respeito a tudo e a todos, por ser visto como indispensável para a sobrevivência individual e coletiva.

Poderíamos dizer aqui, que a característica principal dessas sociedades pré-modernas era o prevalecimento de um único sistema de interpretação, o qual seria responsável por

estabelecer e delinear as configurações sociais. Desse modo, a religião ocupava um lugar central nas sociedades tradicionais e organizava a vida cotidiana a partir do sagrado. Este, por sua vez, era percebido como elemento estruturante da sociedade, pleno de atributos de transcendência (FILHO & GIL, 2001). Era o outro da existência, responsável pela mediação entre terra e céu, contingente e transcendente.

Ao se relacionar com o sagrado, através da religião o indivíduo estava, de fato, relacionando-se com a ordem coletiva e comungando de uma comunidade imaginada. De acordo com Stuart Hall (2000a), a importância dessas comunidades está na mobilização das pessoas, de seus desejos de viver em conjunto e de perpetuar uma herança, independente de suas diferenças. Não interessava, nesse momento histórico, a busca por respostas ou anseios pessoais.

Apoiadas pelo Estado, as instituições religiosas, no início da idade moderna, eram assim, as responsáveis majoritárias pelo controle da produção e transmissão de sentido, encontrando-se intimamente ligadas ao aparato do poder (TARNAS, 2001). Zeny Rosendahl (2001), lembra-nos de que a paróquia representava para seus paroquianos um lugar simbólico, onde cada habitante poderia se inserir sem grandes questionamentos, passando a desenvolver uma forte identidade religiosa com o lugar. A seu ver, a localização geográfica – ou seja, a disposição da paróquia – apontava para um espaço político ocupado, em torno do qual, a vida da aldeia girava.

O monopólio dos sistemas de interpretação religiosa da realidade facilitava a corporificação e manutenção de modelos, além de criar programas para a execução e realização de padrões de ação que deveriam orientar e regulamentar o agir do indivíduo em todas as esferas de sua vida. Mediados pelo sagrado, esses sistemas de interpretação delimitavam a relação social, posicionando hierarquicamente as pessoas, de acordo com a classe e o gênero. Desse modo, essas grandes narrativas e suas certezas universais

estabeleciam, no interior das estruturas sociais e suas instituições (Família, Estado, Igreja), lugares fixos a serem ocupados por homens e mulheres. A providência divina de um lugar-comum, e a diferença dos papéis ocupados de acordo com o gênero era, pois, auto-evidente e inquestionável.

A secularização e a crise dos sistemas religiosos de interpretação universal

A posição de monopólio da Igreja Católica e de seus sistemas comuns e supra-ordenados entraram em colapso já nas primeiras fases da modernização. Com o advento e a concretização do projeto iluminista, o profano ganha força e destaque, descentralizando o sagrado e secularizando a sociedade. De acordo com José Paulo Giovanetti, “a consequência imediata disso é que o sagrado deixou de ser o motor que estrutura a vida social e passou a ser um elemento de bálsamo para a vida atribulada do homem contemporâneo” (2001, p.139).

Com o rompimento do Estado absolutista, essa posição de monopólio foi retirada das Igrejas e concedida ao Estado democrático de bem-estar liberal (BERGER &LUCKMANN, 2004). As instituições religiosas já não podiam esperar mais que o Estado obrigasse as pessoas a freqüentar reuniões, nem tampouco eliminar seus rivais. Pelo menos na Europa ocidental, desde o século XVIII, a influência social das Igrejas diminuiu, e outras instituições importantes se viram livres das amarras religiosas do passado. Com o poder descentrado e distribuído a uma série de novos sistemas de produção de sentido, alguns dos modelos foram postos à prova, enquanto que outros foram reforçados.

Se antes os especialistas eram os religiosos que falavam por Deus, ou seja, tinha em suas mãos a autoridade divinamente atribuída para falar da “natureza” feminina e masculina, por exemplo, agora, com as mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, os especialistas eram aqueles que falavam com a autoridade da ciência médica.

Não se trata, contudo, de fatos históricos independentes nem tampouco acontecimentos lineares. Havia um duplo movimento nas instituições. Ao mesmo tempo em que se buscava uma conservação da auto-evidência, provocava-se questionamentos acerca dos papéis sociais relevantes (relações de gênero), as identidades, os valores e as maneiras de ver o mundo. Instalam-se aí, as crises de sentido. De acordo com Pereira (2001), as crenças mitológicas e as ideologias de natureza religiosa e até científicas são algumas das fontes que contribuíram para a percepção e manutenção de papéis masculinos e femininos discrepantes.

Contudo, as rupturas com os pensamentos norteadores das instituições clássicas e, em paralelo, a ênfase no novo, resultou na perda da credibilidade da interpretação religiosa e no advento de outros sistemas supra-ordenados de mundo. Foi nesse aspecto, com referência ao Ocidente moderno, que o declínio da supremacia religiosa institucional causou uma das primeiras crises modernas de sentido. Não obstante, mesmo havendo essas crises, em muitos procedimentos diários e em outros setores, as influências dos costumes religiosos continuavam significativas.

Paradoxalmente, a modernidade implicava uma transformação radical da condição humana. A expansão das possibilidades, inclusive das tecnológicas, inaugurou uma pluralidade interminável nos meios de subsistência material. Mundo e indivíduo passavam a ser questionados e submetidos a várias interpretações, dando início ao que se convencionou chamar de pluralismo moderno (BERGER & LUCKMANN, 2004).

Ocasionada pela perda da auto-evidência, através das alternativas que obrigavam as pessoas a refletir, a modernidade muda a forma de relacionar-se com o sagrado, quebrando padrões predeterminados e possibilitando, por exemplo, a escolha do cônjuge, da profissão, de quantos filhos se desejava ter, até mesmo da própria confissão religiosa.

Essas transformações estruturais influenciaram a disposição e a ordem do cotidiano, obrigando o sujeito a orientar sua própria vida. As instituições religiosas, por conseguinte,

foram forçadas a entrar em um mercado competitivo de opções, cujo palco era a multiplicidade de ofertas ideológicas. Fazer parte de uma determinada comunidade imaginada (de sentido), já não era mais tão auto-evidente; interpretações firmes da realidade tornaram-se hipóteses; e convicções, questão de gosto.

Nesse panorama histórico, surge a noção de denominação eclesiástica que, segundo Richard Niebuhr (in BERGER & LUCKMANN, 2004), diz respeito ao direito de existir de outras Igrejas. À luz da perspectiva pós-estruturalista, poderíamos afirmar que as denominações são resultados de diferentes pontos de vista e interpretação e, por isso mesmo, de diferentes posicionamentos em relação à verdade religiosa.

Não havendo mais um ponto fixo e integrador, as instituições religiosas já não poderiam pretender ocupar esse espaço nas sociedades modernas. Estas, não seriam mais as únicas portadoras das ordens supra-ordenadas de sentido, uma vez que, a própria sociedade criaria uma série de outras instituições especializadas na produção e comunicação desses sentidos.

Desse modo, os sujeitos modernos já não se dirigiriam com exclusividade às explicações religiosas de mundo, mas recorreriam, preferencialmente, às novas instituições de interpretação. Com a vantagem da aceleração dos processos globais, o encurtamento das distâncias e da disposição espaço-tempo, as novas ordens de interpretação foram largamente difundidas através de métodos da publicidade de massa e do capitalismo moderno (BERGER & LUCKMANN, 2004).

Dentro desses parâmetros, pois, para Berger e Luckmann (2004), existem dois tipos básicos de estrutura social. O primeiro seria constituído pela predominância de um único sistema de interpretação e atribuição de sentido; e o segundo, por sua vez, constituir-se-ia pela variedade e abrangência de diferentes sistemas de interpretação.

As sociedades arcaicas, culturas antigas mais complexas e as sociedades pré-modernas são um exemplo do primeiro tipo, em que devido ao desenvolvimento de um sistema de valor único e obrigatório para todos, as diversas camadas e âmbitos de sentido estariam igualmente integrados. Consideradas relativamente estáveis, às vezes até estáticas, essas sociedades comunicavam uma ordem de sentido coerente com as suas instituições.

No segundo tipo de sociedade, porém, considera-se que as grandes instituições (econômicas, políticas e religiosas) se desligaram dos sistemas supra-ordenados de valores, não mais determinando a ação do indivíduo, tal como acontecia nos primeiros tipos de sociedade, uma vez que os valores não eram mais percebidos como comuns e obrigatórios, tampouco assegurados estruturalmente, o que concorreu para que emergissem as já mencionadas crises de sentido.

Considerando a religião como construção sociocultural, e contextualizando-a em épocas atuais, parece haver um certo descrédito sobre o alcance das produções de sentido desta, principalmente no que diz respeito à produção da subjetividade e, mais especificamente, as identidades de gênero. Por muito tempo, porém, esses sistemas de interpretação de sentido foram os responsáveis diretos pela representação dominante das relações de gênero e das distribuições de trabalhos.

Por isso, compreendemos que para entender a crise de sentido, ou no dizer de Woodward a “crise das identidades” (2000, p.19), atravessada pelo sujeito pós-moderno, precisamos visitar, mesmo que brevemente, os sistemas de organização das sociedades arcaicas que ajudaram a esculpir e moldar as sociedades ocidentais, no que se refere a seus valores e normas de conduta. A seguir, tomaremos por base os sistemas de valor e norma das práticas religiosas monoteístas e suas concepções de família e papéis familiares.

As sociedades arcaicas e os sistemas religiosos de interpretação universal de sentido

Segundo Vergote (2002), as religiões monoteístas são consideradas responsáveis pelo advento do que entendemos hoje por relacionamento entre a pessoa humana e um único deus. Consideradas enquanto “revelação” ou “manifestação” divinas para com um povo específico, mediante um profeta, estas são apontadas por alguns estudiosos e teólogos, muitas vezes, como sendo de maior valor espiritual que as religiões politeístas. Isso porque, acredita-se que as religiões monoteístas promovem um encontro com um “outro” sagrado, transcendente, enquanto que as politeístas preocupam-se com a transmissão de um saber culturalmente herdado (VALLE, 1998).

Na expressão politeísta de mundo, o divino se distribuía numa disparatada multiplicidade de divindades, as quais não eram vistas como pessoas singulares, mas sim, como potências personificadas que compunham o cosmo e a natureza. Enquanto potências, estas eram vistas como forças em interação. Em verdade, a vivência religiosa era percebida através e a partir dos ritos. A vida familiar e a vida pública estavam permeadas pela observação e prática de cerimônias, sendo estas responsáveis pela marcação da diferença entre as pessoas e as divindades. Além disso, cria-se no cumprimento de um destino que determinava as fases da vida de acordo com etapas prefixadas: infância, casamento, filhos, velhice e morte (BERGER & LUCKMANN, 2004).

Nessas sociedades, a experiência religiosa do sagrado não ocorria, necessariamente, com um Outro transcendente. Os deuses cultuados pelos antepassados eram evidentemente cultuados por todos os membros do clã ou da cidade, tendo em vista a religiosidade ou o envolvimento com o sagrado, como originários do coletivo, e pertencente a toda comunidade cultural. A fé, assim, era transmitida mais como uma tradição do que como uma crença. Auto-

evidente, não havia a necessidade de se confessar a divindade, mas apenas reconhecê-la, porque ela estava ali, presente no mundo, considerada imortal assim como a natureza.

Desse modo, o reconhecimento das divindades era feito através dos rituais de sacrifício e da fabricação dos ídolos, que permitiam a presença constante destes na comunidade. Nesse contexto, não havia a idéia de um relacionamento pessoal, por meio de fé com a divindade, mediada por uma linguagem abstrata (VERGOTE, 2002). Antes era pragmática, tendo por critério da verdade religiosa sua utilidade prática, por isso que se tinha para cada necessidade um deus diferente. Cultuava-se o deus da chuva, do plantio, da colheita, da fertilidade etc.

Já dentre as práticas monoteístas – Judaísmo, Islamismo e Cristianismo – há diferenciações próprias e particulares de como ocorre o relacionamento pessoal entre um único deus e os seres humanos (VALLE, 1998). Para contemplar os propósitos deste trabalho, passaremos agora às relações de gênero e as divisões das tarefas, no âmbito público e privado, da história de duas das religiões monoteístas acima citadas: o judaísmo – precursor do cristianismo – e, principalmente, o cristianismo.

A expressão monoteísta Judaico-Cristã e as relações de gênero

Muito do que se conhece do lugar ocupado pela mulher dentro de uma perspectiva cristã, teve seu nascimento junto com as tradições e costumes judaicos. Ou seja, falar de mulher no cristianismo pede certo conhecimento de como – antes do advento do “messias” – a mulher era percebida. Assim, neste momento urge a demanda por um conhecimento de como a mulher era vista dentro dos preceitos religiosos e da cultura judaica.

Em todos os segmentos da sociedade, o povo Israelita possuía costumes que divergiam dos costumes dos povos politeístas, principalmente no que tange ao lugar atribuído à mulher

na família e nas práticas religiosas. Segundo Ladislao, entre os povos politeístas “há sempre uma deusa feminina, seja representando a terra, seja como deusa protetora das forças reprodutoras de animais e homens, ligada à sexualidade” (1995, p.12). Não obstante, esse não era o caso do povo israelita, cuja vida religiosa era permeada por valores de ordens morais revelado por um Deus masculino. Essas ordens abrangiam a própria vida em sua totalidade, e assim como se cria em um Deus único, não havia espaço para uma deusa feminina, tampouco interpretações femininas do mundo e do cosmo (PEREIRA, 2001).

Dessa maneira, a vida social e religiosa hebraica estava relacionada diretamente à sua cultura patriarcal e ao meio ambiente oriental, por isso, para os israelitas sua crença em um Deus único demandava a observação das leis que o diferenciavam dos povos ao seu redor. Contudo, com o decorrer do tempo, a cultura hebréia, sofrera influências estrangeiras, especialmente da cultura grega.

De acordo com a Rabina Sandra Kochmann (2005), todos os campos da vida cotidiana do judaísmo – desde as diferentes rezas da liturgia até a divisão das tarefas no espaço público e privado – variaram segundo o contexto histórico, social, político e religioso, principalmente no que se refere ao lugar ocupado pela mulher.

Tal como ocorre ainda hoje, no Oriente Médio a mulher não participava da vida pública. Ao contrário, confiava-se a esta a execução de todas as tarefas do lar; desde o preparatório diário do pão, a confecção dos tecidos para a família, até os cuidados com os descendentes de seu marido. Com vistas à preservação dessa descendência, os filhos, de modo especial os homens, eram considerados dádivas de Deus. Isso porque, para os israelitas, no começo de sua história, era necessário assegurar a posse dos bens, uma vez que viviam como tribos nômades (LADISLAO, 1995). Os meninos cresciam e aprendiam a tomar decisões, enquanto que as meninas eram educadas para obedecer, primeiro ao seu pai, depois ao seu marido e, principalmente, para casar e ter filhos.

Cabia à mulher perpetuar a descendência de seu marido, tendo a maior quantidade de filhos possíveis. Por esse motivo, a mulher estéril era tida como pessoa abandonada pela mão de Deus, sendo obrigada a consentir que seu marido mantivesse relações sexuais com uma serva, a fim de que lhe concebesse filhos. Em outras situações, entrava em voga a Lei do Levirato. Também pela necessidade de aumentar a quantidade de descendentes varões, era permitido ao patriarca casar-se com a viúva de um irmão ou parente imediatamente mais próximo, caso este não tivesse tido um filho homem. Nesse sistema supra-ordenado de interpretação do mundo, a chefia do clã cabia exclusivamente ao varão, sendo-lhe consentida a permissão de ter mais de uma mulher.

Na família, a mulher era considerada propriedade do marido e, neste sentido, submissa ao varão, patriarca do clã, devendo-lhe toda obediência. Havia muitas desigualdades também no campo religioso, visto que as mulheres estavam sujeitas a todas as proibições da Lei. Em princípio, esta não participava da vida pública, sendo-lhe vetado tomar parte nos rituais religiosos, e proibido a imposição das mãos sobre os animais sacrificados. Na cidade, e entre pessoas importantes, a mulher só podia aparecer usando um véu. Alguns mestres em Israel entendiam, inclusive, que era preferível queimar a Tora (a Lei de Deus) do que ensiná-la a uma mulher. Assim, devido ao tipo de vida patriarcal, as mulheres eram consideradas menos importantes do que os homens.

Apresentando as mesmas características de uma religião monoteísta, em que a ligação ou relacionamento entre Deus e os seres humanos se sucede através de uma revelação divina, “o Cristianismo surge no seio da cultura judaica” (PEREIRA, 2001, p.121). Diferentemente do Judaísmo, esse relacionamento não é mais mediado por práticas e rituais de sacrifícios expiatórios, mas sim por um encontro pessoal e conversão mental (tomada de decisão) por uma nova vida através da pessoa de Jesus Cristo – anunciado filho de Deus (BOWKER, 2003).

Costuma-se dizer que o movimento iniciado por Jesus nasce como uma seita judia. Superando uma práxis religiosa de purificação e de sacrifícios mediados por sacerdotes para um relacionamento pessoal com Deus mediante a fé, pouco a pouco o cristianismo foi se consolidando e se definindo com características diferentes do judaísmo.

A relação com o sagrado passou a representar uma “nova vida”, espiritualmente unida com o próprio Deus, que deveria ser vivida em comunhão com outros crentes, em uma comunidade considerada o “Corpo de Cristo”. Contudo, apesar dessa nova maneira de se relacionar pessoalmente com um Deus Uno, o cristianismo carrega (herda) de seu genitor (o judaísmo) muito dos códigos de condutas morais ou regras de fé e prática.

Durante a época em que Jesus de Nazaré, como era conhecido, deu início ao seu ministério público, pregando para grandes multidões e juntando seguidores por onde passava, muito dos costumes da época dos patriarcas persistiam. Além disso, a maneira como a sociedade via o coletivo feminino, no tempo de Jesus, estava estreitamente relacionada com o mundo helênico e grego (PEREIRA, 2001). A mulher continuava despercebida na esfera pública, incluindo aí a religião, pois “a jovem praticante não deveria sair de seu lar, permanecendo nos recintos reservados exclusivamente às mulheres” (LADISLAO, 1995, p. 17).

Não obstante, o que chama atenção nos escritos bíblicos é a mudança que ocorreu na visão de mulher a partir do advento do cristianismo (LADISLAO, 1995). Diferentemente de outros homens considerados como sacerdotes ou ministros de Deus, Jesus falava com as mulheres, e por onde passava as cumprimentava. Essa prática era considerada contrária aos comportamentos esperados de um rabi, pois Jesus era judeu e fora criado dentro da cultura judaica – sendo conhecedor dos livros da lei.

O relacionamento mantido por Jesus com as mulheres de seu tempo caracteriza-se por uma ampla liberdade. Deixando de lado os preconceitos que proibiam falar com uma mulher nas ruas da cidade, Jesus mantém encontros frequentes com elas. [...] Jesus não apenas fala com as mulheres, mas introduz também uma mudança radical junto aos mestres de sua época, pois que se permite ter discípulas que o escutam (Lc 10,38-42), acompanham-no (Mc 14,40-41) e o servem com seus bens (Lc 8,1-3) (LADISLAO, 1995, p. 27).

Desse modo, a maior mudança decorre do fato de se ter mulheres seguindo a Cristo, e participando de seu ministério público. Ora, se as mulheres dentro da cultura judaica estavam restritas apenas à vida privada, sendo-lhe inclusive vetada a participação nas orações, nas reuniões dentro das sinagogas, ter mulheres que seguiam e serviam diretamente àquele que era aclamado filho de Deus, constava uma grande mudança na percepção das relações de gênero – principalmente as estabelecidas a partir das delimitações entre público e privado. Isso porque, como vimos, a mulher não só na cultura judaica, como também em outras culturas, teve tradicionalmente uma posição subalterna com relação ao homem.

E assim, de acordo com Pereira (2001), no movimento de Jesus, a mulher vê resgatada sua dignidade devido aos questionamentos das velhas estruturas patriarcais, já que, de marginalizada no templo e na Lei passou a integrar plenamente um movimento público. Contudo, apesar das mudanças radicais implícitas nesse movimento religioso, a relação de igualdade entre mulheres e homens estava longe de se tornar regra. Mesmo tendo Jesus questionado o sistema patriarcal juntamente com seus velhos costumes, especialmente em relação às mulheres, em geral, a história da igreja cristã aponta para a manutenção de estereótipos femininos e a continuação de papéis em função do sexo.

A perpetuação desses costumes e tradições tomaram formas e proporções específicas, de acordo com a contingência histórica e cultural, delineando novas formas de subjetivação. Veremos nos capítulos que seguem como as posições-de-sujeito endereçadas pelos costumes religiosos a mulheres e homens uniram-se a outros sistemas de representação social, indicando-lhes suas identidades.

ENDEREÇAMENTO E INVESTIMENTO:

Os sistemas de representação social e as posições-de-sujeito.

O conceito de representação tem uma longa história e uma multiplicidade de significados. Nos últimos tempos, pensadores e pesquisadores das mais diversas áreas têm debatido sobre o que seriam, de fato, as representações sociais (SILVA, 2000). A definição empregada por cada teórico encontra-se, necessariamente, de acordo com a perspectiva adotada e a filosofia que a sustenta. Embora para este estudo tenhamos abraçado a perspectiva pós-estruturalista, compreendemos ser necessário contrapor-la com a percepção estruturalista, a fim de entendermos em que a primeira perspectiva se distancia e supera a segunda.

Como vimos em capítulos anteriores, ambas erguem-se enquanto reação à idéia clássica de representação e partem dos discursos e dos sistemas de representação social. Esses discursos e sistemas, por sua vez, são vistos como responsáveis pela construção dos lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e falar.

Compreendidas enquanto processo cultural, as representações estabelecem as identidades e, de acordo com Kathryn Woodward, “os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (2000, p.17). E, desse modo, o sujeito assim descrito ainda é considerado possuidor de um núcleo ou essência interior, por ser visto enquanto criação de um diálogo contínuo com os discursos e sistemas de representação. Ou seja, apesar de tudo, ainda haveria um “eu” idêntico a si mesmo pronto a dialogar com um “outro” externo, com normas e sistemas simbólicos. Contudo, segundo Stuart Hall (2000a),

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a

idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (HALL, 2000, p. 9).

Para Stuart Hall (2000b), o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Este deslocamento do sujeito “unificado” e “centralizado” para uma noção de eu “descontínuo” e “fragmentado” pode ser percebido como perda da noção de quem somos.

Assim, as posições que antes nos forneciam sólidas localizações como indivíduos, ditando nosso lugar a partir da classe, gênero, sexualidade, religião e nacionalidade viram-se descentradas e deslocadas – dando-nos a idéia de “crise” (ou melhor, “não pertencimento”). Agora, todas as posições fixas são postas à prova! O descentramento do “eu” enquanto núcleo centralizador ou mesmo enquanto entidade dialógica possibilita o assumir diferentes identidades, não unificadas, em diferentes momentos.

Apesar de ter se levantado contra a concepção humanista de sujeito, o estruturalismo europeu manteve a idéia da dialética hegeliana. Essa permanência, por sua vez, inculcou um modo de pensar fixo, com posições fixas; todas elas conhecíveis e localizáveis. Logo, as teorias que adotam a perspectiva estruturalista assumem uma postura essencialista na medida em que compreendem representação como sendo a correspondência “verdadeira” a alguma suposta e pré-existente realidade (a coisa-em-si). Seja esta “coisa-em-si” definida como essência (metafísica) ou como existência empírica (positivismo).

Grosso modo, as perspectivas estruturalistas entendem que o desconforto causado pelos anseios de uma ininterrupta busca por respostas faz com que os indivíduos se voltem para os discursos sociais e seus sistemas de interpretação da “verdade” (SILVA, 2000). A solução apresentada por esses discursos, em contrapartida, forneceria, cada qual a seu modo, sentido para a experiência singular do indivíduo. Ao descrever a realidade, os sistemas de interpretação reproduziriam fielmente a identidade e, por fim, os sentidos e significações

recebidos seriam experimentados como suficientes. Dessa forma, os sistemas de interpretação da “verdade” seriam considerados responsáveis pelas representações em voga, na sociedade, e pela noção de identidade e diferença. Representar, então, seria descrever, dizer aquilo que é (e o que não é!).

Eis a importância empregada às representações sociais: fornecer significação à experiência singular. Dar sentido corresponderia, para essa perspectiva, construir um ponto fixo, um lugar de morada, ou melhor, um locus. Lugar depositário de fantasias, necessidades e desejos. As experiências vividas no singular passariam a receber significação coletiva, o que lhes conferiria valor. E assim, enquanto significado cultural socialmente definido, tanto a identidade quanto a diferença estariam estreitamente determinadas pelos sistemas de representação e situadas em uma interioridade psíquica.

Contudo, a emergência da perspectiva pós-estruturalista vem problematizando essas posições fixas e localizáveis, apontando para posicionamentos mais fluidos, múltiplos, cambiantes e estratégicos (ELLSWORTH, 2004). Nessa perspectiva, a representação passa a ser concebida como um sistema de classificação arbitrária de sentido, e não como conotações mentalistas ou de supostas interioridades psíquicas, sendo pois, significados sociais cultural e socialmente atribuídos.

Nesse sentido, em confronto com o estruturalismo, a teorização pós-estruturalista, em geral, põe em dúvida essa concepção “realista” da verdade, dando ênfase ao seu caráter artificial e maquinicamente produzido. Isso porque, segundo Tomaz Tadeu da Silva, “não existe, de um lado, um reino das aparências, das coisas sensíveis e, de outro, um reino das coisas inteligíveis, que seria a verdadeira realidade” (2001). Mas, ao contrário, a “verdade” nada mais é que uma ficção, um ato produtivo, criativo e inventivo (SILVA, 2001). Todavia, apesar do termo “representação” estar intimamente ligado à noção clássica de identidade, este não se trata de um conceito descartado.

A partir do registro pós-estruturalista, “a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material” (SILVA, 2000, p.90). Esta marca material é produzida a partir dos processos discursivos e lingüísticos de forma performativa, ou seja, proposições que fazem com que algo se efetive. Limitar, tal qual o faz o estruturalismo, a representação a uma forma puramente descritiva, de acordo com os processos lingüísticos, é simplesmente fixá-la.

Desse modo, de acordo com Judith Butler (In SILVA, 2000), o conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que “é” (idéia passada e mantida pelo conceito de representação), para a idéia de “tornar-se”; daí dizer que se trata de um ato criativo e inventivo. Eis o que são, de fato, as representações sociais, e o que nos importa neste trabalho, realidades construídas e divulgadas que influenciam pessoas incentivando-as a determinados modos de ser, a performatividade. E por isso mesmo, consideradas responsáveis por proporcionar o engajamento e o investimento à determinada representação ou posição-de-sujeito.

Essas posições-de-sujeito, pois, tratar-se-iam de moradas móveis, de exposições do indivíduo a uma multiplicidade de sistemas – por vezes antagônicos – dispostos de maneira complexa e que desenham uma rede de possibilidades e cruzamentos entre si. A multiplicidade aqui, nada tem a ver com a variedade ou com a diversidade; antes, “a multiplicidade é a capacidade que a diferença tem de (se) multiplicar” (SILVA, 2002). Um único sistema de representação, assim, pode conter posições antagônicas de sujeito e, igualmente, pode endereçá-las a um mesmo indivíduo. Nesse sentido, a complexidade reside no axioma de cada sistema de significação (por ser em si contraditório), e nas trocas que estabelecem com os demais sistemas. Por isso, afirmar-se que dentro da perspectiva pós-estruturalista as representações sociais criam o mundo, e não o representam.

É justamente aqui que nos arriscamos a trazer à tona a temática da representação da identidade feminina, atravessada pela crença religiosa, que é socialmente construída a partir do inter cruzamento entre uma multiplicidade de discursos sociais dentro de um tempo histórico chamado “pós-modernidade”.

Por questões de rigor metodológico, tomamos emprestado da Teoria do Cinema o termo “modos de endereçamento”, a fim de melhor compreender e explicar a interpretação que as mulheres evangélicas, desta pesquisa, fazem acerca do que significa ser mulher. A permissão e a pertinência para tal empréstimo residem na elucidação da terminologia, uma vez que o termo “modo de endereçamento” tem a ver com a necessidade de endereçar qualquer informação, texto ou ação para alguém (ELLSWORTH, 2004).

Endereçamentos...

O termo “modo de endereçamento”, segundo Elizabeth Ellsworth (2004), foi desenvolvido por teóricos do cinema para lidar com algumas das grandes questões que atravessam a produção dos roteiros e textos de filmes. Em geral, os assuntos debatidos pelos estudiosos do cinema encontram-se ligados à relação entre o texto de um filme e a experiência do espectador. Ou, em outras palavras, questões que têm a ver com a relação entre o social e o individual. A possibilidade de mudar, influenciar e, até mesmo controlar as respostas do espectador é o carro chefe das discussões sobre produção de textos.

No processo de produção dos textos, estão implícitos pressupostos conscientes e inconscientes sobre, por exemplo, quem são seus espectadores; o que eles querem; como eles vêem filmes; o que os faz rir ou chorar; o que eles temem, dentre outros (ELLSWORTH, 2004). Grosso modo, não há uma produção – por mais simples ou com poucos recursos que seja – que não vise ou imagine um determinado público, e o impacto que seu texto irá causar

sobre estes. Tal compreensão permite considerar o fato de filmes, assim como cartas, livros, comerciais de televisão e a mídia, de uma forma geral, serem feitos visando a um público alvo, destinando-lhe uma mensagem.

O mercado da fantasia e desejo da construção de gênero e de raça é o responsável por fornecer as coordenadas na criação de um texto (ELLSWORTH, 2004). Essa produção será de acordo com “quem” os produtores pensam ser seus espectadores, e em “quem” desejam que se tornem. Assim, a história do filme e o prazer visual que se pode experimentar durante a exibição deste, são propositalmente direcionados de acordo com as suposições sobre que posições e identidades sociais as pessoas que assistem ao filme devem ocupar. Doravante, essas posições e identidades sociais não existem, antes são (necessariamente) imaginadas e idealizadas.

A exemplo disso, recentemente um documentário produzido por um norte americano, chamado Michael Moore, narra o assassinato coletivo de adolescentes numa cidade de interior dos Estados Unidos. “Tiros em Columbine” (2002) fala sobre o livre comércio das armas de fogo em alguns estados da América do Norte, a crescente e desenfreada agressividade da população, e a violência – que, segundo o roteirista, deve-se às propagandas, documentários e programas televisivos, além dos filmes de Hollywood. Esses meios de comunicação de massa supostamente alimentariam um sentimento de necessidade de “proteção” contra as ameaças internas e ao terrorismo oriental.

Fazendo um paralelo com o assunto desenvolvido, poderíamos dizer que a posição-de-sujeito posta em questão nesse documentário é a de alguém que está em constante ameaça. Por e para algum motivo, alguns discursos em circulação na sociedade norte americana, fazem crer ser esta a realidade, e imprimem um novo modo de ser: o estado de permanente alerta. Michael Moore dá a entender que a política interna nacional, e os filmes hollywoodianos

direcionam milhares de americanos à suposição de uma identidade em perigo, precisando ser defendida a qualquer preço.

No exemplo dado, podemos ver que mais do que se preocupar com a posição física – local onde assistirá ao filme, propaganda, ou qualquer outra mídia – tanto produtores quanto roteiristas têm em mente um outro tipo de posição a ser ocupada: a de sujeito. Esta diz respeito a modos de ser no interior das relações e dos interesses de poder, no interior das construções de gênero e de raça, no interior do saber (ELLSWORTH, 2004). Dessa maneira, ao ir ao cinema, assistir a um comercial de televisão, ler um livro ou até mesmo “navegar” na internet, o indivíduo se depara com “produtos” que o convocam a “comprar” (ocupar) uma determinada posição.

O “modo de endereçamento” parece convocar o espectador a ocupar uma posição não física – a partir da qual o indivíduo deve ler o filme; o que dentro da Teoria do Cinema seria sustentado pelo seguinte questionamento: “Quem este filme pensa que você é?” (ELLSWORTH, 2004, p.13). Nas palavras de Elizabeth Ellsworth:

O conceito de modo de endereçamento está baseado no seguinte argumento: para que um filme funcione para um determinado público, para que ele chegue a fazer sentido para uma espectadora, ou para que ele a faça rir, para que a faça torcer por um personagem, para que um filme a faça suspender sua descrença [na “realidade” do filme], chorar, gritar, sentir-se feliz ao final – a espectadora deve entrar em uma relação particular com a história e o sistema de imagem do filme (ELLSWORTH, 2004, p.14).

Vale salientar que esta convocação não ocorre através de um momento visual ou falado, mas trata-se, antes, como aponta Ellsworth “de uma estruturação – que se desenvolve ao longo do tempo – das relações entre o filme e o espectador” (2004 p. 17). O “modo de endereçamento” é, pois, invisível, não-localizável. É uma relação e não uma coisa.

Engenhosamente construída, a estrutura de um filme tem por finalidade convocar o público a ocupar posições-de-sujeito desejadas pelo roteirista / produtor, a partir da qual deve-

se ler o filme. A leitura do filme acaba, pois, sendo influenciada pela operação das câmeras que recorrem a tomadas específicas, a fim de valorizar as experiências e objetivos de um determinado personagem. Essa busca por “ângulos” perfeitos intenciona suscitar empatia e cumplicidade imaginária entre personagem e público.

Doravante, os esforços, a convocação feita através da estrutura do filme só ocorre, de fato, quando há uma articulação entre “quem pensam ser o espectador” e “quem o espectador pensa ser” (ELLSWORTH, 2004).

O sucesso do texto, logo, dependerá da articulação entre o desejo e a fantasia do indivíduo, com aqueles pensados por produtores e roteiristas. Dependerá de como esse mesmo indivíduo posiciona-se ao ser convidado a investir suas fantasias e desejos nessas posições idealizadas. Dependerá também, de quem (o indivíduo) pensa que é – a idealização de si mesmo.

Não obstante, justamente por não sermos quem pensamos ser e, tampouco, sermos quem pensam que somos, é que os “modos de endereçamento” perdem o alvo. Esse “perder o alvo” proporciona o redirecionamento do endereçamento recebido pelo indivíduo através de sua convocação. Ao mesmo tempo, essa posição de “fora do alvo” traz à tona a necessidade de negociação entre as múltiplas posições endereçadas. A negociação em questão ocorre na tensão entre a posição-de-sujeito ocupada pelo espectador, e a posição-de-sujeito que se deseja que este ocupe.

Há, nesse momento, uma mudança de foco na Teoria do Cinema. Sai-se de uma noção de endereçamento como o encaminhamento de uma posição fixa e coerente – presente no texto do filme – a um público específico, para as diferentes leituras que são feitas, não apenas por parte do mesmo espectador, mas também das diferentes leituras feitas pelos diferentes “tipos” de público.

Os espectadores reais respondem de formas diversas e diferentes das planejadas, esperadas e desejadas. Quando o endereçamento “erra-o-alvo” está de fato denunciando essa simultaneidade de lugares. Podem estar ocorrendo de forma simultânea uma multiplicidade de endereçamentos, porque na verdade não existe um lugar, mas sim uma multiplicidade de lugares em que os indivíduos são convocados a negociar e a investir. Errar o alvo diz respeito à multiplicidade de posições-de-sujeito presente nos discursos e a possibilidade de negociar essas posições, além de se ocupar diversos lugares simultaneamente.

Assim, os espectadores respondem a vários tipos de endereçamento – não apenas àqueles que lhes foram sobreditsos, mas também àqueles que foram endereçados a outros. Isso porque o que ocorre são ajustes entre o que está sendo endereçado e a experiência do espectador (ELLSWORTH, 2004).

O espaço entre um filme (posições endereçadas) e seu público (posições já ocupadas, suas diversas articulações e experiências singulares) é um espaço inconstante, em contínua e ininterrupta construção; trata-se, pois, de um “entre-espaço”. A possibilidade de negociar as diferentes posições-de-sujeito tem no “entre-espaço” seu continente. É esse “entre-espaço” que os modos de endereçamento tentam manipular.

O termo “modo de endereçamento” passa a ser compreendido agora, como um aspecto mais fluido. E, nesse sentido, são múltiplos os endereçamentos destinados às mulheres, principalmente na contemporaneidade. Inclusive, essa possibilidade de se pensar em “multiplicidade” é característica das sociedades pós-industriais e globais; onde as transformações, particularmente de tempo e espaço, passam a interferir diretamente nas relações sociais.

Essa movimentação em torno da multiplicidade de endereçamento tornou-se possível dada à ampliação do entendimento e significado de cultura, passando “de textos e representações para práticas vividas” (ESCOSTEGUY, 2006, p.143). Os Estudos Culturais e a

teoria do Cinema rompiam com as tradições teóricas e aproximavam-se do vasto campo das práticas sociais e dos processos históricos, preocupando-se muito mais com os rumos e as destinações dadas aos produtos da cultura (ESCOSTEGUY, 2006). A produção de sentido passa a ser, assim, o ponto de partida para a compreensão das estruturas sociais, e seus contextos a serem percebidos “enquanto fatores essenciais para a compreensão da ação” (ESCOSTEGUY, 2006, p.143) e deslocamento das práticas cotidianas. Logo, na perspectiva pós-estruturalista endereçar é posicionar.

Os sistemas de representação religiosa e o endereçamento de posições-de-sujeito.

Passamos agora a pensar na posição-de-sujeito que a mulher foi – majoritariamente, mas não exclusivamente – convidada a ocupar (submissa, auxiliadora, educadora, etc.), como posições ideológicas que foram sendo naturalizadas ao curso do tempo, através dos discursos religioso e moderno. No discurso religioso, de maneira bastante simplista, a justificativa estaria numa compreensão da dita “vontade de Deus”, tendo surgido a partir dos fins estabelecidos na criação de ambos, homem e mulher. Já o discurso moderno, em muitos momentos, encontra-se respaldado na biologia e na idéia de “natureza feminina”, a partir de uma visão de mulher biologicamente frágil e inferior ao homem; logo precisando de sua proteção e cuidado. Desse modo, as instituições modernas, em muitos momentos, reforçaram o endereçamento das posições-de-sujeito femininas em curso, tal como nos aponta Andréa Lisly Gonçalves (2006):

A partir do século XIX, quando as práticas médicas invadem o espaço doméstico, sobretudo nas áreas urbanas, intensifica-se a produção de manuais sobre a saúde e o corpo da mulher. Essa literatura constitui-se em fonte inestimável para se entender como são construídos os modelos de feminino e masculino, ou moldados os papéis que se esperam que sejam cumpridos, separadamente, por homens e mulheres. A maioria desses tratados, manuais, prescrições, senão a totalidade, contribuiu para reforçar a oposição entre mulher/natureza e homem/cultura. Grosso modo, definiram que do conhecimento do corpo da

mulher dependia a explicação para o seu comportamento, enquanto que os homens se encontravam menos dependentes de sua anatomia para guiarem suas ações. Ao realizarem essa tarefa, os especialistas encobriam, agora com o véu da ciência, que os modelos de feminino e masculino também foram social e historicamente construídos (GONÇALVES, 2006, p.116).

Com isso, verificamos que a posição-de-sujeito feminina, em oposição direta à masculina, não foi passada apenas pelos sistemas de interpretação e produção de sentido religioso, mas foram também anunciadas pelos discursos das instituições modernas. Ou seja, não podemos dizer que apenas os discursos religiosos contribuíram para velar a noção de identidades maquinicamente produzidas, quando vários outros discursos sociais tiveram o mesmo interesse.

Importa-nos pois, estudar como essa multiplicidade de discursos age sobre a construção do sujeito, uma vez que, no dizer de Louro “o processo de fabricação dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível” (2004, p.63). Nas práticas educacionais e disciplinares há uma fabricação das diferenças entre os sujeitos; esperando-se que uns, mais que os outros, destaquem-se, por exemplo, em determinadas matérias e atividades. Essa fabricação, comumente, dá-se em torno da diferença entre gêneros. Assim, os modos de endereçamento nas práticas educativas nos dizem ser “indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 2004, p.64). Acrescentamos aqui também a importância em se verificar, dentro dessas práticas educacionais e disciplinares, o alcance das doutrinas religiosas sobre a construção dos sujeitos e, principalmente, a construção da diferença entre os gêneros.

Ellsworth diz que “a educação é (tradicionalmente) considerada um sucesso quando a diferença entre um currículo e a compreensão que dele tem um estudante é eliminada” (ELLSWORTH, 2004, p. 60). Nessa compreensão de currículo, não há lugar para o desejo, o medo, o prazer, a ansiedade, a fantasia e o impensável. Quase como se o sucesso do processo

de aprendizagem dependesse de eliminar, ou melhor, “purificar”, os ruídos entre o que se deseja ensinar (posições) e o que se deseja que o aluno “apague”, “esqueça”, “negue”. Tenta-se, com isso, imprimir na construção do sujeito a sensação de que a compreensão (de um texto, filme, etc) é tanto neutra quanto universal. Como se os textos não tivessem autoria, como se não tivessem um público alvo e o desejo de transmitir um saber (específico, fixo e inquestionável).

A tendência que temos é, pois, a de tornar uma perspectiva em a perspectiva, e dar a um conhecimento status de o conhecimento; um currículo torna-se o currículo (SILVA, 2001). E mais, tendemos não apenas a organizar a experiência de forma a transmitir uma informação, mas também – se não principalmente – um conjunto de valores bem definidos. Esses conjuntos de valores estão relacionados de acordo com o que se crê ser a norma universal, e apóiam-se em alguma espécie de fundamento primeiro ou transcendental (SILVA, 2001). Critério para decidir o que deve ser perpetuado e o que deve ser abolido, tais valores apresentam-se inquestionáveis.

Como vimos, para as abordagens essencialistas foi a crença em um “eu” que permitiu se pensar na possibilidade de direcionar um conhecimento específico, para um público específico, e buscando encaminhar posições condizentes com a moral, os valores deveriam ser transmitidos, uma vez que as coisas simplesmente existem e são o que são.

Já segundo as abordagens não-essencialistas, essa necessidade de estabilidade e de permanência de valores acaba não apenas por eliminar a multiplicidade, mas também por negá-la. Não se trata mais do valor em si, mas da valoração; ou seja, procura-se problematizar a valoração dos valores como construtos sociais. Põe-se em xeque a origem do valor, de quem são os valores que estão sendo transmitidos, para quem e com quais finalidades. E assim, o que essas abordagens se propõem a fazer é uma genealogia da moral, desmascarando o valor,

insinuando seu caráter instituído e imposto, em nada neutro. Mas, por que isso nos interessa?

Porque no dizer de Louro:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (LOURO, 2004, p.64).

É aqui que entram as relações de poder e a mudança social. Quais posições são endereçadas e como? Por que endereçar determinada posição para determinado público? Quem as endereça, e com quais finalidades? As respostas a tais indagações podem indicar ou contribuir para a elucidação das relações de poder subjacentes à produção de modos de ser e de estar no mundo.

Relações de Gênero: na família, no trabalho e na Igreja

A transmissão e o investimento de posicionamentos por discursos religiosos requer a crença no conteúdo revelado de escrituras, como sendo da ordem do sagrado. O conteúdo, as posições-de-sujeito e os diferentes endereçamentos contidos em tais narrativas – como a criação do universo, a criação do homem e da mulher, dentre outras, visam dar sentido à existência humana. De acordo com John Bowker (2004) o Talmud (texto produzido por escribas) foi escrito, visando lembrar ao povo de Israel (os Hebreus) quem eles eram, durante o tempo em que estiveram cativos na Babilônia, sob o domínio do rei Persa, Nabucodonosor. Tratava-se de (re) lembrar quem eram, suas identidades, quais posições (de sujeito) deveriam ocupar, por mais que estivessem longe de sua pátria – local de condição identitária. Todavia, muito embora a narrativa bíblica Judaico-Cristã tenha sido produzida por e para um grupo de fiéis, esta veio a repercutir de formas, as mais diversas possíveis, em outros povos.

Kathryn Woodward (2000) esclarece que a luta para afirmar a identidade e estabelecê-la, ocorre através de reivindicações e apelos a antecedentes históricos. Retorna-se ao passado por acreditar que haja algo estabelecido e fixo, uma identidade natural e imutável, possível de ser encontrada. Em relação às identidades de gênero, atravessadas pelo discurso religioso, esse movimento de retorno ao passado, em busca por respostas, leva-nos ao mito criacional de Adão e Eva. Este, por sua vez, corresponde ao que Stuart Hall (2000b) denomina de “mito fundacional”.

Um mito fundacional diz respeito a uma história que localiza a origem de uma nação, de um povo e de seu caráter nacional, num passado distante. Assim, o mito criacional monoteísta Judaico-Cristão pode ser apontado como exemplo de mito fundacional. De acordo com Pereira (2001), a narrativa criacional ocorreu em tempos históricos diferentes e seguindo cânones de duas tradições distintas: o yavista e a sacerdotal. Não obstante, ambas possuem em comum o fato de terem sido criadas dentro de um contexto de escravidão (o yavista durante a escravidão no Egito e a sacerdotal durante a escravidão na Babilônia), sendo que o relato sacerdotal foi consignado no livro de Gênesis antes que o yavista, apesar de cronologicamente posterior a ele.

No relato yavista da criação da mulher, encontrada no livro de Gênesis, Yahveh (Deus) após criar o homem diz: “não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea” (Capítulo 2 verso 18). Essa narrativa foi tradicionalmente interpretada em sentido literal, tendo-se a idéia de que “a mulher, por ser criada depois, não desfruta da mesma natureza que o homem” (PEREIRA, 2001, p.77). E, também, por ter sido criada com a finalidade de auxiliá-lo, esta lhe seria inferior, estando freqüentemente associada a uma posição de subordinação.

Já na tradição sacerdotal, encontrada no capítulo 1, verso 27, do livro de Gênesis, a narrativa destaca a criação da humanidade: “E criou Deus o homem à sua imagem: a imagem

de Deus o criou, macho e fêmea os criou”. No entender de Pereira, a palavra “homem” é aqui empregada como gênero humano e, “macho e fêmea” para manifestar a diferença de sexo, “que não redunde na subordinação de um para com o outro” (PEREIRA, 2001, p.81).

Temos pois, dentro de um mesmo sistema de interpretação de sentido a permanência de tradições opostas, que contam, cada qual a seu modo, a origem das identidades de gênero. Isso seria possível, já que as contradições espelham o vacilar da linguagem (SILVA, 2000). As variações existentes em um único discurso dizem respeito à instabilidade do próprio sistema de sinais empregados pelo ser humano para exprimir as suas idéias e pensamentos. Logo, a linguagem é, em si, instável (SILVA, 2000). Isso significa dizer que a palavra “auxiliadora”, dentro do exemplo dado anteriormente – da construção da identidade feminina a partir da narrativa bíblica – é instável e, por isso, sujeita a inúmeras significações. A referida instabilidade proporciona o desdobramento e a interconexão desses termos com outros.

É o caso dos termos empregados pelas participantes de nossa pesquisa, utilizados para designar os papéis da mulher em relação ao marido – auxiliadora, submissa, virtuosa, sábia e apaziguadora. Dentro de uma perspectiva não-essencialista, esses termos não traduzem uma forma de ser pura, simples e isolada. Isso porque, de acordo com Domènech, Tirado & Gómez (2001) não se trata de conhecer o significado de uma palavra, de uma frase, de um relato ou de uma narração. Antes, porém, diz respeito a discussões sobre com quem se conecta, em que multiplicidade se implica e com que outras multiplicidades se juntam. Veremos, a seguir, os vários desdobramentos das relações de gênero dentro da Família, Trabalho e Igreja, a partir da perspectiva das participantes da pesquisa.

De acordo com uma de nossas entrevistadas, A.C.S, a mulher foi criada para um fim específico: auxiliar e completar o homem. Inclusive, continua, a própria constituição física é diferente. É por isto que, muitas vezes, quando as mulheres não têm esse objetivo claro, passam a querer competir com o homem. Ou, então, pode acontecer também de os homens,

por se considerarem superiores, virem a querer “pisar na mulher porque são os homens da casa”. Mesmo tendo por objetivo auxiliar, isto não impede que venha a precisar de auxílio – até mesmo do homem, marido. O que acontece, na prática, é que fatalmente o homem acaba assumindo, uma hora ou outra, essa posição junto a sua esposa.

Rapaz eu acho que a gente foi criada realmente pra complementar. Quando Deus olhou tudinho assim em volta e disse: “Não é bom que o homem esteja só”; eu acho que isso não foi dito à toa, não é? De fato nós faltávamos naquilo ali tudinho. Ele, Ele... Deus na soberania dEle já até sabia disso né. Não foi preciso Adão perguntar. Ele mesmo já sabia, e já era propósito dEle que a gente fosse criado. Então a gente foi criado com um objetivo bem específico, que era de auxiliar, de ser companheira realmente né. E assim, muitas mulheres ainda resistem a isso porque acaba remontando aquilo que já foi visto há séculos atrás quando a submissão era vista como subserviência. Mas não é subserviência! A submissão em amor ela, ela... É uma fonte de bênção pra mulher, agora quando os dois têm isso muito claro né. [...] A gente tá aqui pra auxiliar, pra ser companheira realmente. O que não impede a gente de muitas vezes ter que receber auxílio, ter que receber companheirismo, porque no dia a dia a gente não tá livre das pressões daqui de fora. Então, fatalmente, ele também vai acabar assumindo essa posição uma hora, não é? Mas eu tenho que ter claro “É isso que eu sou”, não é? Porque se eu não tiver, aí complica, porque aí eu vou começar a paranóia que se vê aqui fora né. De querer me igualar, de querer competir, de querer ser o que eu não sou. Daí o final disso tudo é muita frustração, né. Porque de fato a gente nunca vai ser aquilo que a gente não foi criada para ser, então o máximo que a gente vai conseguir ser é uma mulher frustrada. Uma pessoa que sempre vai tá com a sensação de que não chegou onde devia ter chegado, e que tá faltando alguma coisa: “Não tá faltando nada, tá faltando você ficar no seu lugar. É mulher, você foi criada para isso”. Você não foi criada para ser um homem, né.

Nem emocional, nem fisicamente, nem nada. Você é uma mulher. A própria constituição física nossa é diferente, né, se era pra gente ser um homem a gente não era diferente né, a gente não tinha seio, não tinha tudo mais delicado. Então é... É nesse sentido quando eu penso que a gente foi criada com um fim específico (A.C.S; 28 anos; casada; sem filhos; pedagoga; presbiteriana).

Uma outra participante, R.C.C, também afirma que, dentro do lar, a mulher deve estar pronta para apoiar marido e filhos, participando ativamente das decisões familiares. Eis seu papel dentro da família: edificar o lar. Em relação ao cônjuge, a mulher é a “ajudadora”, vindo a completar o mesmo. Esta é, também, considerada como suporte para os filhos. É ela quem irá mediar e apaziguar o relacionamento entre pais e filhos, tantas vezes em atrito. Por isso, a participante acredita que uma família sente mais a perda de uma mãe que a de um pai, pois, vindo a mulher a falecer, a família se desestrutura mais.

Eu acho que o papel dela é de... Ajudadora, não é. Tem um versículo na bíblia, que eu gosto muito, que diz: “a mulher sábia edifica a sua casa, ou com suas próprias mãos a derruba”. Então, a mulher que é sábia, ela, vai ter um papel fundamental dentro da casa. Né? Porque, nem ela vai se omitir – deixar que o homem decida sobre tudo sozinho –, mas ela vai opinar, ela vai atrás, ela vai complementar o marido, né. E, eu acho... Uma vez que eles tenham filhos, ela vai ser essa pessoa que vai dar todo suporte, né... Tanto que a gente vê, na maioria dos casos, quando o pai falece a família não se desestrutura tanto. Quando é o caso da mãe, né, a coisa, geralmente, é bem mais complicada, porque a mulher realmente tem esse papel de ser auxiliadora, de ser ajudadora, de ser conciliadora. Às vezes, quando um pai e um filho entram em atrito, né, o papel da mulher muitas vezes é estar ali fazendo aquele... Sendo intermédio, não é? Então, eu vejo como, como... Uma pessoa que tá pronta

pra apoiar os filhos, o marido, mas que opina, que ajuda nas decisões, que participa das decisões. Apesar de eu ser de acordo em que a decisão final deva ser sempre do marido; apesar de meu marido, muitas vezes, dizer: “decida você”. Mas, o fato de eu ir a ele, e ele me dar essa opção de eu decidir, mas eu quero saber a opinião dele, até antes de tomar uma decisão que tenha a ver com a minha vida. Mas, em geral, eu prefiro que ele decida as coisas que sejam de casa, se for de compra de carro, dessas... Da parte financeira mesmo da casa. Eu acho que essa responsabilidade eu prefiro que fique pro homem do que pra mulher. Porque... É uma coisa que o homem precisa ter essa responsabilidade, de correr atrás, de dar o sustento da família. (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

Em relação à liderança masculina, uma outra participante, K.G.B, acredita que esta encerra-se no espaço privado do lar, onde ao homem cabe o direcionamento das decisões a serem tomadas. K.G.B. fala sobre as brincadeiras que sua mãe faz em relação a esse assunto; e diz que se o homem é a cabeça do lar, a mulher é o pescoço – até pelo fato dela passar mais tempo em casa. Explica, ainda, que a maneira como entende este termo está em relação apenas à necessidade de se ter alguém para direcionar e dar a última palavra. Ao mesmo tempo, assegura ser fácil para uma mulher ser direcionada por um homem que a ama como Cristo ama a Igreja – já que este é seu dever, enquanto cabeça do lar. Contudo, para a participante ser “o cabeça do lar” não significa dizer que o homem irá decidir tudo sozinho; mas, concorda que na família – até mesmo pela natureza do homem – é importante tê-lo como a razão, porque a mulher tem tanta emoção que poderá superproteger um filho.

Cabeça do lar? É... Minha mãe brinca dizendo que o homem é a cabeça do lar, e a mulher é o pescoço. É... Eu entendo que na bíblia tá escrito que o homem é a cabeça do lar, porque todo lugar precisa de um... De uma pessoa pra direcionar. É... Não que ele vai... É... Governar a casa sozinho. Até porque a mulher toma muitas decisões porque é ela que tá

dentro da casa mais tempo. Ou, às vezes, não tá mais tempo, mas ela toma as responsabilidades pra ela. Mas, eu vejo o homem como a cabeça do lar, como uma pessoa pra direcionar. Uma pessoa pra ter a última palavra. Mas como tá escrito na biblia, que o homem tem que amar a mulher como Cristo amou a igreja. Então, se o homem ama a mulher dessa forma vai ser fácil... Ser direcionada por um homem assim, que só vai querer seu bem. Não que ele vai direcionar sozinho, porque hoje em dia não existe mais... Um homem direcionando a casa, apenas sozinho. Um lar, no caso de uma família. No lar eu entendo a família. Mas, ele... Ele é quem tem... É... Até pelo fato de que o homem precisa se sentir... Pela natureza do homem... Um pouco... Pela razão do homem, às vezes, até... Na família eu acho que é importante, o homem, com a razão. E a mulher tem tanta emoção, ela pode superproteger algum filho, pode não deixar, quando... Envolve a razão aí, nesse ponto, é... O homem tomando algumas diretrizes... Direcionamentos no lar, no que vai fazer, no que deve ser feito, às vezes anda melhor a família (K.G.B; 26 anos; sup. incompleto (administração); solteira; sem filhos; batista).

Similarmente, A.C.S, acredita no que sempre ouviu sua mãe dizer: “Que o homem é a cabeça do lar, mas que a mulher é o pescoço”. Conforme pensa, isso não necessariamente corresponderia a um poder oculto, mas sim, ao fato das mulheres terem muita influência nas decisões tomadas pelos homens. Então, a mulher seria “o tempero” da relação, vindo a complementar com sua emoção, a razão excessiva do homem. Eis onde ambos se complementam. O resultado a seu ver seria uma “mistura fina” entre razão e emoção. Por isso é que para a participante o que existe de fato é uma relação de troca. O homem se sacrifica trabalhando num ambiente hostil, com o intuito de proporcionar mantimentos para sua casa, e a mulher se sacrifica na medida em que proporciona, dentro do lar, um ambiente mais ameno. Não obstante, há mulheres, que não aceitam este papel de apaziguadora e delegam para outras

pessoas seu cumprimento. Esta delegação faz com que percam a oportunidade de “experimentar as alegrias e agruras de um lar para chamar de seu”.

A mulher dentro da família, rapaz, ela é a...Ela é a figura que vai assim... Eu particularmente acredito muito no que minha mãe fala: O homem é o cabeça do lar, mas a mulher é o pescoço”. Então, assim, não é que a gente seja o poder oculto, mas é que a gente tem muita influência nas decisões que são tomadas né. O homem, pelo próprio contexto dele, ele é muito razão, muito razão. Então a gente é o tempero que vai entrar aí pra amenizar essa frieza toda, vamos dizer assim, da razão, né. Então o papel da gente é muito importante. Tanto é que as mulheres que, eu observo, que relegam esse papel pra outras pessoas, que delegam a casa dela e os filhos... Às vezes até o marido, porque ela simplesmente não toma conhecimento da casa, né. É a empregada que lava, que passa, que arruma a roupa do cara pra trabalhar no outro dia, que prepara o lanche dos meninos. Então, a mulher que ela abre mão disso, ela simplesmente... Perde a oportunidade de experimentar as alegrias e as agruras também de você ter um lar pra você chamar de seu. Você vê aquelas pessoas que estão sendo formadas ali terem coisas suas, semelhantes a você, não é? Então o papel da mulher é esse, é de harmonizar mesmo a coisa, não é? É de minimizar um pouco o estresse que existe aí fora, não é? Como eu já disse. Eu, particularmente, acho que a pressão sobre a mulher vai continuar sendo maior. Sempre, por muito tempo. Então o papel da gente é esse, é de suavizar um pouco isso, né? Não que a gente vai retribuir como se ele fizesse um favor, não. Mas, é uma relação de troca realmente né. Ele ama sacrificando, e eu amo na medida em que eu proporciono, dentro de casa, que ele tenha um ambiente mais ameno do que esse aí de fora. (A.C.S; 28 anos; casada; sem filhos; pedagoga; presbiteriana).

De igual forma, no entender de R.C.C, é fácil para a mulher submeter-se à liderança do marido, uma vez ter este o papel instituído por Deus de amá-la “como Cristo amou a Igreja”. Submeter-se às decisões é, a seu ver, cumprir com o seu papel de mulher, que igualmente foi instituído por Deus. Nesta relação de gênero (marido / mulher), R.C.C. acredita que o papel do homem seja mais difícil.

Porque, eu creio, né? No que diz na palavra de Deus de que... Né? Por eu ser evangélica, e por eu ter sido criada assim. Então, eu sempre aprendi que... E, isso a bíblia fala, né? Que o homem é o cabeça, né? Então, eu sempre vejo dessa forma. O homem, realmente, tem que ser aquela pessoa que vai tomar decisões finais. Mas, o homem, também tem uma grande responsabilidade que a bíblia diz que é de amar a esposa, assim como Cristo amou a igreja. Então, eu diria que o papel dele, como marido, às vezes é mais... É bem mais difícil do que o da esposa, não é? Que é de ser submissa, que é de ser companheira. Então, o papel do marido é de... Prover esse sustento, de tomar essas decisões finais, então, eu creio nisso! Apesar de que isso não é, olhando pelo lado é... De machismo, nada disso. Porque é como eu tava dizendo. O papel do homem, que Deus instituiu, foi ser o cabeça do lar, e amar a esposa como Cristo amou a igreja. Então, amar a esposa como Cristo amou a igreja é mais difícil do que ser submissa a ele, porque é uma responsabilidade grande, não é? Então, quando... Também fica fácil a gente ser submissa, e aceitar alguma decisão do marido, quando ele ama muito a gente. Então, fica fácil... Quando não é o caso, aí eu acho complicado! (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

No discurso ideológico religioso: “Mulheres sede submissas aos vossos maridos” (1ª Epístola de Paulo aos Coríntios), a submissão está endereçada à mulher em relação a seu marido. Esta posição-de-sujeito conecta-se com a interpelação bíblica do “amor-renúncia” endereçado ao homem, e ao seu chamado de “amar a esposa assim como Cristo amou a

Igreja”. Essa relação é vista como uma relação de gênero específica (conjugal), entendida como uma “relação de troca”, na medida em que homem e mulher possuem naturezas diferentes (homem/razão x mulher/emoção). Independente do espaço em que ocorre, quer seja na Família ou na Igreja, a mulher, na medida em que auxilia seu marido, o complementa. Nessa relação de complementaridade, por ter sido a mulher criada para o homem, este é compreendido enquanto líder do casal – daí nomeá-lo “cabeça do lar” – devendo a mulher submeter-se à sua liderança.

Apesar de se tratar de uma temática acreditada e compartilhada pelas diferentes denominações e participantes da pesquisa, encontramos variações no que venha significar a submissão da mulher a seu marido.

Na fala de S.O.G, por sua vez, a submissão da mulher ao marido é vista como uma forma de apresentar a figura do pai, do homem, à família. E isto porque conforme pensa, hoje em dia, a mulher “é o papel do homem e já ocupa o papel do homem dentro de casa”. Por esse motivo, acredita que, na Igreja, a mulher é vista ao lado do homem, auxiliando-o. Trata-se de uma mulher que está à frente e ao mesmo tempo na retaguarda.

Tem uma parte também na bíblia que fala que as mulheres devem ser submissas ao marido, e logo depois é: “E homens amem as suas mulheres”, “Mulheres sejam submissas aos seus maridos”. E existem várias formas de interpretar isso. Então, é... Mulher ser submissa em que sentido, não é? Hoje em dia né? Que eu falo: “Ah, mulher é o papel do homem... Já ocupa o papel do homem dentro da casa sabe”. Mas... Eu, eu consigo entender um pouco o que é essa submissão. É, é até mostrar pra família a figura do pai, do homem. Eu não sei se eu tô até chocando com tudo o que eu disse antes! Mas, é... Eu acho que a mulher na igreja, ela é uma mulher que... Que tá ao lado... Do homem, e que ela é a auxiliadora. (S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Uma outra entrevistada. R.S.O, ao longo do seu relato, relaciona “o poder de fazer da mulher” com sua capacidade peculiar e diferente de enxergar as situações, tendo iniciativa para a tomada de decisão. O mesmo, segundo aponta, não acontece com o homem, que precisa da mulher para fazê-lo pensar. Assim, para R.S.O, “o controle das coisas está nas mãos da mulher”. E, exatamente por ser esta um ser que pensa e raciocina mais que o homem, seu papel é o de “fazê-lo pensar mais”, mesmo que para isto tenha que se submeter a ele.

Nesse momento, a participante utiliza um texto Bíblico que fala sobre a submissão da mulher em relação ao seu marido. Conforme crê, Deus tanto sabia dessa superioridade feminina que precisou tratar em sua palavra a temática da submissão da esposa ao marido, pois, caso contrário, esta iria dominar o homem. Dessa forma, frente a situações que demandam uma decisão, mesmo sabendo qual deve ser sua posição e postura, é necessário que a mulher procure instigar o homem para despertar nele o interesse.

Eu acho que a mulher sempre tem potência a mais do que o homem – em todos os sentidos. Em questão sexual, em questão de vida, de estilo de vida, de dominar as coisas, sabe?! De ter o domínio das coisas. Por exemplo, eu sempre olho aquele texto, assim, da Bíblia que fala... Que a gente tem que ser submissa ao homem; mas, eu acho que Deus sabia tanto que, que... Se ele não escrevesse isso aí, a gente ia dominar a situação. Que ele escreveu isso aí como, como... Vou escrever isso aí senão a mulher vai dominar tudo, porque ela é que tem a... O poder de fazer (R.S.O; 32 anos; musicista; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Desse modo, vale salientar que a mulher evangélica não recebe apenas o endereçamento dessa posição-de-sujeito (submissa), como também recebe o endereçamento de outras posições de sujeitos advindas do mesmo discurso (religioso) e endereçamentos de

outros discursos sociais, o que irá influenciar na sua interpretação dessas posições, culminando no redirecionamento do que foi recebido.

Como vimos, as posições-de-sujeito são acompanhadas por uma valoração. Os discursos religiosos que convocam a mulher a submeter-se a uma liderança masculina – quando associada à relação conjugal – empregam um valor à posição-de-sujeito submissa da mulher, enquanto que outros discursos sociais (o feminismo, por exemplo) atribuem um valor “outro” (seu “outro”, sua diferença!) a esta mesma posição. Na verdade, são “outros” – no plural –, pois são múltiplos os discursos e múltiplas as possibilidades de leitura sobre uma única posição.

É neste sentido que Tomaz Tadeu da Silva (2001), desenvolve a idéia de quão distantes e antagônicas podem ser as valorações dadas a uma mesma posição-de-sujeito. Inclusive, dentro do próprio discurso religioso Cristão Protestante não há uma concordância sobre o que venha a ser, de fato, ou o que poderia melhor definir essa desejada “submissão”. Porém, para as mulheres da nossa pesquisa, de uma forma geral, submeter-se à “liderança” do marido, creditando a ele o poder na tomada das decisões, é tido como algo de valor superior por julgarem que estão fazendo a vontade de Deus.

Fora da fé Cristã, contudo, e partindo de uma leitura outra, essa “vontade de Deus” passa a não ter mais o mesmo valor. Esse entendimento seria desconstruído a partir de uma postura crítica, e despossuído de seu caráter sagrado. A realidade da “submissão” da mulher a seu marido passaria a ser entendida como mera produção, invenção – ou o que Tomaz Tadeu da Silva (2001) chama de “ficção” – realidades ativamente produzidas. Aqui, estas posições-de-sujeito passam a ter um outro sentido. Desprovido de seu caráter transcendental, o valor atribuído a estas é deslocado do campo da transcendência para o da experiência humana, como sendo da ordem do imanente e não de um ente supremo.

Lembremos que a valoração está embutida dentro da posição-de-sujeito a ser endereçada; logo, a mulher não é convocada simplesmente a ocupar uma posição, mas a investir na valoração que lhe é passada – a dar-lhe continuidade. Trata-se de um movimento em conjunto, de uma teia de significações bordada por ambos. De acordo com Stuart Hall (2000b), o que de fato ocorre é uma suturação, um costurar retalhos contínuos que marcam na pele novas roupagens. O caimento dessa roupagem será proporcional a quanto se investe nela. Logo, a suturação tem que ser pensada como um processo de articulação entre indivíduo e discurso(s), e não como processo unilateral.

Assim, a interpretação (criação) dos papéis e relações sociais desenvolvidos por essas mulheres precisa ser compreendida dentro de seu espectro de significações. Fora da instituição eclesíastica, da comunidade ou corpo de fiéis, essa mesma interpretação perderia seu sentido, passando a ter um outro. Afirmar a necessidade de se compreender a identidade e a diferença partindo de seus sistemas de classificação não significa, contudo, dizer que estes permanecem imutáveis. Um sentido, qualquer que seja, varia ao longo do tempo. Não se trata de algo dado de uma vez por todas. Não existem posições fixas ou rígidas. Ao investirem nas posições recebidas, essas mulheres estarão produzindo-as, já que interpretar é uma atividade poética (criativa) (SILVA, 2001).

Nas entrevistas, ao se falar em submissão da mulher ao homem, esta é apontada como sendo uma relação específica, desempenhada apenas no espaço privado. Dependendo do tipo de relação de gênero em questão, a Igreja é apontada como espaço privado ou público. Quando se trata de um relacionamento com o marido, a Igreja é percebida como uma extensão da casa, logo se tem a permanência e continuação de relações privadas. Quando porém a mulher se relaciona com outros homens, afora marido, esse mesmo espaço é tido como público. E assim, também o é dentro de outros contextos sociais – principalmente no referente

ao mercado de trabalho. Ao se relacionar com outros homens, a posição de submissão é logo descartada.

O sentimento de R.C.C. é o de que, na Igreja, o que acontece é um “mix”; uma mistura de como a mulher é em casa, com o marido, e no ambiente de trabalho com outros homens. R.C.C. nos conta que, ao assumir uma equipe de trabalho na Igreja, sem a presença de seu esposo, utiliza a experiência profissional para liderar e organizar eventos. Cita como exemplo um dos ministérios que lidera na Igreja que frequenta atualmente, o de Capelania Hospitalar – grupos de visitação a enfermos em hospitais. E, por ser a coordenadora, necessariamente tem alguns homens subordinados as suas decisões e coordenadas.

Não obstante, a partir do momento em que faz parte de um grupo em que seu marido também participe, passa a ser mais cautelosa nas suas posições. A seu ver, são nesses momentos que seu papel de esposa se mistura com o de líder. Apesar de saber que, para algumas pessoas, seu desempenho é melhor que o de seu marido, prefere nomeá-lo como o “coordenador geral”, passando para ele a responsabilidade pela tomada de decisões.

É... Na igreja, eu a vejo (a mulher), também, com esse papel de apoiar o marido. Talvez eu... Eu nunca pensei nisso não, mas eu vou pensar agora. Talvez seja um mix de... (Risos) Do que é em casa, com o que ela é na empresa. Quando eu assumo algum, assim... Vou trabalhar em algum ministério da igreja; por exemplo, organizar uma conferência na área de capelania hospitalar – é um dos ministérios que eu trabalho. Capelania hospitalar é visitação a doentes – então, normalmente, eu uso a minha experiência de administrar e eles me delegam essa parte, aí eu organizo alguns eventos. Neste ministério, meu marido não trabalha diretamente comigo, mas trabalham outros homens. Então, se eu assumo o papel de ser a coordenadora geral do evento, obviamente, eu vou ter alguns homens abaixo de mim. E eu vou ter esse papel... As decisões finais têm que ser minha, e eu não vou abrir mão disso,

uma vez que eu assumi a coordenação. E se der certo é porque eu conduzi a coisa certa, e ser der errado é por que eu não conduzi certo, e eu vou ter que ter a humildade de reconhecer né? O que deu certo, e o que não deu certo. Eu sou a primeira, depois de um evento, a chamar a equipe pra avaliar o que foi bom e o que não foi bom, pra que a gente melhore nos próximos. Quando eu trabalho com o meu marido, aí eu tenho que ter mais cuidado. Por quê? Porque muitas vezes a gente trabalha junto e, aí, eu coordeno com ele. Então, aí, quando acontece isso... Que aí eu misturo meu papel de esposa, com o de uma líder lá naquele mesmo ministério. Tá entendendo? (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

Assim como crê que a mulher complementa o marido em casa, assim o é na Igreja. Um acaba complementando o outro no que sabe fazer de melhor, e é isso que faz com que seu casamento dê certo. Então, na comunidade religiosa, a distribuição dos cargos, a seu ver, vai depender tanto da habilidade pessoal, quanto do tipo de relacionamento existente entre um homem e uma mulher.

Por fim, assinala que apesar de existirem mulheres que assumem cargos de liderança dentro de sua Igreja, ainda não há abertura e a liberdade para estas se tornarem pastoras. Mesmo aquelas respeitadas por seu trabalho, e consideradas verdadeiras líderes, não podem assumir o papel de estar à frente e ser responsável por toda comunidade. Quanto a isso, R.C.C. afirma não ter uma opinião formada, e não sabe dizer se se trata de algo que Deus aprova ou não. Mas, por se identificar com as pessoas que congregam nesse local, e por ter a liberdade de assumir cargos de liderança, permanece freqüentando esta mesma Igreja.

Olhe, na igreja, eu acho que ainda tem essa mistura. Por exemplo, na igreja que eu faço parte não tem pastoras, só tem pastores, certo? É... Mas, eu percebo que algumas

esposas de pastores – que a gente até brinca, e chama de pastora – ela tem um papel fundamental, e elas assumem cargos de liderança dentro da igreja e são verdadeiras líderes. Agora, não assumem o papel de estar ali à frente responsável pela comunidade toda. Mas elas assumem alguns ministérios, assim como eu, independente de ser esposa de pastor. Elas assumem, né? Mas, eu acho que na igreja, aí, pelo menos, na minha igreja, digamos que se for olhar por esse âmbito ainda não existe essa liberdade. Como em algumas igrejas já existe de ter pastoras; na minha igreja não existe essa, essa abertura. Uma, uma... Uma mulher que quiser ser pastora ela pode estudar pra ser e vai ser. Não, isso não existe, não é? E, aí, eu não tenho opinião formada sobre isso... Se isso... Que é o que Deus aprova, se não aprova. Como eu me identifico com essa igreja eu estou lá. Como existe o espaço de mulheres assumirem cargos de liderança, como, também, em outras igrejas não existem, de assumir mesmo eventos grandes, ministérios grandes, e elas poderem estar à frente... Onde, às vezes, alguns desses pastores até são submissos a elas naquele ministério, ou lado a lado com elas naquele ministério. Então, pra mim tá ótimo! Talvez, se não existisse esse espaço pra mulher eu ia achar ruim uma vez que eu gosto de liderar, e que eu gosto de liderar também na igreja. Então, se não existisse isso eu ia... Estranhar. Talvez... Como existe essa liberdade, tanto que eu assumo coisas que às vezes meu marido não está envolvido, e eu assumo e tenho todo respeito dos líderes quanto ele – independente de ser esposa dele – então, aí eu não acho ruim não. (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

Uma outra participante, K.G.B, considera que o progresso na Igreja não tem acompanhado o de outros espaços por ainda ser majoritariamente dirigida por homens. Acredita que os líderes confundem o que diz na Bíblia sobre o homem ser “o cabeça do lar”, acabando por reproduzir isso também na Igreja. Dessa forma, há uma menor participação

feminina em cargos de liderança, sendo possível ver mulheres desempenhando apenas atividades consideradas femininas, como as de educadora religiosa e musicista.

É... A mulher na igreja... Eu ainda vejo mais... É... Um pouquinho diferente do... Não tem progredido tanto como no mundo afora. Ainda há... Na igreja é... Direcionada mais por homens, é... Até pelo fato de na Bíblia tá dizendo que o homem é a cabeça do lar, essas coisas. Então, acabam, eu acho, confundindo um pouco, a cabeça do lar, com a direção de outro lugar. Então acaba tendo um pouquinho menos liderança nas igrejas, liderança feminina. Mas ainda têm muitas mulheres que são professoras, muitas mulheres que estão à frente de uma igreja como educadora religiosa, musicistas que estão à frente (K.G.B; 26 anos; sup. incompleto (administração); solteira; sem filhos; batista).

Na opinião de S.O.G, porém, a mulher não necessariamente precisa estar na liderança dentro da Igreja, porque “até os homens de liderança tem uma mulher que os ajuda”. Dessa maneira, o lugar que a mulher ocupa na Igreja é semelhante ao que ocupa nos demais espaços. Assim, muitas vezes a abertura para a mulher atuar em algum cargo, principalmente os de poder, irá depender da Igreja a qual pertence. Segundo a participante, em muitas Igrejas, a mulher não pode ocupar os mesmos cargos do homem. Não obstante, uma vez que existe exemplos de mulheres líderes na literatura bíblica, como a apresentada no livro de Provérbios, acredita ser necessário que as mulheres procurem se inteirar sobre o que a bíblia fala a respeito dessas questões.

Eu acho que o papel dela na igreja é tanto quanto é... Nos outros espaços né? Na, a... Igreja hoje em dia ela traz uma pequena polêmica né? Até porque tem igreja que: “Ah, mulher não pode ter os mesmos papéis que os homens”, não é. Tem igrejas... Totalmente não

deixa uma mulher ser pastora. A minha igreja, por exemplo, ter cargos mais assim que a mulher... E eu acho que a mulher é... Ela indo ao fundo do, da doutrina da igreja que é a bíblia, ela encontra muitas respostas. Tipo, essa mulher que tá à frente, como a mulher lá de provérbios, que é antigo testamento ainda, mas que tá à frente, mas, mas que tem essa sensibilidade né. [...]... Eu, eu acho que a mulher na igreja é tudo isso que eu falei antes. Ela é uma mulher que... Que tá à frente, até um pouquinho na retaguarda. Atrás dos grandes homens sempre tem as grandes mulheres. Então não necessariamente ela tem que tá lá na liderança. Há pastoras! Há... Eu acho que isso é uma questão cultural, não tem nada de mais. Mas, até os homens de liderança eles têm uma mulher que tá ajudando eles ali, e que não estão aparecendo necessariamente (S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Apesar das conquistas femininas terem possibilitado a abertura para outros espaços, o mesmo ainda não aconteceu na Igreja, diz N.G.W. A tradição e o preconceito são, a seu ver, os motivos pelos quais a mulher ainda não conseguiu ocupar cargos de liderança na religião, principalmente os de Pastor. A participante diz não conhecer pessoalmente nenhuma mulher pastora, e acrescenta que na sua comunidade religiosa este e outros cargos (presbítero, diácono) são vetados à mulher. Dessa maneira, há pouca oportunidade para a mulher dentro da Igreja, não restando espaço para sua participação.

Considera esse posicionamento da Igreja errado, e acredita que a mulher é tão capaz quanto o homem para exercer tais funções. Com a formação necessária, matriculando-se num curso de Teologia, a mulher poderia estudar para ser pastora; mas, acabam não fazendo, pois, no fim não teriam a chance de exercer a função. Essa questão, todavia, poderá ser resolvida dependendo do Pastor que está à frente da Igreja. Ou seja, não diz respeito apenas à religião, mas à comunidade religiosa e quem as lidera.

Olha, é assim, eu não... Eu sou da Presbiteriana. E assim, eu realmente nunca... Não pode. Pelo menos que eu saiba, não pode ter pastora. Então eu acho ainda assim... Eu não sei ainda te dizer se isso... Não vou saber te informar se realmente está na Bíblia, ou se é uma certa discriminação ainda da Igreja, tá entendendo?! Porque, assim... Por que não pastora? Então às vezes a pastora tem condições de conduzir uma igreja melhor que um pastor. Então, às vezes, assim, tem cabeça melhor pra fazer esse tipo de coisa de... De lembrar das coisas. Então, é como eu tô dizendo. Tem algumas igrejas que tem. Eu não tô lembrando qual, mas tem igreja que tem pastora realmente. Que tem pastora. Mas, na minha igreja mesmo, na minha religião, ainda não é permitido pastor, presbítero... De mulher. Só... Tem aquele conselho... Mas, só homem. Então falta pouco espaço pra mulher. Em relação ao profissional, eu acho que ela tá, tá bem. Agora, em relação à religião... Eu acho que na política, a mulher conquistou um espaço... Bom, ótimo! Mas, enfim, em relação à religião, não. Ainda falta muito (N.G.W; 24 anos; superior incompleto; solteira; sem filhos; presbiteriana).

De acordo com Michelle Perrot (1998), as religiões monoteístas assumiram – em seus dogmas e sistemas de valores – a desigualdade dos sexos. Nestas, o masculino era visto como sendo o pólo positivo – superior – recebendo a marca da identidade. A auto-evidência da superioridade masculina, e sua inquestionabilidade, angariava forças para pensar Deus como sendo do gênero masculino. E, em consequência da forte tradição patriarcal, nas Igrejas a palavra era vetada às mulheres.

Baseando-se nas recomendações de Paulo ao grupo de cristãos que se reunia na cidade de Corinto: “Calem-se as mulheres na assembléia”, a Igreja reservava estreitamente a autoridade da pregação aos clérigos, cabendo as mulheres apenas ouvir-lhes. Ser porta-voz da

“palavra de Deus” empregava àqueles que a manuseava o poder de atribuir sentido, e as mulheres estavam excluídas desse poder.

Michelle Perrot esclarece que, sob este aspecto o protestantismo, enquanto denominação cristã, representou “uma ruptura, tanto no plano da leitura e da instrução, quanto no plano pastoral e da palavra” (PERROT, 1998, p.138), já sendo possível encontrar mulheres pastoras nas Igrejas calvinistas e luteranas. A partir da Reforma, as mulheres passam a confessar sua fé e, em muitas cidades da Europa, a subir nos púlpitos (PERROT, 2005).

Contudo, as mulheres da presente pesquisa apontam para restrições existentes em relação à atuação feminina dentro das instituições religiosas, principalmente no que se refere à ocupação de cargos hierárquicos. Apesar da abertura para atuação da mulher, e mesmo que esta venha a ocupar cargos de liderança, estas ainda são nomeadamente “femininos” ou “masculinos”, e encontram-se em uma relação assimétrica de poder. O que, em certa medida, demonstra resistências da entrada das mulheres no espaço público (da igreja), e a permanência da sua imagem “privada”.

Devido à compreensão do homem enquanto “cabeça do lar” e autoridade sobre sua esposa, à mulher – de uma forma geral – foi vetado o cargo de autoridade máxima da igreja. A autoridade masculina, justificada pelo saber tradicional, reitera a subordinação feminina, fazendo com que os discursos sobre as mulheres constitua-se em um discurso masculino sobre as mulheres e para as mulheres (NUNES, 1996). Assim, a mulher evangélica é percebida por uma de nossas participantes como sendo diferente das demais mulheres, por ser recatada e demonstrar menos o que pensa.

Hum... A mulher evangélica ela... Ela... Difere um pouquinho, mas como eu já havia falado. Ela é mais conservadora, ela é mais recatada, ela é uma mulher... Ela... Não sei se ela não tem... É... Possibilidade, ou, não sei se por medo... Mas assim, ela exprime menos... O

que pensa. Eu acho. Ela se... Ela se recolhe muito... Ela... Não sei... Eu não sei porque acontece isso. Ela se poupa, eu acho, de falar alguma coisa... Eu acho que é até pela estrutura... É... De... Não sei se por medo... Mas eu a acho uma figura bem mais recatada, bem mais fechada... Que não coloca o que tá pensando, que não... Que não coloca pra fora o que tá pensando. Motivo, assim eu não sei né? (S.L.B; 22 anos; solteira; sem filhos; fonoaudióloga; batista).

Apesar dessa suposta “autoridade” masculina encontrada nos espaços privados da família e da igreja, uma de nossas participantes, R.C.C, argumenta que, no mercado de trabalho, o homem perde esta condição de liderança. Nesse espaço, o que está em voga é muito mais a capacidade de cada um, independentemente de ser homem ou mulher. E, em decorrência disso, percebe que, atualmente, as mulheres estão conquistando cada vez mais cargos de chefia. A presença feminina em posições de liderança tem aumentado consideravelmente, sendo possível encontrar grandes empresas presididas por mulheres. O que é o caso da empresa onde trabalha. R.C.C. diz que dos seis cargos de liderança da sua empresa, os seis são ocupados por mulheres. Não obstante, observa que, mesmo assim, ainda existe muito preconceito em relação a mulheres chefiando homens.

Em contrapartida, acredita que a mulher possui características e talentos naturais que a fazem se destacar no mercado de trabalho. Isso porque, da forma como compreende, os homens às vezes são mais imediatistas e nervosos, irritando-se rapidamente; ao mesmo tempo em que nem sempre são claros no falar, utilizando-se de artifícios para conseguir o que querem. Em contrapartida, R.C.C. percebe as mulheres mais sinceras e honestas. E, por serem também claras e objetivas, conseguem mais resultados para sua equipe. Principalmente na Administração moderna, que exige um trabalho transparente.

Dentro do trabalho, o que está acontecendo, hoje, é um crescimento cada vez maior né? Das mulheres em cargos de chefia, em cargos de liderança. Eu, o que eu tenho visto... Eu presto consultoria pra algumas empresas também... Cada vez mais eu vejo isso. Não só aqui nesta empresa que eu trabalho. Aqui, basta lhe dizer, que nós temos seis líderes – fora diretoria – cargos de gerência, e eu sou uma delas. As seis são mulheres! Não é... Então assim, é um... Ou seja,... Aqui tem dois diretores. Uma é mulher, e o outro é homem – são casados. Mas, eu vejo assim, cada vez mais crescente [...] E, na administração moderna é o que se... Que todo mundo trabalhe com muita clareza, com muita sinceridade, dizendo o que é e o que não é, dizendo quando você errou, e o que você errou. O homem, geralmente, tem mais dificuldade de chamar o funcionário e dizer: “olha, fulano, isso não é por aqui. É por esse caminho. Você não tá indo bem por aqui”. O homem, aí ele... Não tem aquela paciência de ir lá e corrigir. E, né... Então, assim... Eu vejo isso como uma característica mais forte da mulher. Eu acho que, essas características dela é que têm feito com que ela cresça mais, assim, no mercado de trabalho e assuma, principalmente, cargos de liderança. Porque a gente tem visto... Cada vez mais a gente vê empresas enormes sendo presididas por mulheres, assim, no topo né? Tendo a maior líder, e chefiando homens. É uma coisa, também, que ainda existe muito preconceito com relação a isso... Que é mulher chefiar homem (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

Nesse sentido, a seu ver, são as características, talentos e qualidades femininos que têm impulsionado a mulher para um crescimento profissional. À medida que a mulher começou a trabalhar fora de casa, essas características e talentos foram sendo aperfeiçoados. Para R.C.C. a mulher geralmente é mais cuidadosa, perfeccionista, habilidosa no falar e, principalmente, mais prudente. Por esse motivo é que as mulheres conseguem driblar o preconceito e, aos poucos, conquistar seu espaço como pensa, “sem fazer muito alarde”.

E, eu acho que isso se deve a características que a mulher tem, que o homem não tem... Que o homem não tem. Não que, assim... Eu acho que o papel do homem é fundamental. Eu conheço homens muito competentes no seu trabalho, na sua profissão, né? Mas, esse crescimento da mulher, que uma vez que ela começou a se envolver e trabalhar fora de casa, esses talentos que ela já tinha e que são naturais dela, e algumas qualidades dela, né – a mulher, geralmente, é mais cuidadosa, a mulher é mais perfeccionista, a mulher é mais habilidosa no falar, não é? Ela geralmente é mais prudente, antes de tomar decisões, né? O homem às vezes é mais imediatista, é mais nervoso, se irrita mais rápido com as coisas né? Tanto que a mulher é mais prudente. Essa é a palavra – então isso faz com que ela consiga mais... Muitas vezes mais resultados pra equipe, que ela lidera, né? (R.C.C; 35 anos; casada; sem filhos; administradora; presbiteriana).

N.G.W, em relação ao mercado de trabalho, acredita que as mulheres conquistaram seu espaço e, muitas vezes, levam vantagem sobre os homens por serem mais caprichosas e cuidadosas. Concomitantemente, aponta para o fato de em outros aspectos a mulher ainda está atrás destes. Segundo pensa, há empresas que deixam de contratar mulheres para cargos que demandem uma certa disponibilidade de locomoção, viagens, por perceberem na figura feminina alguém “preso” a filhos e marido. Isso porque, apesar de o marido não proibir mais a mulher de trabalhar, ainda há uma ligação muito forte entre a mulher e sua família.

Em suma, quando parte para mercado de trabalho, o homem estará mais “solto e livre”, enquanto que a mulher ainda está “presa às responsabilidades da casa”. Ou seja, para a participante, apesar de a mulher ter a mesma capacidade de trabalhar que o homem, existem áreas e cargos restritos ao homem. Assim, estar mais ligada à família que o homem, de certa forma, ainda atrapalha o desenvolvimento profissional das mulheres, pois estas não têm

conseguido conciliar as duas atividades. Na prática, isso significa ter que abrir mão de um ou do outro, porque o trabalho exige hora extra, dedicação exclusiva e especialização.

Tá, apesar de... Tá, em relação a trabalho, assim, apesar do marido não proibir, apesar dela ver a necessidade de trabalhar. Mas, assim, quando parte pro mercado de trabalho, eu acho que assim, o homem é tipo assim, o homem... Tá entre aspas solto, livre, né? A mulher não. A mulher tá presa à responsabilidade da casa. Então assim, a gente se for falar a capacidade intelectual dela de trabalhar tá tranqüilo, ela pode. Agora quando parte pra lidar casa e trabalho; família e trabalho eu acho que ainda atrapalha um pouco. Atrapalha. Não tem como não atrapalhar não. A não ser que seja aquela pessoa assim que realmente... Mas, de uma maneira geral atrapalha (N.G.W; 22 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (ciências contábeis); presbiteriana).

O sentimento de A.C.S, quanto ao ambiente de trabalho é de cobrança. A seu ver, a mulher é duplamente cobrada, especialmente em equipes mistas. A mulher acaba passando mais tempo para provar sua competência no desempenho de determinados cargos; o que, a seu ver, não acontece com os homens. Porque destes, continua, já se espera o melhor. Conforme assinala, as mulheres ainda precisam tornar evidente para todos sua eficiência. Acredita que, muitas das vezes, essa diferença em relação à mulher no ambiente de trabalho acaba deixando a impressão de uma certa inferioridade feminina, estando esta ligada a certas capacidades consideradas inatas aos homens.

Rapaz, dentro do trabalho assim o que a gente ouve é “Brigue. Chegue lá. Conquiste. Almeje”. E às vezes... É como se a gente tivesse que, sabe... Assim a gente tem que passar mais tempo tendo que provar competência do que o homem. Assim, pra o homem é meio que

assim ele entra e todo mundo já espera dele... O “bom”, que ele vai fazer. E quando você trabalha num ambiente misto, hoje em dia nem é tanto o meu caso, mas você... Sente que com você a cobrança é maior, né. Você é chamada a... É como se você fosse inferior né. Tá mudando isso, tá, mas no geral quando eu converso aí fora com a mulherada eu ainda sinto que é muito assim, né? A gente é duplamente cobrada, não é. Até porque, no caso da mulher que tem filhos, vai acontecer dela precisar ter uma falta, um filho adoecer uma coisa. Então tudo isso é pesado e tem um peso dois, tá entendendo? Então eu acho que a gente é mais cobrada a ser eficiente, muito mais do que o homem. A, a é... No meio de, de trabalho é como se assim, certas coisas fossem inatas ao homem e a gente não, então a gente é muito cobrado né. “Então vamos estimular, estimular que é pra ela chegar lá, né”. Tanto isso é verdade que... Não é que a gente tenha que buscar o mesmo salário, mas há uma diferença. Se você for conversar com às vezes... Um homem e uma mulher que ocupa a mesma função muitas vezes, até dentro da mesma empresa, o homem vai ter um salário mais alto... Que a mulher. Então, assim, isso tem a ver com a visão social mesmo que se tem da coisa (A.C.S; 28 anos; casada; sem filhos; pedagoga; presbiteriana).

Segundo Kathryn Woodward (2000), as posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades. Essas, por sua vez, são criadas no interior de jogos com a diferença por meio de atos de linguagem. Contudo, quando temos a ilusão de ver o signo como uma presença, isto é, de ver no signo a presença do referente, estamos, de fato, fixando a identidade. Seria o mesmo que ter a impressão de ver num texto – como na narrativa bíblica de Gênesis – a presença em si da própria identidade de gênero (por se acreditar que o texto não muda – há milênios a narrativa bíblica é a mesma). É o que encontramos na fala da participante A.G.S.

Rapaz, eu não vejo espaço pra mudança, porque é o seguinte é... Dentro é... Quando você parte pra uma doutrina como a minha, evangélica, onde pela bíblia você tem muito delimitado os espaços do homem e o da mulher né? E, assim, eu demorei muito a entender isso, mas hoje eu entendo que isso é, é o melhor. Quando você inverte a ordem, até observando mesmo aqui fora, você... Você encontra distorção, não é? A gente... Ou a gente crê que foi criado a imagem e semelhança de Deus, e que Ele instituiu as coisas assim, dentro da soberania dEle, ou então você realmente vai entrar numa crise grande. [...] Se a gente que crê que a bíblia é um paradigma absoluto, então, não há espaço para relativizar. [...] Então, eu não vejo como isso mudar não, né? Porque se eu considerar que isso vai mudar, então eu vou considerar que a bíblia vai mudar entendeu? E ela não vai mudar (A.C.S; 28 anos; casada; sem filhos; pedagoga; presbiteriana).

Apesar dos esforços pela fixação da identidade, dentro do jogo das diferenças, o signo carrega não só aquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. Daí porque, de acordo com Derrida (in SILVA, 2000), o signo é caracterizado pelo diferimento ou adiamento da presença, e pela diferença (relativamente a outros signos). Por isso, apesar de ansiarmos pela presença – do significado (da coisa em si) – a linguagem não poderá nunca fornecê-la, abrindo assim espaço para a subversão e desestabilização da identidade. Esse processo, conhecido como diferenciação é, fundamentalmente, indeterminado, incerto e vacilante. A idéia da possibilidade de uma identidade móvel e indeterminada, porém pode ser traduzida pelo sentimento expresso da nossa participante (uma “crise grande”).

Não obstante, sendo a diferenciação o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas, ambas são, em suma, “tão indeterminadas e instáveis quanto à linguagem da qual dependem” (SILVA, 2000, p.76). Assim, a identidade está sempre

escapando à tendência de fixação, e denunciando sua impossibilidade. A diferenciação é, pois, a simultaneidade dos processos de fixação e subversão da identidade, tendo cada uma dinâmicas próprias. Veremos, no capítulo que se segue, como esses movimentos se apresentaram ao longo dos tempos, tendo a família e a Igreja como duas das principais instituições formadoras da identidade feminina em tempos modernos, e o trabalho na contemporaneidade.

A IDENTIDADE FEMININA E A PRODUÇÃO DE ENTRE-ESPAÇOS:

A família, o trabalho e a Igreja engendrando as identidades de gênero

O conceito de identidade é, inquestionavelmente, um dos conceitos mais explorados e estudados na atualidade. O alcance de seus questionamentos, problematizações e asseverações abarcam posições (ou posicionamentos) os mais abrangentes. Muitas vezes contraditórios e excludentes, tais movimentos, correspondem à própria produção da identidade.

Para aqueles que se apóiam em perspectivas essencialistas, a identidade é vista como algo que permanece ao longo do tempo sendo, pois, imutável (BRAIDOTTI, 2002). De acordo com Stuart Hall, nessas perspectivas as identidades são assim consideradas por parecerem “invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência” (HALL, 2000b, p.109).

Por outro lado, para as perspectivas não-essencialistas as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, vistas como estando constantemente em processo de mudança e transformação. Nesse sentido, a identidade seria um conceito que opera sob rasura por não assinalar um núcleo estável do eu que permanece idêntico a si mesmo, passando pelas vicissitudes da história sem qualquer mudança (HALL, 2000b). Logo, a noção de identidade aqui desenvolvida é estratégica e posicional, na medida em que não compreende o sujeito como unidade-identidade, mas sim dentro do contexto no qual ele é promovido e articulado: “a produção maquínica de uma máquina produtiva; produzindo, um produto” (SILVA, 2000, p.83).

Ora, o contexto ao qual nos referimos diz respeito aos hibridismos culturais globais, da contemporaneidade, em que o “indivíduo e sua autonomia valem mais do que a comunidade que o abriga” (POIAN, 2001, p.12). Em decorrência dos fluxos culturais e da autonomia do sujeito, diferentes possibilidades de identidades são criadas e partilhadas, vindo a exigir

volatilidade, capacidade de adaptação às mudanças, trocas e descartabilidade (HALL, 2000a). Produzidos pelo confronto de uma gama de diferentes identidades – como que consumidores para bens, clientes para serviços e públicos para mensagens e imagens – o sujeito contemporâneo se depara fazendo escolhas frente aos diferentes apelos feitos a diferentes partes de si, em contingências históricas pessoais e sociais específicas.

A fixação e a subversão na produção de identidades híbridas e irregulares

A produção da identidade compreendida enquanto processo, tende a apresentar-se em dois momentos distintos, porém complementares e interdependentes. Processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade e, processos que tendem a desestabilizar e subverter (SILVA, 2004). Dentre os processos de fixação podemos mencionar o recurso à biologia e os essencialismos culturais; os quais, como vimos, se sustentam na utilização da noção de sujeito arquitetada pela Filosofia Clássica e pela cosmovisão Judaico-Cristã.

À procura de um momento crucial do passado em que algum gesto, ou acontecimento inaugurou as bases de uma suposta identidade, os essencialismos culturais religiosos, por exemplo, promoveram a fixação e estabilização da identidade feminina ao afirmarem que a mulher foi criada para completar o homem. De igual forma, outros discursos sociais fizeram uso das garantias de uma (suposta) natureza ou essência feminina, direcionando às mulheres papéis de subordinação e aos homens de dominação (SILVA, 2004).

No quesito essencialismo cultural se faz necessário manter em mente que todos os discursos sociais – científicos, religiosos e outros – nada mais são que matrizes de significação (interpretação) sobre uma matéria, sem as quais não haveria qualquer significado. Preliminarmente, poderíamos pensar nas várias posições ideológicas que foram sendo naturalizadas através do discurso religioso e moderno, e suas respectivas buscas pela fixação

da identidade. A busca da narrativa religiosa, nos textos bíblicos por uma figura exemplar para a conduta e modo de ser dos gêneros, traduz a tentativa em dar continuidade ao ideal criacional estabelecido por Deus na fundação do mundo. Respalhada na interpretação patriarcal da ordem de “multiplicar-se”, por muito tempo esse ideal foi traduzido, necessária e invariavelmente, como vocação da mulher à maternidade. E, de igual modo, a ordem de “subjugar a terra” foi compreendida como sendo direcionada exclusivamente ao homem, o que lhe daria as prerrogativas necessárias para dominar todos os seres, inclusive a mulher (PEREIRA, 2001).

Não obstante, tanto os essencialismos culturais religiosos, quanto outros discursos que se apoiavam nos recursos biológicos, contribuíram para a disseminação no senso comum de uma representação de mulher designada por conjuntos de características e atributos de ordem biológica, afetiva e ontológica compartilhadas com exclusividade por pessoas do sexo feminino.

Assim, no processo histórico de construção da identidade, homens e mulheres organizaram-se em dois pólos separados, onde o recurso à biologia concerniria majoritariamente à mulher. Sua suposta natureza a lançaria, de maneira incondicional, à sua fisiologia e essa, por conseqüência, à maternidade; estando a identidade feminina centrada em volta de sua capacidade ou dom de gerar filhos (BADINTER, 2005).

A diferença biológica foi durante muito tempo utilizada como justificativa da dominação masculina e como meio para definir a mulher pelo que ela é e, não pelo que escolhe ser, destinando-a ao ambiente privado – local considerado adequado para a realização plena de sua “essência” feminina e cumprimento de suas habilidades naturais.

A maternidade, assim, quase sempre foi seu destino, dando a entender que aquela que a recusa é anormal ou doente, no mínimo, uma espectadora marginal do discurso social que atribui à mulher o papel (quase dever) de procriar (BADINTER, 2005). Igualmente, ao

deduzir o feminino da capacidade materna essa se torna uma necessidade e não uma opção da qual não se pode fugir, mas apenas adiar. Ao homem, por sua vez, é dada a escolha da paternidade por ser este considerado capaz de transgredir e superar sua natureza. De acordo com Badinter,

Ao fazer da diferença biológica o critério supremo da classificação dos seres humanos, fica-se condenado a pensá-los em oposição um ao outro. Dois sexos, logo duas maneiras de ver o mundo, dois tipos de pensamento e de psicologia, dois universos diferentes que permanecem lado a lado, sem jamais se misturar. O feminino é um mundo em si, o masculino é outro, e eles dificultam a travessia das fronteiras e parecem ignorar as diferenças sociais (BADINTER, 2005 p. 157).

Dessa maneira, mulheres de diferentes países, etnias e classes representariam uma única categoria: a feminina. As brasileiras seriam consideradas tal qual chinesas, americanas e angolanas, por exemplo, pelo simples fato de serem mulheres; prevalecendo a idéia de uma “natureza feminina” universal, comum e partilhada. Como consequência, um grande abismo existencial surge no meio das relações de gênero. As fronteiras entre “ser-mulher” e “ser-homem” tornam-se cada vez mais claras e intransponíveis, indicando a impossibilidade de permuta dos papéis entre aqueles e aquelas pertencentes a cada um dos pólos, posto ser sustentada pela idéia de naturezas ou essências opostas.

Isso porque, comumente, ao se falar sobre identidade masculina e feminina, vem a mente a diferença dos papéis atribuídos a cada um destes. Torna-se comum pensar na identidade feminina, por exemplo, imaginando quais papéis sociais lhes são empregados – ou seja, o que se espera de uma mulher e, da mesma forma, ao se falar sobre a identidade masculina. Ambas identidades de gênero, geralmente, são delineadas no quesito desempenho de tarefas e funções, em oposição; o que se espera de um não se espera do outro. E assim, em relação às identidades, principalmente nas sociedades modernas, uma categoria mental

dicotômica se impõe, sendo essa responsável pelo sentimento de complementaridade e pela ordem que sustenta a distribuição dos papéis sociais.

Um princípio universal organiza, desde os tempos mais remotos, as coletividades humanas: a divisão social dos papéis atribuídos ao homem e à mulher. Se o conteúdo dessa distribuição de funções varia de uma sociedade a outra, o princípio da divisão segundo o sexo é invariável: as posições e as atividades de um sexo sempre se distinguem das do outro. Princípio de diferenciação que é acompanhado de um outro princípio, igualmente universal: a dominação social do masculino sobre o feminino. Desde as eras remotas, a “valência diferencial dos sexos” constrói a hierarquia dos sexos dotando o masculino de um valor superior ao do feminino. Por toda parte as atividades valorizadas são as exercidas pelos homens; por toda parte os mitos e discursos evocam a natureza inferior das mulheres; por toda parte o masculino é designado por valores positivos e o feminino, por valores negativos; por toda parte se exerce a supremacia do sexo masculino sobre o feminino (LIPOVESTKY, 2000, p.232).

Por traz dessa representação universal das identidades de gênero residem hierarquias de poder e moral. A permanência dos dois sexos em lados opostos ocorre de maneira assimétrica e desigual, apontando para oposições binárias perigosas, pois no dizer de Woodward tais oposições “apagam a complexidade do real em benefício de esquemas simplistas e restritivos” (2000, p.53).

As relações complementares entre homens e mulheres como relações sociais de gênero, basear-se-iam, então, em cosmogonias que acabam por fundamentar uma hegemonia, dando a idéia de uma identidade masculina superior. Contudo, por ser a identidade de gênero construída por meio de uma relação com a sua diferença, esta é continuamente desestabilizada por aquilo que é deixado de fora (WOODWARD, 2000). Crucial no processo de construção das posições de identidade, a marcação da diferença traduz a dependência da posição de dominação masculina em relação à posição de submissão feminina (e vice-versa).

Procurando subverter a estabilidade das categorias biológicas e dos essencialismos culturais que sustentam as oposições binárias, os movimentos sociais, através das políticas de identidades, combatem as duas versões do essencialismo identitário (biológico e cultural). Sugerindo discussões sobre a construção da diferença, tais movimentos se opõem à idéia de identidade como algo “natural” e promovem a complicação, desestabilização e subversão da

mesma. Os processos que complicam e subvertem a identidade buscam enfatizar – em contraste com os que tentam fixá-las – aquilo que trabalha para contrapor-se à tendência a essencializá-las. Todavia, esses não são simples processos teóricos, mas sim parte integral da dinâmica da produção da identidade e da diferença (SILVA, 2000) e, como tal, sujeitos aos mesmos processos de fixação e subversão.

Neste sentido, o feminismo, enquanto crítica teórica e movimento social, foi um dos principais responsáveis pelo descentramento do sujeito enquanto núcleo unificador e pelos primeiros movimentos contra a misoginia e meios de vida sexistas (BADINTER, 2005). Ao questionar a noção clássica de sujeito, o feminismo problematizava conjuntamente a idéia de público e privado, trazendo para o debate político a família, a sexualidade, a divisão doméstica do trabalho e o cuidado com as crianças (HALL, 2000a). Dessa busca pela distribuição equitativa dos espaços, e pelo descentramento das relações de poder, nasce o discurso da “igualdade” entre homens e mulheres. Não obstante, “as divergências feministas quanto ao conceito de igualdade, e aos meios de chegar a ela trazem à luz pontos de vista bem diferentes sobre a relação entre os sexos” (BADINTER, 2005, p.145).

Elisabeth Badinter (2005), ao tratar sobre os rumos tomados pelo movimento político feminista alega que em alguns momentos, ao problematizar as posições de submissão feminina, esses acabaram por endereçar posições de vítima solidificando, ao invés de desestabilizando, as categorias dicotômicas e os binarismos. Isso porque – tendo em vista que as identidades são relacionais – ao falar da hegemonia de uma identidade universal masculina “dominadora”, afirma-se em contrapartida a identidade feminina vitimizada, incapaz e dependente.

A exemplo disso, com vistas a fortalecer as reivindicações femininas de igualdade, conferiu-se ao patriarcado um *status* universal e exclusivo da estrutura de dominação, combatendo-se a hierarquia de poder (masculino/dominador x feminino/dominado) com uma

hierarquia moral (masculino/mau x feminino/bom). Quase como se todas as mulheres do mundo – independente de classe, etnia, religião ou cultura – estivessem debaixo do jugo masculino, sujeitas a todos os homens simplesmente por serem mulheres. E, assim, como resultado, o próprio discurso de libertação feminista alimentaria a idéia de uma mulher impotente, subjugada por sua natureza, e dominada por um ser superior: o homem.

Quanto a isso, Judith Butler (2003) pronuncia-se afirmando que mesmo quando a construção política é elaborada com propósitos emancipatórios, essas podem vir a revelar conseqüências coercitivas e reguladoras, manifestando-se enquanto “domínio de exclusão”, em que somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação viria a formular – no interior dessa estrutura constituída – uma crítica às categorias de identidade. Desta forma, assim como se questiona as relações de poder entrevistas nas relações entre os sexos, deve-se também levantar indagações acerca das relações de poder inseridas dentro da construção dos modelos ideológicos apresentados como meio de subverter os binarismos e chegar à suposta “igualdade” (NUNES, 1996).

Contudo, não nos ateremos a essa tarefa. Basta-nos, nesse momento, afirmar que a verdadeira desestabilização da identidade de gênero, e a desconstrução do que se conhece tradicionalmente por papéis masculino e feminino, acontecem na tensão permanente entre as posições antagônicas de sujeito sobscritas, e na produção e viabilização de entre-espacos. Consistindo em se assegurar não *uma* masculinidade ou feminilidade, mas *múltiplas* masculinidades e feminilidades enquanto construções contingentes e históricas, ficções que podem variar de acordo com o contexto. Uma vez que no dizer de Helena Confortin,

O conceito de gênero tem o objetivo de chamar a atenção sobre a construção social dos sexos, sobre a produção do feminino e do masculino, não como algo dado e pronto no momento do nascimento, mas como um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas, sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe consideram, permitem e possibilitam. Nessa visão, concebe-se a produção do masculino e do feminino, simultaneamente (CONFORTIN, 2003, p. 109).

As identidades de gênero são, pois, simultaneamente, a construção e a desconstrução de modelos já conhecidos (ARÁN, 2006). São categorias elásticas que se constituem enquanto resistência e a própria possibilidade de subversão, conferindo ao sujeito identidades plurais e múltiplas. Essas, por sua vez, dizem respeito a edificações sociais historicamente modeladas a partir de infinitas possibilidades de intercruzamento entre as demais identidades culturais, e os discursos e práticas que as sustentam. Por esse motivo, é que compreendemos o sujeito humano como “tendo identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO, 2004, p.24).

Há neste sentido, no campo do circuito da cultura, uma fluidez entre as diferentes identidades culturais, tais como as identidades étnicas, de gênero, de classe, de religião etc. Elas são todas cambiantes e influenciadas umas pelas outras (HALL, 2000a). Nenhuma identidade cultural pode por si só moldar as demais, visto que esses movimentos de cruzamento entre fronteiras produzem identidades híbridas e irregulares, vindo a confundir sua suposta “pureza” e “insolubilidade”. Por colocarem em xeque aqueles processos que tendem a conceber as identidades como fundamentalmente separadas em dois pólos opostos, os hibridismos resultam em um “terceiro espaço” (Bhabha in SILVA, 2000), ou em vias de fuga.

Estaremos em seguida teorizando sobre a construção sociohistórica (irregular) da identidade da mulher contemporânea, a partir dos lugares e papéis endereçados pelos discursos modernos, e como a invenção ocidental do amor-romântico e a cultura amorosa legaram à humanidade novas formas de relações entre os sexos.

O sentimento moderno de família: engendrando lugares e papéis de mulher

Quando o ideal do amor-romântico ou amor-paixão surgiu em meados do século XVIII, já existia, nas entranhas da organização social, uma desigualdade estrutural dos lugares ocupados por homens e mulheres. A história das relações sociais – principalmente as de gênero – sofrera, com o nascimento do amor-romântico, rupturas de linguagem e práticas (LIPOVETSKY, 2000). Estava em voga ideais mais estáveis que cambiantes. O amor, assim, passara a ser mais e outra coisa que atração sexual, devendo ser desinteressado de qualquer ganho financeiro ou social. Concomitantemente, mais que sentimento, o amor romântico era fruto do ideal da autonomia e felicidade individual, além de expressar a capacidade do indivíduo de conduzir sua própria vida.

O particularismo cultural moderno, impregnado pela noção de “eu interior”, passaria a valorizar as experiências privadas e a considerá-las tão importantes quanto às atividades públicas (HUNT, 1997). Pouco conhecida em períodos anteriores, essa autonomia dava ao indivíduo o direito de preservar a si mesmo do exame público, livrando-se das obrigações impostas (COSTA, 1998). Contudo, segundo Lynn Hunt (1997) a liberdade e a autonomia do indivíduo moderno eram endereçadas de forma não eqüitativa para homens e mulheres, o que contribuía cada vez mais para balizar os binarismos culturais e fixar os limites entre o espaço público e privado.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que foi o código do amor-paixão que permitiu às mulheres beneficiar-se de uma imagem social mais positiva e, mais tarde, possibilitou a própria escolha do cônjuge (LIPOVETSKY, 2000). Na Idade Média a mulher era tomada ou dada em casamento, sem qualquer escolha, prevalecendo os interesses da família extensa e/ou comunidade sobre o individual. No dizer de Roudinesco “os casamentos eram arranjos entre os pais sem que a atividade sexual e afetiva dos futuros esposos fosse levada em conta” (2003, p.19), tendo em vista que a família tradicional procurava assegurar e transmitir um patrimônio, e não satisfazer os deleites pessoais. Deste modo, a partir dos ideais românticos

advindos com o projeto da modernidade, a mulher passaria a selecionar, a seu gosto, seu pretendente – estando essa seleção associada a sentimentos pessoais.

Em contrapartida e concomitantemente, foi a recusa das ideologias modernas em considerar a mulher como indivíduo autônomo que fez com que, cada vez mais depois do século XVIII, essa passasse a ser valorizada como um ser sensível e destinado ao amor. Era ela quem representava a encarnação suprema da paixão amorosa, do amor absoluto e primordial. A mulher, reconhecida agora como naturalmente vocacionada para o amor na entrega, dependência e subordinação ao amado, teria sua vocação exaltada incontáveis vezes.

Dessa maneira, o projeto moderno construía e utilizava representações de masculino e feminino a fim de promover e legitimar, progressivamente, o ideal de casamento por amor e o ideal de privacidade. O privado, antes insignificante, havia sido valorizado a ponto de se converter em sinônimo de felicidade (PERROT, 1995). E, por conseguinte, ao ideal de amor-romântico, unia-se o ideal de felicidade individual e de igualdade. Todavia, apesar da existência de um ideal de igualdade, o amor não deixava de ser um dispositivo edificado socialmente a partir da desigualdade; isso porque, homens e mulheres conferiam ao amor importância e significações diferentes. Principalmente porque, como nos aponta Anthony Giddens, “o amor romântico era essencialmente o amor no feminino” (GIDDENS, 1996, p.29).

Deliberada e intencionalmente, esses ideais de masculinidade e feminilidade foram sendo forjados e culminaram, dentre outras mudanças, na separação radical do trabalho e da família. Ascendia, nesse período, um sentimento novo: o sentimento de privacidade e intimidade familiar. Com a reorganização da casa, reforma dos costumes e exclusão dos criados, clientes e amigos, a família foi reduzida aos pais e as crianças (ÀRIES, 1981). Cada vez mais reclusos na casa e seguindo os progressos da vida privada, o sentimento de família era agora reconhecido e exaltado por seus membros.

E assim, a família conjugal (burguesa) foi construída com a definição das esferas pública e privada, diferenciando os papéis sexuais e estabelecendo oposição entre homens públicos e mulheres domésticas (PERROT, 1995). Logo, afastava-se das preocupações com a honra da linhagem e com a integridade do patrimônio; em nada lembrando a “grande família patriarcal das sociedades tradicionais” (ÀRIES, 1981, p.153). No dizer de Roudinesco,

A família dita “moderna” torna-se o receptáculo de uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX. Fundada no amor romântico, ela sanciona a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento. Mas valoriza também a divisão do trabalho entre esposos, fazendo ao mesmo tempo do filho um sujeito cuja educação sua nação seja encarregada de assegurar (ROUDINESCO, 2003, p.19).

É significativo que nessa mesma época tenham ocorrido mudanças de atitude para com a criança. Não mais se enviava, como outrora, as crianças para casas alheias a fim de aprenderem ofícios, agora as mantinham por perto e lhes nutriam um sentimento amoroso de afeição (ÀRIES, 1981). Via de regra, esse sentimento era considerado essencialmente feminino, tendo em vista a “suposta” capacidade de abnegação materna. Inclusive, de acordo com Anthony Giddens (1996) um dos elementos indistintamente modernos foi a associação da maternidade à feminilidade. A criação da casa, como referência permanente, a mudança de relações entre pais e filhos e a invenção do instinto materno, contribuíram para as mudanças relacionadas à divisão entre público e privado (GIDDENS, 1996). E, assim, principalmente nas camadas burguesas, o homem era destinado à esfera profissional e a mulher ao *home sweet home* (LIPOVETSKY, 2000).

Nesse novo contexto familiar notadamente moderno, “o controle das mulheres sobre a educação dos filhos foi crescendo” (GIDDENS, 1996, p.29), e as crianças tornaram-se insubstituíveis, o que exigia maior cuidado com a higiene, saúde e educação. Deste modo, a participação das mulheres no novo ideal social estava na sua “força civilizadora”, e na sua capacidade de educar e criar seus filhos. Aliada aos moralistas educadores e religiosos, cabia-

lhe ensinar as regras sociais de boas maneiras e conduta (HUNT, 1997). A vida privada passara a ser uma possibilidade, e logo se esperava que a mulher renunciasse a si mesma em prol da família constituída, mesmo que viesse a significar sua (suposta) ausência na vida pública. Para tanto, endereçava-se a representação de mãe-esposa-educadora e nomeava a mulher embaixadora do lar (LIPOVETSKY, 2000).

Essa vocação feminina à educação infantil passaria a conferir à mulher um suposto *ethos* permanente. A construção do modelo normativo da “mulher de interior” (LIPOVETSKY, 2000) iniciada, como vimos, com o projeto moderno e com o modelo de família conjugal burguesa, teve seu apogeu em meados do século XIX e início do século XX. Trazido da Europa, mais especificamente da França, esse modelo propagou-se no sentimental caráter do brasileiro elegendo a mulher branca – em detrimento da índia e negra – para implantar e sustentar o ideal romântico e o modelo de família conjugal no Brasil (ORSINI, 2003).

Semelhante à Europa, a situação da mulher no Brasil continuava sob a dominação masculina, limitando-se a um “estrito regime de semiclausura doméstica no qual a igreja surgia como único espaço social permitido e favorecido” (ORSINI, 2003, p.83). Idealizada, a esposa-mãe-dona-de-casa deveria viver sua vida em total dedicação aos filhos e marido, consistindo sua felicidade na alegria plena e na harmonia de seu lar. Para tanto, fabricar-se-ia com o apoio da imprensa – dos romances, livros de conselhos e outras publicações – o estereótipo do anjo doméstico.

Cada vez mais alfabetizadas, as mulheres se tornavam consumidoras vorazes da “literatura feminina”, e à medida que a circulação dessas obras aumentava a construção do modelo normativo da mulher de interior se estabelecia, imprimindo condições identitárias (GONÇALVES, 2006). Assim, até o começo do século XX, o livro sobre as mulheres, os

manuais escolares para uso das moças repreendia as manifestações de egoísmo, recitavam os deveres de mãe e exortavam ao espírito de abnegação (LIPOVETSKY, 2000).

Não obstante, um paradoxo se estabelecia nas literaturas voltadas para o público feminino. Diante das poucas opções de cultura, de realização profissional e social, ao mesmo tempo em que os romances e folhetins serviam de estímulo para confirmação daquilo que delas se esperava, possibilitava-lhes também o sonho que a realidade não favorecia (ORSINI, 2003). No dizer de Anthony Giddens,

O consumo ávido de novelas e de histórias românticas foi, em certo sentido, um testemunho de passividade. Procurava-se na fantasia o que era negado no mundo comum. A irrealidade das histórias românticas era, deste ponto de vista, uma expressão de fraqueza, uma inabilidade para gerir a auto-identidade frustrada pela vida social. Todavia, a literatura romântica era também (e ainda é) uma literatura de esperança, uma espécie de recusa. Ela rejeitou muitas vezes a idéia da domesticidade estabelecida como o único ideal evidente (GIDDENS, 1996, p.30).

Desse modo, nesse mesmo período desabrochava em paralelo uma literatura romântica proibida e vigiada por despertar nas mulheres o desejo de seduzir, reinar pela beleza, pela elegância e de conquistar vários homens. As condenações, porém, não conseguiram sufocar o furor de ler feminino. Insaciáveis quanto aos romances ricos em diferentes figuras femininas, esse tipo de literatura foi para muitas mulheres um jeito de se apropriar do universo erótico de um espaço público notavelmente masculino. Por isso, segundo Lipovetsky (2000), diz-se que a leitura foi para as mulheres o que os prostíbulos foram para os homens: local de condição identitária; grande sonho feminino que sem poder ser vivenciado era saboreado nas leituras. Mas, ainda assim, a posição-de-sujeito feminina que se tem conhecimento era a da mulher-dona-de-casa.

Quanto mais a mulher se tornava íntima do espírito sentimental familiar e das demandas cotidianas deste, mais o homem vivia na rua, no meio de comunidades de trabalho, de festas, de cerimônias e – sob certo ponto de vista – se afastava desse espírito de intimidade privada circunscrito no lar (ÀRIES, 1981). Enquanto afastado, cabia à mulher a tarefa de

manter seu marido atualizado sobre os detalhes da vida cotidiana e do desenvolvimento dos filhos, assuntos tratados com muita seriedade. De igual forma, a mulher deveria manter os parentes mais distantes informados do dia-dia da família, enviando e recebendo notícias (GONÇALVES, 2006).

Tendo permanecido por muito tempo excluída do espaço de circulação do poder da esfera pública, ao se inserirem nas diversas manifestações do escrito – através das correspondências, literatura e imprensa (jornais e revistas) – as mulheres acabaram atingindo e exercendo alguma influência sobre o referido espaço. Consideradas manifestações do privado, as cartas pessoais, juntamente com as autobiografias e os diários, tinham sua escrita associada às mulheres, produzindo um gênero literário posteriormente conhecido como “literatura do íntimo” (GONÇALVES, 2006). Nessa perspectiva, as mulheres do final do século XIX e início do século XX, moviam-se mais do que se pode imaginar e detinham um outro tipo de poder que era conferido com exclusividade ao ambiente privado.

Então, no que se refere à construção moderna da família conjugal, aos engendramentos dos espaços públicos e privados, e às identidades que melhor lhes representariam, é preciso manter em mente que ambas as formas de cultura (privada e pública) não estão isoladas entre si. Antes o que existe é uma circulação real das formas de poder, visto que a produção cultural freqüentemente envolve publicação – o tornar público formas privadas – e, por outro lado, os textos públicos são consumidos ou lidos privadamente (JOHNSON, 2006). Como exemplo podemos citar as já mencionadas revistas e romances femininos que publicaram (tornando público) elementos da cultura privada e foram consumidas por leitoras no âmbito privado. Essas mesmas leitoras produziram suas próprias re-apropriações das leituras privadas de ser mulher e, de acordo com suas experiências singulares e outros elementos de sua cultura, re-direcionaram o que receberam.

Além disso, faz-se mister lembrar que esses estereótipos de mulher – esposa-mãe-dona-de-casa e anjo do lar – apesar de fortemente presentes nos séculos XIX e XX, não eram universalmente válidos e variaram de acordo com a camada social, já que “as mulheres de classe inferior conheceram maior liberdade pessoal, assim como trabalho físico árduo” (ORSINI, 2003, p. 86). Desse modo, a improdutividade da mulher em relação ao homem e ao espaço público, funcionava como um dispositivo para distinguir as camadas sociais e apontar para a distância e diversidade social das classes superiores e médias em relação às classes laboriosas (LIPOVETSKY, 2000).

A partir da segunda metade do século XIX, o processo de industrialização abriu leque de possibilidades de trabalho bem mais amplo, e por serem as mulheres destinadas ao lar, esses trabalhos foram assumidos pelos homens (CONFORTIN, 2003). Conjuntamente, o processo de urbanização passaria a favorecer a extensão do trabalho feminino assalariado fazendo com que as mulheres ocupassem os cargos deixados pelos homens, e passassem a ganhar um salário, fosse como operária ou como professora.

Simultaneamente, no momento em que a industrialização nascente confere oportunidades de trabalho à mulher, os discursos vigentes enfatizam a degenerescência da família, considerando o investimento profissional feminino como degradante e contrário à vocação natural da mulher (PERROT, 1995). Principalmente para a burguesia o assalariamento feminino causava espanto e era tido como sinal de pobreza, uma vez que a mulher só deveria trabalhar se o marido não pudesse suprir as necessidades da família (LIPOVETSKY, 2000).

Reconhecer o trabalho assalariado feminino significaria concordar com certo “fracasso” por parte do homem no cumprimento de seu dever de providenciar o sustento financeiro do seu lar. Admitir a mulher como indivíduo autônomo e independente, seria o equivalente a desnaturalizá-la, a precipitar a ruína da ordem familiar, a gerar confusão entre

os sexos. Logo, sendo a identidade de gênero uma categoria relacional, questionar a natureza de um pólo significaria, de igual modo, pôr em dúvida a do seu outro. Ou seja, ao se “desnaturalizar” o pólo feminino, por-se-ia em xeque a supremacia do pólo masculino.

Por outro lado, para as classes menos abastardas, não era desonroso que uma moça contribuísse para os recursos da família. Além do mais, em boa parte do tempo o trabalho das mulheres era visto como temporário, pois quando tivessem filhos abandonariam imediatamente os serviços de tempo integral em favor de atividades de complementação (LIPOVETSKY, 2000). Por esse motivo os cargos ocupados pelas mulheres, especialmente as casadas, eram considerados subalternos e vistos como atividades que serviriam apenas para completar a renda do marido, sem pôr em questão seu papel fundamental de mãe e de esposa (PERROT, 1995).

Em meados do século XX, mais precisamente após a segunda guerra mundial, o ideal da fada do lar já não tinha mais unanimidade. Na imprensa, multiplicavam-se os artigos evocando a insatisfação da mulher de interior (PERROT, 1995). Por volta da década de sessenta, os movimentos feministas e as políticas de identidade problematizavam a maneira pela qual as mulheres são socializadas e submetidas ao ideal romanesco sentimental, e à idéia de abnegação materna (LIPOVETSKY, 2000). O amor, antes considerado parte da essência feminina – realizando e elevando a mulher –, passaria a ser analisado como uma forma de subjugação e dominação, sendo de agora em diante assimilado como um investimento de alienação.

Juntamente com os movimentos sociais e as políticas de identidade, a escola e as transformações dos grandes setores de atividade econômica estiveram entre os principais fatores que contribuíram para precipitar o declínio do estereótipo da esposa-mãe-dona-de-casa, e promover correlativamente um superinvestimento feminino nos papéis sociais da vida

profissional. Mais uma vez as relações familiares e os papéis desenvolvidos por homens e mulheres seriam modificados.

A nova cultura centrada no prazer, no lazer e na livre escolha individual, desvalorizava o modelo de vida feminina mais voltada para a família do que para si mesma, legitimando os desejos de viver para si e desqualificando o modelo da “perfeita dona de casa”. Quanto mais crescia a oferta de objetos, de serviços e de lazer, mais se intensificava a exigência de aumentar os rendimentos da família a fim de estar à altura do ideal consumista.

Com uma economia baseada no estímulo e na criação incessante de novas necessidades, o trabalho feminino veio a tornar-se fonte de rendimento necessária à participação da mulher e da família nos sonhos da sociedade de consumo e abundância (LIPOVETSKY, 2000).

As mulheres de antigamente e as de hoje em dia: a identidade feminina em busca de novas fronteiras.

É certo que a nossa época é marcada por um novo particularismo cultural que se impõe acelerando os processos globais, o declínio das identidades tradicionais e o surgimento de novas identidades (HALL, 2000a). Devido ao encurtamento do espaço/tempo os fluxos culturais entre as nações e o consumismo global tornaram possível a criação de identidades partilhadas. O efeito pluralizante da globalização sobre as identidades produziu uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação (HALL, 2000a).

Em toda parte estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais e sistemas de significação.

Assistimos no Brasil, e no mundo – mesmo que em diferentes proporções – uma afirmação do individualismo entre as classes médias urbanas e cosmopolitas que levaram a uma transformação na configuração familiar (VAITSMAN, 1994). Transição entre configurações familiares hierárquicas da família conjugal burguesa para a família igualitária, em que os papéis e atribuições de gênero e geração estariam com seus contornos cada vez mais diluídos. Essas mudanças, de acordo com Jeni Vaitsman (1994), não significaram a transição completa e definitiva de um tipo tradicional (moderno) de família ou casamento para um outro pós-moderno, mas, ao invés disso, sinalizaram justamente para o esgotamento do primeiro tipo.

Para as mulheres, receber educação abriu-lhes as portas para a possibilidade de crescimento profissional; o que significou o início de sua independência financeira, e com esta a independência emocional, desvinculando sua identidade da exclusividade da esfera familiar. Agora, já não mais se precisava casar, tampouco ter filhos, para ser considerada mulher adulta, uma vez que sua iniciação não mais dependia de sua entrada na maternidade, e cuidados e responsabilidade com um lar (BADINTER, 2005). De agora em diante, a entrada no mercado de trabalho proporcionaria à mulher o direito de ser sujeito de si mesma; pois não mais dependeria de seu marido, como um dia dependera de seu pai. Diferentes mulheres passavam, assim, a investir, pela primeira vez, em territórios até então masculinos, o que ocasionava a sensação de estar ocorrendo uma reviravolta na definição dos gêneros sexuais.

É o que observamos na fala de uma de nossas participantes, A.C.M.F, quando esta afirma que, no que se refere à mulher na família, e à sua presença no espaço privado, comparando com épocas outras, “hoje é diferente”. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho e no espaço público, houve a necessidade de re-organizar as atividades e re-ordenar as funções empregando-lhes novas prioridades. Isto, segundo percebe, fez com que a mulher, atualmente, não disponibilizasse de tantos momentos para família como a algum tempo atrás.

Independência... De você não estar dependendo do homem pra resolver qualquer coisa pra você. Então antigamente, a mulher não dirigia, só o homem dirigia. Hoje as mulheres dirigem... É uma coisa muito boa! Porque a gente tem essa liberdade de sair, de ter o seu próprio carro, de trabalhar fora. A independência, financeiramente falando. Hoje em dia, são pouquíssimas, raras... Eu acho que está em extinção a mulher que quer depender financeiramente de seu marido; ainda que esteja casada com ele. Ela quer ter o seu salário, ela quer ter a sua vida financeira independente... Independente, em todos os sentidos. Quer estudar, quer trabalhar, quer... Então, eu acho que hoje não tem mais essa questão da dependência do sexo masculino como existia antigamente (A.C.M.F; 32 anos; pedagoga; casada; sem filhos; episcopal).

Por isso mesmo assinala que a diferença da mulher de antigamente em relação à mulher da contemporaneidade, no quesito família, encontra-se no tempo despendido nas atividades intra e extra familiar. Antigamente, assevera, as mulheres tinham apenas que ficar em casa, sendo a sua única função cuidar da casa e criar os filhos. Já hoje em dia ela tem que dividir seu tempo, uma vez ter adicionado a estas funções o exercício de uma profissão. Ou seja, o tempo que a mulher dedica à família foi modificado em função do acréscimo e acúmulo de outras atividades.

Hoje, eu vejo assim... Eu sempre gosto de... De comentar que há, há algum... Há bastante tempo atrás, a mulher, ela tinha mais tempo para a família. Hoje, ela não tem tanto tempo pra família, porque ela precisa dividir o trabalho dela... O tempo dela entre trabalho, família, criação de filhos, e entra toda essa... Essa arrumação. Então... Hoje é diferente. Antigamente, a mulher tinha... Tempo pra ficar com os filhos. Era a função dela, era criar os filhos, cuidar da casa. Hoje ela tem que dividir; tem isso, mas tem o trabalho também. Então,

eu acho, que o tempo dela pra família se viu um pouco em função dessas mudanças (A.C.M.F; 32 anos; pedagoga; casada; sem filhos; episcopal).

Não obstante A.C.M.F. afirma não gostar da idéia de ter que valorar tais mudanças como tendo sido boas ou não, por conseguir enxergar em ambas suas vantagens e desvantagens. A seu ver a vantagem causada por estas mudanças está ligada à independência da mulher em relação ao homem. Por exemplo, assinala o desenvolvimento da mão de obra feminina, a abertura e espaço maior no mercado de trabalho, a possibilidade de dirigir carros, ter seu próprio salário, estudar e trabalhar fora – o que lhes confere a liberdade de ir e vir e o direito de competir. E assim, acredita que hoje em dia “está em extinção a mulher que quer depender financeiramente de seu marido”. A mulher da atualidade seria uma mulher independente.

Eu, não, não... Eu não gosto, assim, de caracterizar se foi bom ou não. É bom estar trabalhando? É. Eu acho que eu não me adaptaria, a uma... Ao que minha mãe, por exemplo, viveu. Minha mãe, uma mulher que nunca precisou trabalhar fora, sempre foi dedicada ao lar, aos filhos... E... Só meu pai trabalhava. Mas, eu não consigo me ver nessa situação. Eu não consigo me ver mais só em casa, só cuidando dos filhos, só cuidando da casa. Até sinto a necessidade disso. Mas, hoje, tudo gira em torno de um desenvolvimento. O mundo vai se desenvolvendo, e a gente vai precisando acompanhar esse ritmo. A... O poder aquisitivo, também, nos é cobrado. Pra que a gente tenha uma boa estabilidade financeira no lar, é preciso ser dividido; então, lá em casa, a gente divide muito isso. É... Ele trabalha, eu trabalho. Então, eu não consigo mais, assim... Ver uma possibilidade de regressão, nesse sentido, pelo menos em relação a mim. Eu gostaria de ter mais tempo! Pra minha família, pra

minha casa. Mas eu não... Não dá, não dá. Eu acredito que não dá mais pra... Pra voltar aí (A.C.M.F; 32 anos; pedagoga; casada; sem filhos; episcopal).

A vida contemporânea impõe um ritmo acelerado de trabalho e exige maior poder aquisitivo por parte de homens e mulheres. Produtos lançados e comercializados pela cultura de equivalência são responsáveis, segundo Carmem da Poian “por criar sistemas de necessidades que crescem por concorrência, por moda, por fascínio do poder” (2001, p.15), vindo a transformar as relações de gênero e a redistribuir os papéis familiares. A moral moderna da experiência amorosa endereçada às mulheres – acompanhada de servidão, da renúncia de si e dependência – foi substituída pelos apelos ao consumo. As promessas radiosas da mercadoria, e a magia das novidades viriam a compor o novo cenário da paixão individualista pelo livre desenvolvimento das inclinações e dos desejos pessoais (LIPOVETSKY, 2000).

Essa promoção da mulher consumidora é, de acordo com Lipovetsky (2000), de importância capital para a superação histórica do ideal da mulher do lar por favorecer a representação de um novo modo de vida feminino: o envolvimento com trabalhos assalariados. É o que nos aponta A.C.M.F, para quem o poder aquisitivo passa a ser uma das principais metas da família, resultando na divisão das despesas do lar, entre o homem e a mulher, afim de que haja estabilidade financeira, e visando proporcionar um maior conforto e bem estar familiar.

Semelhantemente, essa redistribuição dos papéis familiares é indicada por uma outra participante, P.R.R, para quem as mulheres, em épocas atuais, trabalham tanto quanto os homens e estão ausentes em relação à família, não permanecendo, como antigamente, as vinte e quatro horas do dia em casa. Todavia, considera que, em alguns casos, essa ausência da mulher é suprida de outra forma. Isso porque ao invés de valorizar a quantidade de tempo

despendida no lar, com as atribuições domésticas, a mulher passou a valorizar a qualidade do tempo gasto com os membros de sua família. E por isso acredita que, em geral, algumas mulheres conseguem dar conta de estar em dois lugares ao mesmo tempo: casa e trabalho.

Hoje... Ela continua tendo seu papel importante, eu acho. Mas, com relação... Assim... Ela tá mais ausente. Uma vez que ela não está vinte e quatro horas por dia dentro de casa. Uma vez que, eu acho, que a maioria das mulheres está saindo para trabalhar, assim como os homens fazem. Agora, tem mulheres que, apesar de estarem saindo, conseguem ter uma presença... Qualitativa dentro de casa. Outras, não. Essa ausência realmente prejudica. [...] Pronto, eu acho que hoje... Por ela tá saindo pra trabalhar, ela tá mais ausente. Mas, essa ausência, às vezes, é suprida de outra forma. E, apesar dela estar saindo, ela consegue ter qualidade dentro da família. Assim... Ela consegue... Dar conta, digamos assim. Tanto quando tá trabalhando, quando tá dentro da família; que era, antes, o papel considerado essencial da mulher, de ter que cuidar da família (P.R.R; 21 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (Direito); batista).

Segundo pensa, é por isso que dizem que as mulheres sofrem; porque elas precisam estar fora trabalhando e, ao mesmo tempo, estar presente em casa, com seu marido e filhos. Tais mulheres participam de suas famílias procurando conciliar, de forma harmoniosa, o “estar fora” e o “estar dentro”. E mais, P.R.R. acredita ser exatamente esta a busca que traduz, em épocas atuais, o papel essencial da mulher. Em contrapartida, há casos em que isso não é possível, ou seja, a ausência da mulher em relação à sua família é bastante prejudicial.

(suspira) O papel essencial da mulher... Eu acho... Eu acho que têm vários. (risos) Por isso que dizem que a mulher sofre, porque ela consegue ao mesmo tempo estar fora de

casa trabalhando, e ela consegue... Organizar as coisas, ela consegue estar dentro da família. Ela consegue... Não todas. Claro! Mas ela consegue, é... Participar da sua família. Eu acho que, o papel essencial da mulher é conseguir, realmente, fazer uma harmonia entre estar fora de casa – porque eu acho, eu acredito que a mulher tem que trabalhar –, e, também, estar dentro da família. Estar presente com seus filhos, estar presente com ao seu marido. Eu acho que esse é o papel essencial da mulher (P.R.R; 21 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (direito); batista).

Na compreensão de N.G.W, porém, há muito mais mulheres que não conseguem conciliar família e trabalho, do que as que conseguem. Apesar de ser solteira, morar com os pais, e não ter filhos, cita a si mesma como exemplo. Trabalhando oito horas por dia em uma Indústria como estagiária do setor de Contabilidade, N.G.W. sai de casa cedo pela manhã e retorna apenas à noite. Do trabalho, vai direto para a universidade e acredita que só consegue dar conta porque ainda não é casada e não tem responsabilidades com casa, filhos e marido.

Mesmo assim, acredita, que se fosse necessário optar entre família e vida profissional a maioria das mulheres escolheria a família. Não obstante a necessidade de se ganhar dinheiro – até para poder sustentar a casa – faz com que acabem optando pelo trabalho e abram mão de estar no convívio familiar. É neste momento que a mulher precisa contar com a compreensão dos filhos e do marido, pois muitas passam o dia na rua e só retornam para casa à noite após uma longa e cansativa jornada de trabalho. Inclusive, faz menção aos casos em que a mãe só vê seus filhos durante o final de semana, tamanho acúmulo de atividades extra lar.

Eu acho que... Não tá conciliando. Aí é que tá... Eu acho que... Quando a pessoa parte pra trabalhar, depende da área, é... Você tem que abrir mão... De uma certa maneira, de uma coisa ou de outra. Porque o trabalho assim... Eu trabalho numa indústria que eu saio de

manhã, volto de noite e muitas vezes tenho que fazer hora extra. Vou pra faculdade, como a maioria das pessoas vive, e eu não sou casada. Então assim, se eu tivesse casado eu não tinha condições de dar conta. É aquela coisa, vai levando. A prioridade no momento é o trabalho, o e... O precisar do dinheiro. Se fosse ter que escolher, eu acho que a mulher escolheria até a família, a grande maioria. Mas assim, por precisar do dinheiro, escolhe o trabalho e vai levando a família, vai tocando a família do jeito que dá. E tem que partir da compreensão do filho, marido, porque não dá. Não dá. Se a mulher disser que dá pra chegar de noite é... Chegar de meia-noite e ainda sei lá... Tem mulher que só vê o filho no final de semana. Sai de manhã chega de noite o filho tá dormindo, sai tá dormindo, chega tá dormindo, o marido tá trabalhando. Então qual a assistência que uma pessoa dessa pode dar em casa? Não tem. Nem se ela quisesse ela tem. Chega no sábado, depois de ter passado a semana inteira na empresa, tem que fazer hora extra. Então, é um domingo pra tudo. É muito pouco! Se você for ver pra conciliar (N.G.W; 22 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (ciências contábeis); presbiteriana).

Dentro da classe média brasileira, até a década de 50, do século XX, a disposição das tarefas domésticas eram facilmente identificadas através do gênero. Havia uma nítida e exclusiva distinção dos papéis a serem desempenhados no lar. Um se encarregava das tarefas do exterior, enquanto o outro das tarefas do interior. O marido se encarregava de conseguir o sustento financeiro para a casa, enquanto a mulher era responsável pela harmonia afetiva do grupo familiar (VAITSMAN, 1994).

Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, entrava em voga um novo modelo marcado pela autonomia feminina e pela participação dos dois cônjuges nas decisões importantes (LIPOVETSKY, 2000). Apesar de ainda relacionado a uma forma de se guardar os interesses familiares, o trabalho remunerado feminino fora do lar, no começo dos

anos 60, passa a ser reconhecido por uma minoria feminina que afirmam trabalhar por gosto ou para ser independente. E assim, essa mesma atividade assalariada feminina não deixou de ter efeito sobre o trabalho doméstico, antes assumido com exclusividades pelas mulheres.

A crescente tendência do casal “igualitário-participativo” (LIPOVETSKY, 2000) das sociedades pós-modernas, ou conforme Vaitsman (1994) da “família igualitária” trouxe à tona a rediscussão dos papéis familiares e suas distribuições. Isso porque na medida em que a mulher passa a dispor dos rendimentos de seu trabalho, esta vê aumentar seu poder de decisão no casal e a cobrar maior participação masculina na esfera privada. Contudo, embora se propaguem muito mais a igualdade de papéis e a divisão das tarefas domésticas, observam-se, entretanto, condutas distintas no homem e na mulher. Isso porque, apesar da mulher estar trabalhando fora de casa, parece que a responsabilidade sobre essa área ainda cabe mais a ela.

Uma das participantes discorre sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho e a ausência dentro do lar como uma de suas conseqüências. Segundo S.O.G., à medida que a mulher foi desbravando novos caminhos, foi também conquistando uma liderança maior, tanto no mercado de trabalho quanto em outras áreas. Por esse motivo acredita, que, atualmente, os papéis desempenhados por ambos, homem e mulher, dentro da família, encontram-se “nebulosos”. O fato de a mulher estar mais tempo fora de casa, e muitas vezes ganhando um salário maior que o do seu marido, têm trazido conflito para os homens. Não obstante, é através do seu “poder peculiar” que a mulher consegue “estar lá fora” sem deixar de ser feminina. Logo, apesar de sua crescente ausência no lar, ainda assim, obtém qualidade, nos momentos em que está presente.

Eu acho que esses papéis, hoje, eu acho que eles estão até um pouco nebulosos. Eu... No meu pensar, assim. Olhando... Vendo as famílias assim, de uma forma bem subjetiva mesmo. Mas, porque eu acho que os papeis estão hoje um pouco nebulosos, porque a mulher,

como eu falei antes, eu acho que ela tá mais fora, né? Ela tá até dando mais conta do que o marido, muitas vezes. Ela tá, tá ganhando mais em outras situações. E mesmo que não esteja ganhando, ela tá mais fora de casa. E isso, talvez, traga algum conflito pro homem né, que é a mulher mais fora. (S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Em épocas outras, declara a participante, a mulher estava ligada exclusivamente a uma família e desempenhava apenas o papel de mãe. Hoje em dia, porém, acredita que a mulher é pai e mãe ao mesmo tempo, além de ser, muitas vezes, o suporte financeiro da casa. Por este motivo, considerando seu jogo de cintura e sua capacidade de “dar conta das coisas de homem e das coisas de mulher”, crê que as mulheres têm uma superioridade em relação aos homens.

A mulher, mãe, ela tinha uma família. Hoje em dia, não necessariamente. Ela é pai, ela é mãe, ela... Muitas mulheres hoje, elas são o suporte dentro de casa. E esse desbravar caminhos, esse reconhecimento, é porque muitos homens não aceitam hoje, isso. A gente sabe, até conhece muitos casos em que muitos homens não aceitam essa questão, da mulher ganhar mais, da mulher poder mais. Eu acho que a mulher elas tem uma superioridade em relação aos homens sim, sabe (S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana).

E, para exemplificar a superioridade feminina, S.O.G. utiliza uma passagem Bíblica, localizada no Livro de Provérbios, a qual exalta a conduta da mulher virtuosa. Na passagem mencionada, a Bíblia cita a mulher e não o homem como responsável pela edificação do lar. Através do cuidado com seus filhos, marido e ajuda financeira, a mulher contribui para o crescimento e a harmonia deste. A seu ver, é ela quem sabe lidar com as dificuldades relacionadas à educação dos filhos e, por isso mesmo, está à frente dessa questão. É ela quem,

através de sua sabedoria, consegue chamar a atenção do homem para as questões do lar e dificuldades relacionadas ao encaminhamento dos filhos. Assim, desde épocas outras, o papel da mulher é “primordial”.

A superioridade feminina, eu acho que estaria é... Na dinâmica da mulher. Sabe, no jogo de cintura, no dar conta. Como falei... Ela já faz tanto quanto o homem na questão profissional. Mas ela também, ela consegue dar conta de casa, de filho, de cuidar de casa. Lógico, há mulheres e mulheres. Mas há mulher, eu acho, bem resolvida. A mulher em sua essência, ela dá conta. Eu até lembro que, na bíblia em provérbios é... Tem uma parte que fala da mulher virtuosa. E diz que a mulher virtuosa, ela... Faz lã, naquela época né, faz lã pra proteger os filhos e o marido do frio, e faz mais outras peças de lã pra vender, e pra ajudar com o sustento de casa. Então, desde aquela época, né, a mulher vem contribuindo com dinheiro dentro de casa. Então ela, ela dava... Então já mostrava que naquela época, há muito, muito tempo atrás, a mulher ela também trazia o sustento pra casa. E, e logo depois fala que a mulher virtuosa... Que é a mulher virtuosa que edifica o seu lar, então não, não cita o homem não, sabe. Não que o homem não edifique o seu lar. Mas eu acho que a mulher tem essa sensibilidade, de dar harmonia, de, de ajudar dentro de casa desde aquela época; de dar conta de filhos e marido. Eu acho que seria esse o diferencial (S.O.G; 27 anos; psicóloga; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Mesmo tendo a família historicamente se caracterizado como centro dominador da vontade da mulher, eixo sobre o qual transitavam seus desejos e estilos para ação (ORSINI, 2003), na contemporaneidade o interesse pelo trabalho, assim como a iniciativa e responsabilidade profissional, passaram a ser expectativas prioritárias das mulheres. Segundo Lipovetsky (2000), na atualidade, a identidade feminina não é constituída apenas pelos papéis

familiares. Ao contrário, o que parece dominar nossa época é o superinvestimento feminino nos papéis sociais da vida profissional, e um certo sentimento de rejeição dos papéis familiares.

De acordo com outra de nossas participantes, K.G.B, a mulher, antigamente, era criada exclusivamente para a família, visando sempre as tarefas domésticas, o cuidado com o marido e com os filhos. As próprias mulheres estavam encarregadas de ensinar a seus filhos e filhas os lugares que lhes cabiam na sociedade. Às mulheres, era vetado o estudo, uma vez serem considerados desnecessário para suas atribuições femininas.

Ela ficava muito em casa. Ela não tinha espaço. Pra mulher estudar era muito complicado. A mulher era criada, desde pequena, visando uma família, aonde ela ia ter que cuidar do marido e dos filhos. Onde ela ia cuidar da educação dos filhos, e ensinar as filhas a cuidarem dos maridos. Então, ela era criada para isso. A própria... As outras mulheres ensinavam as suas filhas, que o lugar delas era estar em casa. Eu vejo que... [...] É... Teve muitas mulheres que até... Não estudavam porque não podiam, porque... Chegavam até um certo grau, e o homem poderia prosseguir, a mulher não. (K.G.B; 26 anos; sup. incompleto (administração); solteira; sem filhos; batista).

Na época atual, porém, apesar das mulheres ainda serem criadas para a família, já é possível encontrar pais que sonham com o futuro profissional das filhas, e que as criam para uma carreira bem sucedida. Inclusive, diz a participante, muitas mulheres decidem hoje não se casar por temerem que suas responsabilidades com o lar venham a atrapalhar o desempenho de sua vida profissional.

A mulher, também, é criada para ter uma profissão, pra ter um futuro. Os pais hoje, também, eles sonham com a profissão das filhas. É... Pensam, querem que as filhas progridam, que elas tenham... Uma instrução. Então, é... Antigamente quando nascia uma menina, você não... O pai não pensava: “Ai o que ela vai ser?”. Hoje não. Hoje se pensa: “Ah, será que ela vai ser médica? Será que ela vai ser dentista? Ou, o que será que ela vai ser?”. Eu vejo isso, hoje, mais! E até escanteando um pouco o negócio da família. Tem muitas meninas hoje que... “Ah, não quero casar!”. Como se isso fosse um... Atrapalhar a vida profissional delas. (K.G.B; 26 anos; sup. incompleto (administração); solteira; sem filhos; batista).

Isso porque ao se casarem, continua K.G.B, as mulheres acumulam papéis e passam a ter uma dupla jornada de trabalho, pois, como vimos anteriormente, o peso da tarefa doméstica continua sendo feminino (LIPOVETSKY, 2000). Por mais significativas que sejam as mudanças, as responsabilidades pela educação dos filhos e pelas tarefas do lar acabam sendo assumidas, na maior parte das vezes, pela mulher e a participação dos homens nesses tipos de atividade, sendo vista como a de um ajudante. Por isso dizer que atribuições femininas do passado (cuidar da casa, marido e filhos), unem-se com as do presente (trabalhar e ser bem sucedida profissionalmente) e incube a mulher uma dupla jornada.

Inclusive, ainda de acordo com a K.G.B, hoje em dia, há mulheres que sustentam financeiramente famílias inteiras com a renda de seu trabalho, além de ser possível encontrar famílias monoparentais, constituídas unicamente pela presença da mãe e de seus filhos.

A mulher, hoje, na família é uma mulher com dupla jornada, como muita gente diz. Que trabalha, que batalha, não é... E... Tá o tempo todo pensando na família. É... Antigamente, a mulher vivia para os filhos. Hoje em dia a mulher vive para os filhos, para a

casa, e para o trabalho. Ela tem uma profissão, ela sai, ela batalha. E, dentro da família, hoje, eu vejo muitas mulheres que sustentam famílias, que... É... A vida delas... Ela não pode parar por causa da família, mas ela tá todo momento pensando na família. Há famílias, hoje em dia... Tem muitas famílias constituídas apenas de mulheres: como a mulher e filho. Então, a mulher, hoje, tem um papel, muito importante na família; até sustentando alguns homens. (K.G.B; 26 anos; sup. incompleto (administração); solteira; sem filhos; batista).

Em relação às mudanças ocorridas, ao longo dos anos, no espaço público do trabalho, uma outra participante, R.S.O, percebe que a mulher, hoje em dia, tem tanto potencial quanto o homem para galgar cargos de chefia, mas que antigamente isso não era assim. A possibilidade encontrada, em épocas atuais, de competir com os homens nasceu com a quebra do pensamento que a mulher tinha que ficar dentro de casa tomando conta dos filhos.

Em relação ao trabalho. Eu acho que, que, que... É... A mulher assim... Tem tanto potencial quanto o homem... Quanto o homem... Porque... Antigamente não era assim, né. Mas, hoje, a mulher eu acho que, que, que... É como esse novo século aí, da mulher tá trabalhando... Eu acho que é uma necessidade que a mulher tem que ter sabe, pra fazer isso, pra, pra... Eu acho que quebrou mais aquela coisa da mulher ficar dentro de casa tomando conta dos filhos, e de casa. Mas, aí depois que, que... [...] Principalmente aqui no Brasil que vem de uma, de uma vida... Que foi muito assim, que tem aquela imagem que mulher é pra ficar dentro de casa, aquela coisa toda. Mas hoje não. Hoje é mais... A mulher se sente mais valorizada, em relação a tudo. Até em relação, assim, por exemplo, antigamente o, o... O divorcio era sempre do homem né, porque ele que trabalha e coloca a comida... Hoje não, as mulheres é que estão tomando mais essa independência. Eu mesmo, por exemplo, eu moro sozinha. Mas, talvez, se fosse há dez anos atrás eu não tivesse coragem. Eu não teria

coragem de ter a vida que eu tenho hoje. Mas, ai hoje eu trabalho, eu tenho meu dinheiro, eu faço o que eu quero com ele. Isso eu acho importante, até por questão de experiência própria. De ter... Não, agora eu vou trabalhar, de ter o meu próprio, próprio sustento. Eu quero ter a minha independência e tudo mais. E é importante tanto pra o mérito da mulher, de se sentir mais valorizada, entendeu. Eu acho que a gente tem que trabalhar (R. S. O; 32 anos; musicista; solteira; sem filhos; presbiteriana).

Como discutimos anteriormente, a imagem da mulher naturalmente vocacionada ao amor e confinada ao lar, ia-se apagando para dar lugar a uma outra “mais viril, mais forte, quase senhora de si, se não do universo” (LIPOVETSKY, 2000, p.213). Correlativamente, o interesse e o investimento feminino com o trabalho passara a refletir sua vontade de escapar ao encerramento da vida privada, e a sua vontade de abertura para a vida social. Passa-se, então, a ter conhecimento de mulheres que investem em posições-de-sujeito anteriormente endereçadas exclusivamente aos homens, tais como de provedor financeiro do lar, como meio de se afirmar uma identidade de sujeito (LIPOVESTKY, 2000).

De acordo com Lucila Bartolini (2002), a cultura brasileira testemunhou uma grande diversificação de papéis e ampliação do campo de atuação feminina, dentro e fora do lar. Como é do nosso conhecimento, na primeira metade do século XX, por volta das décadas de 30 e 40, o espaço social da mulher ainda era restrito ao círculo familiar. A formação desses grupos sociais assegurava a permanência da condição de subordinação feminina aos homens. Sendo que por volta das décadas de 50 e 60, daquele mesmo século, a mulher começou a entrar timidamente no mercado de trabalho, ocupando quase que exclusivamente as funções de professora primária.

Vista como contribuição social da classe burguesa para as menos favorecidas, as funções e cargos ocupados pela mulher eram muito mais uma continuidade do papel familiar

do que uma aspiração pessoal por crescimento profissional (BERTOLINI, 2002). Cabia à mulher, enquanto professora, transmitir sua experiência sem se desviar de suas funções tradicionais.

Não obstante, segundo Lipovetsky (2000) as mulheres atualmente parecem exprimir muito mais que antigamente seus desejos de desenvolvimento pessoal, desvinculando-se de suas funções tradicionais. O interesse pelo trabalho, assim como a iniciativa e a responsabilidade profissional, tornaram-se, em meados do século XX e início do século XXI, expectativas prioritárias da mulher. Não mais considerada como último recurso para complementação da renda do marido no sustento familiar, agora o trabalho feminino aparece como condição para realização pessoal e meio de auto-afirmação.

Por isso que para uma de nossas participante, R.S.O, trabalhar é uma necessidade da mulher contemporânea, uma vez que viabiliza a independência financeira feminina, lhe conferindo valor. Essa referida independência tornou possível à tomada de decisões frente a questões familiares, principalmente em relação ao matrimônio, e a petição de divórcios por parte das mulheres – algo impensável, antigamente, posto que a mulher dependia do salário do marido para sobreviver.

Mas hoje não. Hoje é mais... A mulher se sente mais valorizada, em relação a tudo. Até em relação, assim, por exemplo, antigamente o, o... O divórcio era sempre do homem né, porque ele que trabalhava e colocava a comida... Hoje não, as mulheres é que estão tomando mais essa independência. (R. S. O; 32 anos; musicista; solteira; sem filhos; presbiteriana).

A participante, M.A.B, concorda que a mulher conseguiu conquistar seu espaço através de muita luta; o que proporcionou a possibilidade de se competir com os homens em relação ao salário. Essas conquistas no mercado de trabalho, por sua vez, fizeram com que,

atualmente, outras mulheres pudessem usufruir destes direitos. Culminando na independência da mulher, a qual diz respeito ao direito de escolha em relação a decisões sobre o que estudar, onde trabalhar dentre outros.

Eu acho que é porque historicamente é assim! No passado ela era dependente, hoje ela é... Independente. [...] Ela tem o direito de fazer a escolha dela. Do que quer estudar. Do que quer trabalhar. É... É isso (M.A.B; 20 anos; superior incompleto (ciências contábeis); solteira; sem filhos; batista).

A importância atribuída aos estudos das meninas ilustra, de outra maneira, a nova atitude positiva em relação ao trabalho assalariado feminino, e às novas condições de identificação. Agora, elas já não se vêem como mulheres exclusivamente pelas funções de mãe e de esposa, antes se lançam aos estudos para trabalhar e assegurar sua independência econômica e competência profissional (LIPOVETSKY, 2000). Desejosas em provar a todo custo sua competência, a mulher, em épocas atuais, no dizer de uma das nossas participantes, A.T.R, está estudando e se preparando para um mercado competitivo. Esta afirmação, ao seu ver, pode ser comprovada pelas estatísticas que indicam um crescimento no número de mulheres com curso superior e especialização. A consequência dessa movimentação é que elas estão se tornando melhores profissionais, bem mais direcionadas para aquilo que querem e demonstrando excelência nas suas escolhas. Ou seja, as mulheres estão mais determinadas, conseguindo alcançar objetivos específicos no mercado de trabalho.

A mulher no trabalho ela tá... Numa luta desenfreada pra... Não mais pra provar que ela não é mais delicada, porque isso já tá bem ultrapassado. Mas, pra provar que ela é competente mesmo. Ela quando pega alguma coisa pra fazer, ela quer mostrar: “Eu sou

competente, sou organizada". A mulher ela é mais organizada do que o homem no geral, então ela... Ela acaba sempre se destacando mais nesse lado. Então no trabalho ela tem sido mais... Mais ponderada. Porque ela tem também estudado mais né. Estatisticamente as mulheres elas tem se graduado mais, se preparado mais, estudado mais. Conseqüentemente estão sendo melhores profissionais. E, elas estão assim... Elas estão bem mais direcionadas pra aquilo que querem (A.T.R; 25 anos; solteira; Sem filhos; superior incompleto (administração); presbiteriana).

Não obstante, de acordo com outra participante, S.L.B, apesar das mulheres estarem mais livres, hoje em dia, para decidir e opinar em relação a qual profissão seguir, ainda há preconceito e certos resquícios do passado que dificultam o acesso da mulher a determinados cargos. Mesmo assim, acredita que as mulheres estão batalhando e correndo atrás de seus objetivos, qualificando-se cada vez mais. Por esse motivo, essas passaram a ser cada vez mais escutadas pelos homens, os quais, a seu ver, antes, não acreditavam em seu potencial. Da maneira como entende, a conquista do espaço público se trata não apenas de conseguir empregos considerados femininos, mas de atingir e galgar posições antes exclusivas aos homens.

Hoje em dia... É... A gente vê mulher indo atrás, mulher batalhando mesmo, mulher querendo... Querendo é... Atingir seus objetivos profissionais e correndo atrás disso. Não mais ficando é... Bitolada apenas aqueles empregos que seriam só empregos de mulheres, entendeu? É... Eu acho que isso deve... É... Vai ta mudando e vai, e vai mudar ainda mais, porque aí a gente já começa a ver... Que aquele é... Que aqueles empregos ditos só... Só masculinos. E até acho que a cabeça das pessoas ta mudando, não só de nós mulheres, mas eu acho que de todo mundo de uma forma geral. Muda, e dá a oportunidade pra a gente. E,

no mais, é tão complicado falar disso por que também a gente vê muita discriminação ainda. Apesar de tudo... Da gente tá batalhando... De a gente batalhar, da gente querer, da gente tá querendo se qualificar ainda mais - tem mulheres que querem se qualificar ainda mais - mas ainda existe preconceito: “Ah, mas é mulher!”. Entendeu. Mulher... É mulher não pode porque ainda é mulher (S.L.B; 22 anos; fonoaudióloga; solteira; sem filhos; batista).

Para S.L.B. muito do preconceito em relação às mulheres no ambiente de trabalho origina-se do fato de alguns ainda acreditarem que a afetividade e a sensibilidade, características consideradas femininas, atrapalharia na tomada de decisão. Ou seja, ainda há convencionalismos em relação à mulher no espaço público do trabalho, opiniões formadas sem reflexão prévia, baseadas no simples fato de se ter nascido mulher.

O preconceito de ser mulher, por exemplo. Eu acho que às vezes não têm nenhum motivo, é pelo fato de ser apenas mulher. [...] Subestimam né a... A capacidade... Que ela tem capacidade de fazer as coisas, ou até de comandar. Dizem que mulheres não têm voz de comando né. Isso não existe né. Hoje o comando o que seria... Ser grosseiro? Não sei! Comandar de que forma né? Existem tantas formas de comandar! Sem ser aquela forma que eles querem que seja, entendeu? Mas aí... Eu acho que pinta o preconceito por causa disso (S.L.B; 22 anos; fonoaudióloga; solteira; sem filhos; batista).

Segundo Isabel Cristina Gomes (1998), as mulheres brasileiras foram, por muito tempo, representadas exclusivamente pela posição de dependência afetiva, jurídica e moral ao pai ou, quando casadas, ao marido. Vistas como mais emotivas, e devido à crença da predominância das faculdades afetivas herdadas dos ideais modernos, tais eram consideradas intelectualmente inferiores aos homens. Estes, em contrapartida, eram vistos como sendo o

exato oposto da mulher. Seu perfil emocional era dominado pelo vigor físico e intelectual, e em função de todas essas qualidades másculas e viris, o homem seria menos propenso à emotividade e mais propenso à racionalidade (GOMES, 1998). A condição necessária para o exercício de determinados cargos e funções estavam inteiramente relacionadas à capacidade de liderança e voz de comando, as quais eram dissociadas de qualquer expressão afetiva. Deste modo, trabalhos que demandassem posturas de liderança eram negados às mulheres por serem considerados como estando em discordância direta com a natureza feminina.

Por este motivo, segundo S.L.B, comumente as mulheres ainda são associadas a empregos “familiares” por dizerem respeito a ocupações que, de alguma forma, substituiria o papel da mulher em casa – tal como o de professora que tomaria conta das crianças nas escolas. Ou, então, ocupações como as de enfermeira que até pouco tempo estava atrelada exclusivamente à figura feminina. Os dois exemplos apresentados esclarecem o que compreende por “empregos de mulher”, onde antigamente a mulher estava sempre se reportando a um superior.

Uma outra participante (A.C.M.F), porém, percebe que as mulheres já estão ocupando e desenvolvendo perfeitamente bem “funções que antes eram apenas masculinas”. Isso porque a seu ver, sobressaem-se exatamente por serem mais emotivas, detalhistas e intuitivas, chegando, em alguns casos, a desempenhar funções sobremodo excelentes em relação aos homens. Os atributos femininos que as fazem enxergar os fatos com maior facilidade, é um diferencial e lhe confere vantagem competitiva. Diferentemente, por ser o homem mais prático e decidido, não consegue observar as coisas com tantos detalhes quanto à mulher.

Eu acredito que evoluiu muito. Hoje, existem funções que antes eram apenas masculinas, e que elas desenvolvem. E... Perfeitamente bem. Às vezes até melhor! Não... Eu não sou aquela... Feminista de bandeira, não. Mas, eu acredito que tem muitas funções que

são exercidas por homens que poderiam... Que podem ser exercidas por mulheres, e que elas desempenham um excelente papel (A.C.M.F; 32 anos; pedagoga; casada; sem filhos; episcopal).

Na fala de R.F, porém as mulheres ainda passam por dificuldades para conseguir um emprego. E, quando conseguem mesmo assim, se vêem “tendo que provar que não são pior que os homens”. Esta dificuldade enfrentada pelas mulheres, a seu ver, se concentra com maior intensidade aqui no Nordeste. Em outras regiões do Brasil – principalmente Sul e Sudeste – a situação da mulher no trabalho é mais amena. Assim, apesar da mulher estar mais preparada e muitas vezes melhor qualificada que o homem, ela recebe uma remuneração inferior a este. Talvez, conclui, isto ocorra pelo fato de ainda sermos uma sociedade machista.

É... Seria complicado! (tosse) Porque a mulher ainda tá precisando provar que não é pior que o homem é... A mulher ainda, mesmo com a mesma qualidade de trabalho, ganha menos do que o homem. A gente ainda vive numa sociedade muito machista. É... A área de trabalho ainda é muito assim... E principalmente aqui no nordeste. Demais (R.F; 25 anos; solteira; sem filhos; internacionalista; episcopal).

De acordo com as participantes de nossa pesquisa, o mesmo se repete no espaço religioso. Contudo para a participante, M.A.B, a mulher, em épocas atuais, já consegue ocupar diferentes cargos, inclusive de liderança. Hoje em dia, é possível encontrar mulheres ocupando cargos hierárquicos como os de Pastoras, Bispas e Tesoureiras. Não obstante nem sempre foi assim.

Mas, na igreja, assim, ela ocupa diferentes cargos na igreja. Hoje em dia têm pastoras, tem bispa, tesoureira. Ela ocupa também altos cargos na hierarquia da igreja (M.A.B; 20 anos; superior incompleto (ciências contábeis); solteira; sem filhos; batista).

A mudança, a seu ver, foi devido ao fato de algumas mulheres terem mais conhecimento que certos homens e estarem mais bem preparadas para o cargo. Conforme acredita, isso varia muito dependendo da comunidade religiosa na qual a mulher se insere. Alega conhecer várias mulheres que ocupam cargos hierárquicos, ou cargos de poder, dentro de Igrejas, inclusive uma dessas é sua tia (ela é a tesoureira da Igreja). Todavia afirma não ter muito a dizer sobre a mulher na Igreja uma vez não ocupar nenhum cargo e não se interessar por essas questões. Para a participante basta-lhe ir para a Igreja dia de domingo.

Na fala de P.R.R., assim como no trabalho, a mulher na Igreja já começa a participar mais do que os homens. Segundo acredita, isso se deve ao fato das mulheres estarem preocupadas em instruir e educar seus filhos de acordo com os ensinamentos bíblicos como meio de os livrarem da violência urbana, tão presente em nossos tempos. Comprometidas com a educação desses, as mulheres se vêm voltadas para a participação nas classes de escola bíblica dominical e grupos de ação social. Porém, acrescenta a entrevistanda, nos últimos anos o número de mulheres membro dentro de uma comunidade religiosa tem diminuído consideravelmente. Isso porque antigamente a vida da mulher girava em torno apenas da família e assim ela teria mais tempo disponível para os compromissos religiosos. Hoje a mulher não só tem a família, como também acumula outras obrigações e funções o que faz com que a Igreja fique em segundo plano.

*Eu acho que não tá tanto como antigamente, mas ela tá atuando na igreja também.
[...] Acho. Pelo fato de... A vida dela seria... A família, digamos assim, estar dentro de casa.*

Então ela tinha outras obrigações, então ela teria até mais tempo. A questão do tempo. Hoje em dia você não tem tempo pra nada, né. E antigamente como ela só tinha a família – eu acredito assim – então ela teria mais tempo pra tá na igreja. Até pra... Diferente de hoje que ela já tem outras obrigações, e acabam que... Querendo ou não você coloca sempre a igreja em segundo plano (P.R.R; 21 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (direito); batista).

Já na opinião de uma outra participante, R.V.A, dentro da Igreja, atualmente, há diferentes tipos de mulheres. Há aquelas que são “machistas demais”, algumas que são “deprimidas” e muitas outras “reprimidas”. Principalmente no Nordeste onde ainda há muito machismo. Mas, acredita igualmente que este cenário já mudou bastante, sendo possível encontrar mulheres que se impõem devido as suas conquistas em outros espaços. Apesar de haver abertura para a mulher ocupar cargos de liderança espiritual na Igreja, esta ainda sofre preconceito ligado à sua competência.

A mulher na igreja (pausa) É... Acho que... Deixa-me pensar (pausa) Tem assim é... Tem a mulher na igreja hoje, e tem a mulher da igreja antiga né. Como era antigamente, como era né. Você visa mais aqui né, no nordeste, onde ainda somos muito machistas né? Tem toda uma história. Que ainda são... Mesmo jovens, são muito... São machistas demais. Então... É aquela coisa né. Eu vejo muito... Também deprimida. Eu vejo muito reprimida, muitas... Como, também, como qualquer... Eu acho que não só dentro da igreja, eu acho que fora, também, eu vejo isso demais. Mas, tem mulher reprimida como também tem é... Mulheres que se impõe com sua vida né. Que hoje já mudou muito também isso. Mas no momento, também, que ela entrou no mercado de trabalho já muda muita coisa (R.V.A; 35 anos; Divorciada; Sem filhos; Educadora Física; Presbiteriana).

Assim, para R.V.A. à medida que a mulher foi conquistando seu espaço no âmbito profissional portas foram se abrindo em outros setores, inclusive no âmbito religioso. E, neste sentido, era indispensável que a mulher acreditasse ser capaz de conquistar novos horizontes. Estas conquistas foram, como vimos, impulsionadas pela necessidade financeira e de realização profissional/pessoal.

De igual modo A.T.R concorda com R.V.A. no que se refere aos tipos de mulheres que se pode encontrar dentro da comunidade religiosa. A seu ver a mulher na Igreja tem sido “muito melancólica” levando tudo para o lado sentimental. Esta, ao invés de tomar para si a responsabilidade por seus atos os transfere para Deus responsabilizando-o pelo destino que tem. A.T.R. posiciona-se, pois, contra este tipo de pensamento declarando que falta à mulher conscientizar-se de suas atitudes errôneas que leva, muitas vezes, a passar por situações desagradáveis e de sofrimento.

Eu também vejo uma mulher muito melancólica; muito chorona. Ela acha assim: “Eu tô sofrendo porque Deus quer que eu sofra. Eu fui escolhida como a nova... A nova Maria madalena... Açoita, apedreja. É o que Deus... É meu destino, Deus escolheu assim”. Eu acho que não é assim. Eu acho que as coisas são muito mais simples do que a gente imagina. Eu acho que as coisas são bem mais simples do que elas aparentam ser. A mulher porque, mais assim... Mais sentimental ela leva tudo pro lado do... Da novela mexicana, sabe. Então não é assim... Nem sempre você passa por uma situação porque Deus quer que você sofra (A.T.R; 25 anos; solteira; sem filhos; superior incompleto (administração); presbiteriana).

Deste modo, para a participante, o que falta à mulher dentro desse espaço é conhecer a fundo a fé que professa questionando-se e procurando discernir os fatos. Ou, em outras

palavras, é não se deixar levar por pessoas, mas posicionar-se, levantando questionamentos sobre o que se espera dela. É ter a coragem de pôr em xeque os enquadramentos, e estereótipos, buscando melhorias e o mesmo desenvolvimento que conseguiu conquistar no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nos capítulos antecedentes que pesquisar sobre a identidade da mulher contemporânea é debruçar-se sobre a construção social desta identidade, sendo inviável refletir sobre essa nova mulher – que compete “igualmente” no mercado de trabalho com os homens, e que busca seu espaço nas comunidades religiosas – sem, contudo, procurar compreender a trajetória que a levou a assumir novos papéis.

Tomamos conhecimento que a identidade nada mais é que um ponto de sutura entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades e que nos constroem como sujeitos (HALL, 2000b). Para tanto, utilizamos a perspectiva pós-estruturalista como um ponto de partida possível a fim de pensarmos sobre a interpelação dos discursos modernos e religiosos no posicionamento das identidades de gênero juntamente com as demais identidades culturais.

Ao chegarmos ao fim da pesquisa, deparamo-nos com outras possibilidades, com outros possíveis meios de debater os assuntos aqui levantados e tratados. Poderíamos também ter pensado na forma como a presente pesquisa foi direcionada: porque determinados posicionamentos e leituras em detrimento de outros? Isso porque as perspectivas pós-estruturalistas são parte dos próprios discursos que buscam descrever, e de acordo com Johnson por estarem “necessariamente e profundamente implicados em relações de poder” (JOHNSON, 2006, p. 51) nos dão espaço para questionar sua própria produção. Logo, consideramo-nos parte integrante e ativa na construção de um emaranhado de sentidos que procura diligentemente empregar significação às experiências singulares.

Nesse sentido, na medida em que escrevíamos as linhas contidas no presente estudo, percebemos a necessidade constante de problematizar as teorias que orientaram nosso

trabalho; uma vez serem tais, também, construtos de um discurso social e, portanto, tendenciosas, meras perspectivas (LOURO 2004).

Exatamente por não se tratar de um conceito neutro, e estar, também, incluída dentro do quesito “construção social”, a forma de endereçamento dessa pesquisa irá falar de posições-de-sujeito igualmente adotadas e endereçadas a partir do interior dos ideais (enquanto estruturas de entendimento) de uma perspectiva teórica. “Tendenciosas”, as considerações levantadas acerca da representação da identidade feminina apresentada por mulheres evangélicas, apontaram para uma posição particular de conhecimento e interpretação, uma vez que os modos de endereçamento estão presentes em todos os discursos e instituições sociais – inclusive, os científicos.

Consideramos que a própria perspectiva teórica em questão só existe por que há uma perspectiva outra, diferente dela. E isso interessa-nos a medida em que a apresenta, antes de tudo, como uma forma de pensar, teorizar, uma prática crítica interdisciplinar que pode ser intermediada por outros saberes e práticas. Tanto assim será o encaminhamento dado ao presente estudo, cuja compreensão da representação da identidade feminina apresentada por estas mulheres; não será nem neutra nem universal, portanto em nada conclusiva!

Encharcados por um modo de pensar perspectivista, insistimos no caráter fictício, não neutro e tampouco universal que tais mulheres têm sobre o que é ser mulher. Assim, a compreensão do lugar da mulher na família, trabalho e igreja apresentada pelas mulheres evangélicas da nossa pesquisa, mostraram-se dependentes tanto do discurso religioso, ao qual encontram-se ligadas, quanto aos discursos feministas que apresentam novas posições-de-sujeito feminino, as “verdades” da ciência moderna, e as representações de mulher vinculadas à mídia etc.

A identidade feminina assim interpretada pelas participantes, não é o “signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída” (HALL, 2000b, p.109); ela não é produto único e

exclusivo dos discursos religiosos sobre o que significa ser mulher. De igual forma, ela não é exclusivamente delineada e delimitada pelos discursos religiosos, mas sim “emergem no interior de modalidades específicas de poder”, tal qual defendido por Hall (2000b p. 109). Sendo as representações interpretações dos papéis femininos, esses constituem a marcação da diferença, construída pelo processo de diferenciação entre discursos diversos e antagônicos; quer sejam discursos de cunho religioso, quer sejam outros discursos sociais (de outras ordens de significação).

No que diz respeito à mulher na família, as participantes da nossa pesquisa, em geral, apresentaram uma mulher doce e afetiva, comprometida com o equilíbrio e estrutura emocional do lar, responsável pela educação e encaminhamento dos filhos, e por complementar e auxiliar seu marido. Quando necessário, em casos de brigas e conflitos, a mulher é convidada a intermediar e conciliar a relação pai/filho, muitas vezes considerada conflituosa. Por esse motivo, tal como vimos anteriormente no capítulo cinco, uma de nossas participantes chega a concluir que a submissão feminina, da mulher em relação ao cônjuge, é um meio de apresentar o homem à família, e aos filhos – uma vez desempenhar, esse, a postura de chefe e cabeça do lar. E, considerando a mulher um ser mais sensível e amável, esta é mais procurada que o homem dentro do espaço doméstico, logo percebida como indispensável e a base da família.

Ao mesmo tempo, verificamos outras falas que apontavam para o fato de que apesar de ainda hoje se esperar que o homem seja o provedor, a fortaleza e o orientador financeiro do lar, e a mulher seja a mediadora, apaziguadora e aquela que cuida e protege os filhos, na prática não existem mais papéis específicos e predeterminados, isso porque as pessoas passaram a se destacar por seus pontos fortes e fracos ao invés de pelo que se espera socialmente de cada sexo.

Todas consideraram que as mudanças no espaço privado do lar vieram a partir das conquistas no mercado de trabalho, que por sua vez ocorreram em detrimento das mudanças do espaço público. Estas mudanças tornaram a mulher menos dependente, tanto financeiramente, quanto emocionalmente, de seu marido e às lançaram a novas posições-de-sujeito. Essa independência possibilitou, por sua vez, com que a mulher tivesse voz ativa nas tomadas de decisões dentro do lar – uma vez que agora contribuiria, tal qual o homem, para o provimento e sustento deste.

Desse modo, a aquisição financeira conferiu à mulher o poder de decidir, empregando-lhe outras atribuições. Às suas responsabilidades de apoio emocional foram acrescentadas as de apoio financeiro, passando a mulher agora a ser não apenas responsável por providenciar o bem estar emocional do lar, como também o monetário. Contudo, tal provimento ainda é restrito visto ser o homem considerado como sendo o principal mantenedor financeiro do lar. Não obstante, apesar de crer que a esposa deva ser submissa ao marido, e compreender que cabe a este a responsabilidade maior com os compromissos financeiros, as mulheres se vêem cada vez mais independentes. A mesma mulher que afirma crer na submissão da esposa em relação ao marido, coloca-se a favor da independência emocional e financeira feminina, apontando para a presença de identidades plurais e contraditórias (HALL, 2000a).

No que diz respeito à vida profissional, dentro da perspectiva das participantes da pesquisa, apesar das mulheres terem conquistado seu espaço através de muita luta, ainda há, no mercado de trabalho, preconceitos em relação ao tipo de cargo e função a ser ocupado. Mesmo com a crescente igualdade de escolarização, e com maior número de mulheres se especializando, muitos homens não as vêem desempenhando cargos de chefia, principalmente quando relacionado à liderança de uma equipe masculina.

Não obstante, antigamente, consideram, a diferença entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho era bem maior, chegando a existir cargos considerados apenas

masculinos ou apenas femininos. Em relação aos cargos considerados femininos estes, geralmente, estavam de acordo com a função materna e subordinados a outros cargos considerados superiores; foi o que aconteceu com o cargo de professora primária e enfermeira. Atualmente, porém, discorrem as entrevistadas, os atributos femininos atrelados por natureza a toda mulher, trazem um diferencial para a mesma no mercado de trabalho. A mulher acaba se sobressaindo devido à sua sensibilidade, intuição e organização. Ou seja, os atributos por ela desempenhados com naturalidade, por tanto tempo, dentro do espaço privado, acabaram por conferir um modo de se sobressair e um diferencial em relação aos homens.

A questão apresentada pelas participantes, acerca da temática da submissão feminina, está diretamente ligada com o tipo de relação de gênero estabelecida dentro de um espaço (seja esse público ou privado). Paralelamente, atribui-se à mulher características consideradas exclusivas do feminino (auxiliadora; ajudadora; harmonizadora). Estas, assim como as temáticas da submissão, aparecem duas vezes ao longo das entrevistas. Poderíamos, também, pensar que tais funções e atributos femininos foram mencionados nas entrevistas, ao responderem como viam as mulheres na igreja, por se tratar da sua crença. Pois, pela fé, tais mulheres entendem, através dos princípios bíblicos, que o lugar a ser ocupado por homens e mulheres distintamente são complementares e foram definidos na criação de Adão e Eva.

Ao longo da história observamos o percurso da contradição dos discursos sociais. Hora a posição de sujeito “submissa” da mulher é enaltecida, e seu papel de companheira louvado, hora esta mesma posição é apontada como inferior e não-autêntica. Por esse motivo, é preciso ter em mente, e retomar a questão do domínio daqueles que detém o poder de classificar e normalizar, atribuindo à identidades específicas características positivas em relação às quais outras identidades são avaliadas de forma negativa. Lembremo-nos que

“deter o privilégio de classificar significa, também, deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados” (SILVA, 2000, p.83).

Convém, ainda, nos abster de qualquer generalização uma vez que a relação homem/mulher pode diferir inteiramente conforme as classes sociais e as gerações. Desse modo torna-se relevante ter sempre em mente que este estudo abrangeu mulheres de classe média, todas com nível de escolaridade superior, nascidas em um lar cristão protestante, tendo desde criança freqüente comunidades religiosas.

Algumas das participantes chegam a considerar a igreja como espaço privado, e sentem-na como um prolongamento de suas casas, chegando a ser vista como membro ou parte integrante da família. Já dentro do espaço público do trabalho, a mulher não é chamada a desempenhar tal função, o que faz com que a igreja seja vista como preconceituosa no quesito distribuição de cargos. Não obstante, consideram que as mudanças ocorridas no espaço de trabalho estão ajudando a iniciar mudanças estruturais dentro da igreja. Isso porque, geralmente, a mulher exerce apenas postos como o de musicista e educadora religiosa, todos estes considerados femininos.

Quanto aos postos e cargos de liderança – como os de pastor, diácono e presbítero – os atributos ou pré-requisitos necessários seriam aqueles encontrados com exclusividade nos homens. É o que uma de nossas participantes traduz por “se confundem a liderança do lar, com a de outro lugar”. Isso porque o homem é nomeado, inclusive pelas próprias participantes, como sendo mais racional e objetivo. Então, ao passo em que no mercado de trabalho a feminilidade é vista como um diferencial para a mulher, fazendo com que se destaque em relação ao homem, o mesmo ainda não ocorre na igreja. Uma vez que nesta se considera que para ocupar cargos de liderança é necessário ter os atributos masculinos (objetividade e racionalidade).

Por fim, consideramos que a representação do que significa ser mulher para as participantes, é, na verdade, um ato performativo resultante de constantes intercâmbios entre múltiplos discursos e múltiplas identidades (de classe, de gênero, de religião) dentro de um contexto sociohistórico específico. Ou seja, não será a sua identidade religiosa que definirá, com exclusividade, as demais identidades culturais.

REFERÊNCIAS

- ARÁN, M. (Org.) **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- AHL, R. **Feminismo no colóquio cristão-judaico, balanço e perspectivas**. Artigo on-line disponível em: www.jcrelations.net. Acesso em: 26/11/2006.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BARROS, M.N. F. & SANTOS, R. A. C. (1999) **A busca de significados nos movimentos religiosos**. Artigo on-line disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos>. Acesso em: 14/04/2005
- BERGER, P; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. São Paulo: Vozes, 2004.
- BERTOLINNI, L. B. A. **Relações entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. São Paulo: VETOR, 2002.
- BIDEGAN, A. M (org.) **Mulheres: autonomia e controle religioso na América Latina**. Rio de Janeiro: VOZES, 1996.
- BIRMAN, J. Reviravoltas na soberania. In: ARÁN, M. (Org.) **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- BOURDIEU, P. As contradições da herança. In: LINS, D. (Org.) **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. São Paulo: Ed. Papirus, 1997.
- BOWKER, J. (org.) **O livro de ouro das Religiões: a fé no Ocidente e Oriente, da Pré-história aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BRAIDOTTI, R. **Diferença, diversidade e subjetividade nômade**. Tradução de Roberta Barbosa. LABRYS, Estudos feministas, número 1-2, julho/dezembro 2002. Artigo on-line disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem. Acesso em: 10/08/2006.
- BRUSCAGIN, C. Família e religião. In: CERVENY, C.N.O. (Org.) **Família e... comunicação, divórcio, mudança, residência, deficiência, lei, bioética, doença, religião e drogatição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONFORTIN, H. Discurso e gênero: a mulher em foco. In: GHILARDI-LUCENA, M. I. (Org.) **Representações do feminino**. Campinas: Átomo, 2003.

CONTALDO, S. M. Modernidade, pós-modernidade e corporeidade: uma visão filosófica. In: **Corporeidade e teologia**. Sociedade de Teologia e ciências da religião (SOTER). São Paulo: Editora Paulinas, 2005.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor**: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: ROCCO, 1998.

COSTA, P. R. (2004) **The role of religion in Mozambican values**: a case study. Artigo on-line disponível em: www.psicologia.com.pt/artigos/textos. Acesso em: 14/04/2005.

DEIFELT, W. **Modelo do masculino já não satisfaz mais**. Entrevista Edelberto Behs, São Leopoldo, Março 2004. Disponível em: www.alcnoticias.org Acesso em: 26/11/2006.

DERRIDA, J; VATTIMO, G. **A religião**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

DOMÈNECH, M; TIRADO, F; GÓMEZ, L. A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, T. T. (Org.) **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DUARTE, L. F. D. Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da pessoa ocidental moderna. In: ARÁN, M. (Org.) **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, T. T. (Org.) **Nunca fomos humanos**: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ESCOTEGUY, A. C. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, T.T. (Org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** 3º edição. Belo horizonte: Autêntica, 2006.

FELIX, I. A. **A função desmistificadora da hermenêutica feminista da suspeita**. Artigo on-line disponível em: www.fazendogenero7.ufsc.br . Acesso em: 10/11/2006.

FERNANDES, M. H. **Mulher elástico**. Revista viver mente&cérebro, edição nº 161, junho/2006. Artigo on-line disponível em: www.uol.com.br/vivermente/conteudo/materia_49. Acesso em: 10/11/2006.

FILHO, S. F. G; GIL, A. H. C. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R.L. (Org.) **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

FRAAS, H. J. **A religiosidade humana**: compêndio de psicologia da religião. São Leopoldo: Sinodal, 1997.

GHILARDI-LUCENA, M. I. (Org.) **Representações do feminino**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

GUIDDENS, A. **Transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Oeiras: Celta editora, 1996.

GIOVANETTI, J. P. Psicologia e senso religioso: a necessidade e o desejo modalidades da época. In: PAIVA, G. J. (Org.) **Entre necessidade e desejo**: diálogos da psicologia com a religião. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GIOVANETTI, J. P. A representação da religião na pós-modernidade. In: PAIVA, G. J. & ZANGARI, W. (Org.) **A representação na religião**: perspectivas psicológicas. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMES, I.C. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. São Paulo: Escuta, 1998.

GONÇALVES, A. L. **História e gênero**. Belo horizonte: Editora Autêntica, 2006.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais: mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena**: trauma, dramas e transformações. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. São Paulo: Vozes, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4º edição. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: VOZES, 2000b.

HAMID, S. C. **Gênero e Islamismo**: a influência da religião nas construções identitárias de mulheres árabes em Brasília. Estud. afro-asiát. V.24 n.2 Rio de Janeiro 2002. Artigo on-line disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20/12/2006.

HUNT, L. A revolução francesa e a vida privada. In: PERROT, M. (Org.) **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOHNSON, R. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, T.T. (Org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** 3º edição. Belo horizonte: Autêntica, 2006.

KOCHMANN, R. S. **O lugar da mulher no judaísmo**. Artigo on-line disponível em: www.pucsp.br/rever/rv2_2005. Acesso em: 26/11/2005.

KUHN, A. **A sexualidade na história da igreja**. Artigo on-line disponível em: www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos. Acesso em: 20/12/2006.

LADISLAO, M. G. **As mulheres na bíblia**. São Paulo: Paulinas, 1995.

LARRAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17º edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

LINTON, R. **O homem**: uma introdução à antropologia. 12º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7ª edição. Petrópolis: VOZES, 2004.
- MINAYO, M.C.de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6ª edição. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1999.
- MINAYO, M.C.de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª edição. Petrópolis: VOZES, 2004.
- NELSON, J. B. **Between two gardens: reflections on sexuality and religious experience**. New York: The Pilgrim Press, 1983.
- NERI, M. **A Ética pentecostal e o declínio católico**. Artigo on-line disponível em: www.fgv.br/cps/artigos/conjuntura/2005. Acesso em: 10/05/2005.
- NOLASCO, S. **De Tarzan a homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: ROCCO, 2001.
- NUNES, M. J. F. R. Gênero, saber, poder e religião. In: ANJOS, M. F. (Org.) **Teologia e novos paradigmas**. Sociedade de Teologia e ciências da religião (SOTER). São Paulo: Editora Paulinas, 1996.
- OLINTO, A. **Minidicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2000.
- OLIVEIRA, L.A. **Formalismo e funcionalismo: fatias da mesma torta**. In: *Sitientibus*. Feira de Santana, n.29, p.95-104, jul./dez. 2003. Artigo on-line disponível em: www.scielo.com.br Acesso em: 25/08/2006.
- ORSINI, M. S. Histórias sonhadas, história perdida. In: GHILARDI-LUCENA, M. I. (Org.) **Representações do feminino**. Campinas: Átomo, 2003.
- ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- PARPINELLI, R.S; SOUZA, E.W.F. Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico. In: **Psicologia em estudo**, Maringá, v.10, n.3, p.479-487, set/dez. 2005. Artigo on-line disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 15/10/2006.
- PEREIRA, F.C. **Subordinação e Gênero**. Recife: LICEU, 2001.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 1995.
- PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. São Paulo: Editora Autêntica, 2000.

PETRINI, J. C. Notas para uma antropologia da família. In: PETRINI, J. C.; MOREIRA, L. V. C.; ALCÂNTARA, M. A. R. (Org.). **Família XXI: entre pós-modernidade e cristianismo**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2003.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Org.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: VOZES, 2005.

POIAN, C. A psicanálise, o sujeito e o vazio contemporâneo. In: POIAN, C. (Org.) **Formas do vazio: desafios ao sujeito contemporâneo**. São Paulo: Via Lettera Editora, 2001.

POUGY, E. **O discurso, o saber, o poder e a linguagem na óptica da filosofia da diferença**. Artigo on-line disponível em: www.cronopios.com.br. Acesso em: 29/11/2006.

PRIORI, M. DEL (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.

Revista mundo e missão. Artigo on-line disponível em: www.pime.org.br. Acesso em: 10/05/2005.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

ROSENDAHL, Z. Espaço, política e religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2001.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SCHÖPKE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.

SILVA, T. T. **Dr. Nietzsche o curricularista: com uma pequena ajuda do professor Deleuze**. Artigo on-line disponível em: www.anped.org.br/reunioes. Acesso em: 18/06/2006.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: impertinências**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002. Artigo on-line disponível em: www.scielo.br Acesso em: 22/09/2006.

SOIHET, R. **História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões**. Artigo on-line disponível em: www.comciencia.br. Acesso em: 22/09/2006.

SOUZA, S. D. **Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas**. Rev. Estud. Fem. Vol.12 no.spe Florianópolis Setembro/Dezembro 2004. Artigo on-line disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20/12/2006.

STEIN, E. **A mulher: sua missão segundo a natureza e a graça**. São Paulo: EDUSC, 1999.

TARNAS, R. **A epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2001.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900 – 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

TIROS EM COLUMBINE, Michael Moore. Estados Unidos, 2002. 1 DVD.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Rio de Janeiro: VOZES, 2003.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidades, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. São Paulo: ROCCO, 1994.

VALÉRIO, A. **A teologia, o feminino**. Ver. Estud. Fem. Vol. 13, no.2, Florianópolis, Maio/Agosto/2005. Artigo on-line disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em: 15/09/2005.

VALLE, E. **Psicologia e experiência religiosa**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

VERGOTE, A. **Modernidade e Cristianismo**: interrogações e críticas recíprocas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

WOODHEAD, L. **Mulheres e gênero**: uma estrutura teórica. Revista de Estudos da Religião, nº 1/2002, pp. 1-11. Artigo on-line disponível em: www.pucsp.br/rever/rv1_2002. Acesso em: 14/09/2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: VOZES, 2000.

Quantos evangélicos há no Brasil? Artigo on-line disponível em: www.infobrasil.org. Acesso em: 10/05/2005.

Religiões no Brasil. Artigo on-line disponível em: www.wikipedia.org. Acesso em: 10/05/2005.

ANEXOS

1. Termo de consentimento livre e esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO

UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE FEMININA

Eu.....abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário do Projeto de Pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade da pesquisadora Thálita Cavalcanti Menezes da Silva, aluna do Mestrado de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP -, e da professora orientadora Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, dessa mesma instituição.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1) O objetivo da pesquisa é compreender a representação apresentada por mulheres sobre a Identidade Feminina.
- 2) Antes do início da entrevista estarei respondendo um questionário relacionado a dados demográficos, e posteriormente, durante a entrevista, estarei respondendo a questões elaboradas previamente pela pesquisadora sabendo que a mesma será gravada para posterior análise.
- 3) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.
- 4) Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa.
- 5) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas, para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 6) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa através do telefone 2119 4000, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife,.....de.....2005

Voluntário

RG _____

Pesquisadora